

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

Julho – Dezembro 2024
Vol. 50

Sofia Messias Varge
Alexandra Lopes
João Teixeira Lopes
João Queirós
Loïc Wacquant
Anabela Costa Leão
Tiago Pinto
Virgílio Borges Pereira

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
D5-FLUP



U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U.PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

SOCIOLOGIA

Revista da Faculdade de
Letras da Universidade do Porto

SOCIOLOGIA

DEPARTAMENTO
DE SOCIOLOGIA
DS-FLUP



U. PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

is INSTITUTO DE
SOCIOLOGIA
U. PORTO

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Diretor:

Helena Vilaça, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Conselho de Redação:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

Conselho Editorial:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidad de La Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco, UPV/CEIC, Espanha; Bernard Lahire, ENSL, França; Carolina Pimentel Corrêa, UFRGS; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Luísa Pinheiro, IPV; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Paula Silva, FMUP; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Sara Melo, Portugal, ISSSP; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Vítor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA'CET-IUL.

Indexação

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library.

Coordenação e Revisão Editorial:

Virgílio Borges Pereira, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Assistência editorial: Marta Pereira de Sousa.

Design gráfico: Tomás Ferreira.

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projeto UIDP/00727/2020.

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os artigos foram submetidos a *peer review*.

Depósito Legal: 92384/95 **ISSN:** 0872-3419 **DOI:** <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50>

Sumário

Editorial	
Virgílio Borges Pereira	07
Artigos	
Transição para a Reforma: Representações, Projetos e Expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto Sofia Messias Varge e Alexandra Lopes	11
Interseccionalidade: conceito e crítica do conceito João Teixeira Lopes	35
Investigar a pobreza urbana: lições e ilações de <i>Evicted</i> e de <i>Poverty, by America</i> , de Matthew Desmond João Queirós	55
Elogio da “construção densa” Loïc Wacquant	75
Recensões	
<i>Contemporary challenges of the regulation of religions in Europe</i> (2023), de Helena Vilaça, Maria João Oliveira and Anne-Laure Zwilling (coord.). Anabela Costa Leão	93
<i>Alternative, Spirituality, Counterculture, And European Rainbow Gathering – Pachamama, I’m Coming Home</i> (2023), de Katri Ratia. Tiago Pinto	97
<i>Jusqu’au bout. Vieillir et résister dans le monde ouvrier</i> (2024), de Nicolas Renahy. Virgílio Borges Pereira	101
Estatuto Editorial	109
Normas para apresentação e publicação	115

Editorial

Editorial

O presente número de *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, o quinquagésimo, reúne um conjunto de trabalhos que articula investigação sociológica de âmbito empírico e diferentes sistematizações conceptuais, que passam também por trabalhos específicos de recensão.

O primeiro trabalho é um artigo da autoria de Sofia Messias Varge e Alexandra Lopes, intitulado “Transição para a reforma: representações, projetos e expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto”. Tomando por referência a problemática da gestão da idade numa ótica orientada para a força de trabalho, as autoras, na sequência da realização de um inquérito a trabalhadores da Universidade do Porto, definem o modo como estes, em particular, os que se encontram no final dos percursos laborais, perspectivam a transição para a reforma e os enquadramentos em matéria de apoio organizacional de que esta pode ser alvo.

O segundo dos trabalhos, da autoria de João Teixeira Lopes, intitula-se “Interseccionalidade: conceito e crítica do conceito” e discute, a partir da identificação da génese do conceito de interseccionalidade, tal como proposto pela jurista e ativista Kimberlé Crenshaw, as condições da sua mobilização pela investigação sociológica, apontando o modo como o respetivo programa se encontra em obras sociológicas consagradas, umas de âmbito estrutural, como as que se inscrevem nos trabalhos de Karl Marx e de Pierre Bourdieu, e outras de âmbito fenomenológico, associadas às dinâmicas criadas pelo próprio trabalho de Crenshaw. Relendo criticamente o quadro conceptual a partir de uma inspiração nos trabalhos de Nancy Fraser, o trabalho acentua o potencial do conceito sem perder de vista os riscos que se lhe associam, que considera, contudo, susceptíveis de controlo e mitigação a partir da combinação das perspectivas estruturais e fenomenológicas inicialmente identificadas.

O terceiro trabalho tem a autoria de João Queirós e intitula-se “Investigar a pobreza urbana: lições e ilações de *Evicted* e de *Poverty, by America*, de Matthew Desmond”. Redigido na senda da intervenção proferida em 2024 pelo consagrado sociólogo norte-americano na conferência anual do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, o ensaio em apreço retoma, como o seu título indica, a leitura dos dois livros identificados de Matthew Desmond para inventariar as grandes referências de âmbito analítico neles

dinamizadas e discutir as condições para a sua mobilização e adaptação em investigações empíricas renovadas do mesmo âmbito, pensando, em particular, no seu potencial para a análise sociológica dos fenómenos em apreço na sociedade portuguesa.

O quarto trabalho tem a autoria de Loïc Wacquant e intitula-se “Elogio da ‘construção densa’”. Num ensaio elaborado na sequência da escrita de *The Poverty of The Ethnography of Poverty* (Oxford University Press, 2025, previamente publicado, em 2023, em edição francesa), Wacquant prolonga o trabalho de sistematização epistemológica e conceptual que tem vindo a realizar em torno da prática da etnografia e propõe, com recurso à “construção densa”, uma abordagem racionalista do trabalho etnográfico. Buscando inspiração na epistemologia de Bourdieu e partindo do seu conceito de espaço social, a “construção densa” permite “fabricar novos objetos” e evita algumas das principais falácias subjacentes à prática do “etnografismo”, que o autor apresenta e discute, do modo conciso e incisivo a que nos tem habituado.

O presente número termina com a secção de recensões e propõe três leituras de livros de diferente âmbito e alcance sociológicos. Anabela Costa Leão analisa *Contemporary challenges of the regulation of religions in Europe* (2023), obra coletiva coordenada por Helena Vilaça, Maria João Oliveira e Anne-Laure Zwillig (Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, U.Porto Press); Tiago Pinto consagra a sua atenção ao livro *Alternative, Spirituality, Counterculture, And European Rainbow Gathering – Pachamama, I’m Coming Home* (2023), da autoria de Katri Ratia (Routledge); a última recensão é dedicada ao livro, recentemente publicado (2024), de Nicolas Renahy, *Jusqu’au bout. Vieillir et résister dans le monde ouvrier* (Éditions La Découverte).

Eis, pois, um número diversificado, pleno de sugestões de leitura, com alcance científico de relevo e significativo potencial pedagógico. Boas leituras!

Virgílio Borges Pereira

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Diretor interino de *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*.

Artigos

*Português***Transição para a Reforma: Representações, Projetos e Expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto****Sofia Messias Varge**Reitoria da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Universidade de Santiago de Compostela**Alexandra Lopes**

Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

A gestão da idade, enquanto abordagem estratégica à diversidade etária da força de trabalho, envolve o reconhecimento e a gestão das diferentes necessidades, capacidades e expectativas dos trabalhadores, bem como das particularidades que marcam cada fase do ciclo de vida. Realizámos um inquérito ao universo de trabalhadores da Universidade do Porto, que permitiu identificar na amostra tendências e regularidades e compreender como estes trabalhadores, em particular aqueles em fim de carreira, percebem o acontecimento da transição para a reforma. O estudo forneceu também informações relevantes sobre as oportunidades de apoio e envolvimento das organizações na transição dos seus trabalhadores para a reforma.

Palavras-chave: Envelhecimento; Transição para a reforma; Planeamento para a reforma.

*English***Transition to Retirement: Representations, Projects, and Expectations of a sample of workers of the University of Porto****Abstract**

Age management, as a strategic approach to the age diversity of the workforce, involves recognising and managing the different needs, capacities and expectations of workers, as well as the particularities that mark each stage of the life cycle. We carried out a survey of workers at the University of Porto, which made it possible to identify trends and to understand how these workers, particularly those at the end of their careers, perceive the event of the transition to retirement. The study also provided relevant information on the opportunities for organisations to support and involve their employees in the transition to retirement.

Keywords: Ageing; Transition to retirement; Planning for retirement.

Français

MESSIAS VARGE, Sofia; & LOPES, Alexandra (2024),

"Transição para a Reforma: Representações, Projetos e Expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. L, pp. 11 - 33DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50a1>

Transition vers la retraite: Représentations, projets et attentes d'un échantillon de travailleurs de l'Université de Porto

Résumé

La gestion des âges, en tant qu'approche stratégique de la diversité des âges de la main-d'œuvre, implique de reconnaître et de gérer les différents besoins, capacités et attentes des travailleurs, ainsi que les particularités qui marquent chaque étape du cycle de vie. Nous avons réalisé une enquête auprès des travailleurs de l'Université de Porto, qui a permis d'identifier des tendances de l'échantillon et de comprendre comment es travailleurs, en particulier ceux en fin de carrière, perçoivent l'événement de la transition vers la retraite. L'étude a également fourni des informations pertinentes sur les possibilités pour les organisations de soutenir et d'impliquer leurs employés dans la transition vers la retraite.

Mots-clés: Vieillesse; Transition vers la retraite; Planification de la retraite.

Español

Transición a la Jubilación: Representaciones, Proyectos y Expectativas de una muestra de trabajadores de la Universidad de Oporto

Resumen

La gestión de la edad, como enfoque estratégico de la diversidad de edades de la mano de obra, implica reconocer y gestionar las diferentes necesidades, capacidades y expectativas de los trabajadores, así como las particularidades que marcan cada etapa del ciclo vital. Realizamos una encuesta entre los trabajadores de la Universidad de Oporto, que permitió identificar las tendencias de la muestray comprender cómo perciben los trabajadores, en particular los que se encuentran al final de su carrera, el acontecimiento de la transición a la jubilación. El estudio también proporcionó información relevante sobre las posibilidades que tienen las organizaciones de apoyar e implicar a sus trabajadores en la transición a la jubilación.

Palabras clave: Envejecimiento; Transición a la jubilación; Planificación de la jubilación.

Introdução

As alterações demográficas têm gerado impactos significativos em várias áreas da sociedade. Um desses impactos, que tem tido amplo debate público e político, é o que envolve os sistemas de proteção social e, relacionadas com estes, as dinâmicas dos mercados de trabalho (Marshal & Taylor, 2005, cit. por Aboim *et al.*, 2010; Miranda-Duro *et al.*, 2021). Há décadas que se vem instalando a convicção de que o

envelhecimento da população traz desafios relacionados com a sustentabilidade dos sistemas de segurança social e de previdência (Lopes & Lemos, 2012) por haver cada vez menos pessoas em idade ativa a contribuir para estes sistemas e mais pessoas a depender de benefícios como a reforma e os cuidados de saúde. Na procura de soluções, assiste-se, um pouco por toda a Europa, à multiplicação de medidas de políticas públicas que revêm os fundamentos e os parâmetros dos ditos sistemas (Focacci *et al.*, 2023; Nordheim & Kvist, 2023). Desde meados da década de 90 do século passado, têm vindo a ser progressivamente introduzidas reformas nesses sistemas, ora alterando a idade de acesso à pensão de velhice (tendencialmente aumentando-a), ora ajustando a fórmula de cálculo do valor da pensão (tendencialmente também aqui para o agravamento), ora ainda ponderando o sistema com fatores de penalização e ajustamento que desincentivem a transição para a reforma.

1. O estado da arte na transição para a reforma

Procurou-se compreender como a literatura tem tratado a transição para a reforma, no contexto do “envelhecimento ativo”, com o objetivo de caracterizar o conhecimento sociológico produzido sobre o tema. A recolha bibliográfica, não exaustiva, foi orientada para destacar os principais debates sobre esta temática, considerando o cariz exploratório deste trabalho. O período da vida da transição para a reforma é um evento único e de grande impacto, pelo que a sua preparação e o planeamento torna-se imprescindível para uma melhor gestão de expectativas (Dufour *et al.*, 2021; Eismann *et al.*, 2019; Ellis *et al.*, 2017; Hewitt *et al.*, 2010). As evidências científicas revelam que o planeamento é feito sobretudo por indivíduos com características próximas das dos trabalhadores independentes e com elevada autonomia financeira, que detêm elevados níveis de escolaridade, maior literacia financeira e conhecimento sobre mecanismos de apoio à reforma (Brucker & Leppel, 2012). Porém, o planeamento da reforma pode e deve envolver várias dimensões, porque estas estão interrelacionadas (Solhi *et al.*, 2022). Não apenas a financeira mas também a social e psicológica, nomeadamente a qualidade das relações familiares, o tempo necessário para cuidar de si próprio, bem como atitudes e crenças sobre a reforma e

o envelhecimento, representam razões importantes no processo de decisão da reforma (Seidl *et al.*, 2021; Brucker & Leppel, 2012). Além disso, os traços de individualidade próprios desta idade fazem prever necessidades específicas, entendendo-se que as pessoas mais velhas carregam uma bagagem maior de experiências e saber acumulado e, em consequência, sabem melhor o que querem e não querem (Solhi *et al.*, 2022).

A bibliografia sobre a temática da transição para a reforma centra-se principalmente na discussão do prolongamento da vida laboral (Del Barrio *et al.*, 2018; Ehni *et al.*, 2018, cit. por Bratun *et al.*, 2023; Wiktorowicz, 2018; Thorsen *et al.*, 2012; Prokopenko, 2021) e da aprendizagem ao longo da vida (Angeloni & Borgonovi, 2016), com autores a realçar os aspetos positivos, como por exemplo passando o enfoque para os comportamentos de prevenção e planeamento, vendo esta mudança como uma oportunidade e olhando para o trabalho como uma fonte primordial de identidade, valorização social e participação económica (Gestin, 2003, cit. por Apouey, 2020; Repetti & Calasanti, 2018, cit. por Apouey, 2020), e negativos (Bratun *et al.*, 2023) destas questões do envelhecimento e do aumento de esperança de vida e dos problemas de sustentabilidade, como se pode observar em comportamentos de preconceito e expectativa existente na sociedade sobre aqueles que atingindo a idade da reforma enfrentam o conflito da decisão de adiar esse momento. A discussão incide também sobre o significado no plano mais alargado dos próprios modelos de Estado Social e dos sistemas de proteção social, nomeadamente destacando as mudanças no plano da transição para a reforma e dos impactos que isso tem no campo das políticas de emprego (Apouey, 2020; Solhi *et al.*, 2022; Bratun & Zurc, 2022; Checcucci *et al.*, 2021; Principi *et al.*, 2020; Angeloni & Borgonovi, 2016). Encontraram-se também estudos sobre a transição propriamente dita, muito dominados pelo paradigma económico-financeiro (Del Barrio *et al.*, 2018; Ehni *et al.*, 2018, cit. por Bratun *et al.*, 2023; Wiktorowicz, 2018; Thorsen *et al.*, 2012; Prokopenko, 2021), com algum contributo da gestão de recursos humanos (Silver *et al.*, 2019; Seidl *et al.*, 2021), mas uma área ainda incipiente, de um ponto de vista sociológico, pois tem privilegiado sobretudo o estudo dos impactos da transição e o estudo da vida dos trabalhadores quando saem do mercado de trabalho. Não se encontrou muita

investigação sobre a fase final da trajetória profissional, quando o acontecimento se torna visível e tangível, isto é, quando há decisões que têm de ser tomadas. Pode considerar-se, com base na informação até agora verificada, que a relevância teórica combina com uma relevância prática, na medida em que há um interesse cada vez maior das empresas e das organizações, patente também na literatura consultada, que é extensa, e que trabalha conceitos como o da responsabilidade social, nomeadamente as correntes que enfatizam a importância do espaço de trabalho enquanto espaço de felicidade, bem-estar, realização pessoal e de tranquilidade (Peterson & Murphy, 2010, citado por Angeloni & Borgonovi, 2016; Hamm *et al.*, 2019; Diachenko *et al.*, 2021; Cahill *et al.*, 2022). Há, portanto, um interesse das organizações, nomeadamente em relação ao impacto que estas saídas e estas vivências da proximidade da reforma trazem no domínio, por exemplo, da produtividade (Fabisiak & Prokurat, 2012). Há interesse e relevância pelo significado deste momento particular da vida dos trabalhadores no próprio clima de trabalho que se gera dentro das organizações.

2. Questão de investigação e suas dimensões

Para responder à questão teórica principal deste estudo, desenvolvido no âmbito de uma dissertação de mestrado (Varge, 2023), definiram-se três grandes âncoras teóricas, com o objetivo de compreender o que pensam os trabalhadores mais velhos da transição para a reforma, como vivenciam o momento e que comportamentos desenvolvem. Estas são, numa perspetiva de natureza mais coletiva, as trajetórias de vida (Ryser & Wernli, 2017; Damman *et al.*, 2015; Apouey, 2020) e a gestão dos recursos humanos (e o papel das organizações) (Silver *et al.*, 2019; Seidl *et al.*, 2021) e, numa perspetiva mais individual, a relação individual com a transição (Gelb & Elkins Longacre, 2016; de Wind *et al.*, 2017; Dufour *et al.*, 2021; Hill & Pfund, 2021; Adams & Rau, 2011). Destaca-se, da literatura, a identificação dos fatores/preditores dos comportamentos das pessoas nas decisões tomadas quanto à decisão para a reforma, conseguindo-se identificar dois preditores principais: um, a relação das pessoas com o próprio trabalho, com os espaços de trabalho, com os colegas, com o tipo de trabalho que fazem e com a sua posição relativa; o outro preditor é o que

remete para as trajetórias de vida, bem como para os indicadores clássicos dessas trajetórias, os seus contextos, para aí se inscrever a variação dos planos, da preparação, dos comportamentos e das representações sobre a transição para a reforma.

A interpelação fundamental inicial que levou ao aprofundamento do tema prendeu-se com a vontade de saber o que os trabalhadores mais velhos, ainda em fase profissional ativa, pensam da transição para a reforma e como vivem a aproximação desse momento. Entre outros aspetos, pretendeu-se compreender os comportamentos que desenvolvem em função da aproximação a essa fase de vida.

Auscultaram-se os trabalhadores da Universidade do Porto (U.Porto) - o estudo de caso - em diferentes fases da carreira, para compreender como entendem este evento e o que significa para a sua vida, pretendendo-se dar ênfase aos que se encontram na fase final da carreira, criando uma divisão em três dimensões de análise. A primeira dimensão, as representações, reflete sobre o domínio das representações sociais da reforma, o envelhecimento e a transição da vida laboral para a condição de vida inativa. As representações sociais modelam as experiências e a interação com os outros e os ambientes, tendo-se assumido como de importância para identificar estes perfis que dão sentido à vida e aos comportamentos e decisões individuais. A segunda dimensão de análise, as expectativas, aponta para a discussão sobre as manifestações de expectativas, de desejos e receios que marcam o período de vivência de aproximação à reforma, com maior enfoque naquilo que são, no fundo, as experiências "interiores" dos indivíduos. Finalmente, a terceira dimensão de análise, as práticas, que mapeia a identificação de comportamentos em contexto laboral e fora dele, desenvolvidas pelos trabalhadores em função de projetos de vida e de condições emergentes da perspectiva da transição para a reforma. Esta última dimensão traz, da literatura, informação que coloca o momento da transição numa lógica de trajetória de vida, que envolve decisões, comportamentos, ações concretas que as pessoas tomam para gerir as suas vidas, e que variam em função das particularidades dessas vidas.

Com este estudo propusemo-nos contribuir para a discussão sobre o que caracteriza esta fase da vida em contexto laboral e, ao fazê-lo, abrir espaço de reflexão sobre desafios e oportunidades que se colocam às próprias organizações no plano da gestão dos recursos humanos.

3. O estudo de caso: a Universidade do Porto

O estudo de caso para este trabalho envolveu um contexto organizacional específico, a U.Porto, escolhido por razões que articulam questões de natureza prática. Por um lado, a U.Porto tem estado envolvida desde há alguns anos num debate ativo sobre as dimensões do funcionamento da organização, que classicamente não acontecia e que se orienta para o privilégio de dimensões da qualidade de vida dos trabalhadores, de algum modo corresponsabilizando a organização por essa maior ou menor qualidade de vida. Há, assim, a nível organizacional, um momento particular de abertura para a reflexão acerca dos aspetos de diferenciação dos trabalhadores, aspetos esses que têm impacto quer para a vida dos trabalhadores quer para a qualidade dos processos de desenvolvimento da própria organização. No âmbito do “Conciliação4UPorto”, projeto pioneiro que está a ser implementado desde 2022, foi criado um website¹ para disponibilizar a informação necessária, bem como permitir a possibilidade de interação pelos projetos integrados. São estes o “Quiosque do bem-estar” (para agendamento de consultas de nutrição, de Serviço Social e Mediação, Psicologia e de Aconselhamento para Resultados), um programa de mentoria para os trabalhadores (em planeamento, à data) e um “Laboratório de Conciliação da U.Porto”, onde podem ser propostas medidas de melhoria. Apesar de já serem públicos os estatutos que regulamentam a Casa do Pessoal, que tem como missão a criação de atividades para reformados da U.Porto, e tornando clara a intenção da universidade nestes domínios, nada existe ainda direcionado para a idade e o envelhecimento, âmbito do presente estudo, centrado no período pré-reforma, ou seja, enquanto os indivíduos se situam em fase profissional ativa. Este trabalho procura, assim, trazer esse contributo.

¹ Página web do Programa Conciliação: <https://conciliacao.up.pt/pt/>, para saber mais sobre as medidas de conciliação da vida profissional, familiar e pessoal dos/as profissionais da Universidade do Porto.

Por outro lado, a U.Porto é uma organização de grande dimensão, com, à data, mais de 5300 trabalhadores (Tabela 1), onde é previsível que coexistam perfis socioeconómicos e culturais muito diversificados, pelo que o caso se torna interessante não numa lógica de representatividade estatística, mas sim numa lógica de representatividade teórica. É uma organização onde, com alguma confiança, se pode ambicionar encontrar situações muito diversificadas que, mesmo que não possam ser integralmente extrapoladas para a população portuguesa, seguramente sinalizarão temas que, num momento posterior, poderão ser alvo de análise e aprofundamento.

Tabela 1.

Dados sobre o universo dos trabalhadores da U.Porto com a desagregação por categoria profissional.

Categoria/ Cargo/ Grupo	N
Órgãos de Governo	8
Dirigente	117
Técnico Superior	941
Assistente Técnico	385
Assistente Operacional	227
Informático	45
Professor Catedrático	188
Professor Associado	406
Professor Auxiliar	760
Docente Convidado	1840
Investigador	436
Téc. Superior Diag. Terapêutica	12
TOTAL	5365

Data de referência: 31/03/2023

Fonte: GRH U.Porto (Dados Sistema de Informação da Organização do Estado)

Finalmente, trata-se de uma organização pública, onde uma parte significativa dos seus trabalhadores são trabalhadores em funções públicas, uma classe que nos últimos anos tem passado por alterações importantes, nomeadamente no plano legislativo, e onde se tem vindo a instalar alguma ansiedade e turbulência, inclusive em matérias relacionadas com a gestão das carreiras (por exemplo, as avaliações de desempenho, os congelamentos salariais, entre outros), numa carreira que era tradicionalmente muito estável e segura. A possibilidade de estudo de um grupo profissional amplo e muito relevante na sociedade portuguesa, o segmento de trabalhadores em funções públicas e o trabalho público, reforça o interesse na seleção do caso de estudo.

MESSIAS VARGE, Sofia; & LOPES, Alexandra (2024),

"Transição para a Reforma: Representações, Projetos e Expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. L, pp. 11 - 33

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50a1>

4. Metodologia

Ao privilegiar como objetivos o mapeamento de grandes tendências, quer das representações, quer dos comportamentos, quer ainda das atitudes e expectativas dos trabalhadores da U.Porto na transição para a reforma, este foi um trabalho que se ancorou necessariamente em protocolos de recolha de evidência empírica que permitissem sustentar a identificação dessas tendências. Assumiu-se, portanto, desde o início, um registo de cariz extensivo, quantitativo, que acabaria por materializar-se no recurso a um inquérito por questionário aos trabalhadores da U.Porto. O protocolo de conceção do inquérito por questionário acaba por espelhar de uma forma simples o modelo de análise explicitado no capítulo anterior. É, assim, um questionário que acaba por se organizar também ele em três secções principais, com questões destinadas a recolher dados que procuram problematizar cada uma das três dimensões identificadas anteriormente: representações, expectativas e práticas. O processo seguiu os trâmites em vigor na própria universidade, respeitando todos os princípios éticos e deontológicos aplicáveis, validados em sede de serviço de proteção de dados. O questionário, com 27 questões, foi administrado por via eletrónica/digital, utilizando-se a ferramenta oficial de inquéritos da U.Porto, o *LimeSurvey*, que, entre outras características, garante o arquivo dos dados num servidor dedicado, sem acesso por terceiros, mas também a possibilidade de parametrização do próprio questionário de modo a garantir que não é recolhida informação que permita a identificação do respondente. Utilizou-se, assim, um questionário que cumpre com os pressupostos e o rigor metodológico nesse domínio. Os respondentes foram informados de que os dados obtidos seriam utilizados exclusivamente para cumprimento dos objetivos científicos da investigação em curso. No total foram recolhidos 328 inquéritos completos.

4.1. Protocolo Amostral

O protocolo de seleção amostral envolveu um método de autosseleção na construção de uma amostra não aleatória por conveniência. Para esse efeito, recorreu-se a um envio indiscriminado para toda a comunidade académica, ou seja, todos os trabalhadores da U.Porto. Não sendo possível controlar a composição da amostra

final no momento da sua seleção, houve, ainda assim, interesse em monitorizar a sua proximidade a algumas características estruturantes do universo, nomeadamente no que diz respeito à composição do universo em carreiras (docentes, técnicos e investigadores). As variáveis estruturais de cariz sociográfico, para efeitos de definição do plano amostral, foram: idade, carreira profissional, categoria profissional e género. A variável “idade” permite posicionar o indivíduo face à proximidade do evento em estudo, a reforma; a “carreira profissional” permite distinguir os docentes dos restantes; a “categoria profissional” posiciona os indivíduos nos diferentes níveis de salário e progressão de carreira; o “género” permite compreender e, eventualmente, confirmar quão diferentes são as representações, comportamentos e expectativas em função do género dos respondentes, havendo estudos prévios que confirmam a existência de condicionamentos (Sherry *et al.*, 2017).

5. Discussão dos Resultados

Na sequência das análises aos dados empíricos², podemos discutir de uma maneira mais integrada as grandes conclusões que foram possíveis extrair da amostra.

Com o reconhecimento de que a gestão da idade é essencial na força de trabalho atual em todas as organizações (Urbancová *et al.*, 2024; Naegele & Walker, 2006) procura-se aqui sistematizar algumas ideias que ajudem instituições como a U.Porto na gestão da diversidade etária, reconhecendo que cada grupo etário traz perspetivas, competências e pontos fortes únicos para a organização e que, nesse sentido, será importante saber aproveitar essas diferenças para benefício de toda a força de trabalho.

A discussão está organizada, como dito atrás, em torno das três dimensões do modelo de análise: representações, expectativas e projetos. A amostra, correspondendo a cerca de 4.2% do universo de potenciais respondentes (326 respostas, num universo de 7822 indivíduos), pode ser considerada pequena, o que,

² O artigo não inclui os apuramentos estatísticos da análise pois estes foram feitos no âmbito de uma dissertação de mestrado, intitulada “O envelhecimento ativo na transição para a reforma. Representações, projetos e expectativas: um estudo de caso na Universidade do Porto” (Varge, 2023), disponível para consulta pública no link: <https://hdl.handle.net/10216/154074>, onde poderão ser consultados os dados recolhidos durante o estudo e que deram origem às análises aqui refletidas.

combinado com o método de seleção amostral não aleatório, não permite generalizações. Contudo, a diversidade dessa mesma amostra (v. Tabela 2) em termos dos traços de diferenciação e organização do conjunto de trabalhadores da U.Porto permitiu criar uma base razoável de representação amostral que é considerada suficiente para extrair pistas sobre os comportamentos dos trabalhadores e permite, de acordo com as expectativas analisadas, contribuir para desenhar um conjunto de soluções que podem ser propostas à organização para uma eventual aplicação.

Tabela 2.

Caracterização sociodemográfica da amostra.

Indicador	N	%
Grupo de género		
Mulher	224	71.6
Homem	88	28.1
Outro	1	0.3
Grupo etário*		
< 40 anos	37	11.8
Entre 40 e 55	123	39.3
> 55 anos	153	48.8
Estado civil		
Solteiro(a)	58	18.5
Casado(a)	163	52.1
Unido(a) de facto	36	11.5
Divorciado(a)	42	13.4
Separado(a)	6	1.9
Viúvo(a)	8	2,6
Nível de Escolaridade		
Ensino Básico e Secundário	39	12.5
Bacharelato	4	1.3
Licenciatura	95	30.4
Mestrado Integrado	2	0.6
Mestrado	51	16.3
Doutoramento	122	39

Sem grande surpresa, a amostra final está enviesada para o grupo de trabalhadores mais velhos, o que provavelmente revela que o tema ainda não suscita tanto interesse entre os mais jovens, situação que tinha sido aferida na revisão da literatura por, entre outros, Adams e Rau (2011), no que concerne ao planeamento adiado, minimizando

a importância destes comportamentos de prevenção. Também documentado na literatura está o facto de serem sobretudo as mulheres a responder a inquéritos que envolvem autosseleção (Becker, 2022; Smith, 2008), enquadrando a amostra final que sabemos enviesada para o grupo feminino.

Considerando as demais categorias sociográficas e profissionais, porém, é interessante ter a possibilidade de assumir que o plano amostral é razoável, por forma a permitir esboçar tendências dominantes relativamente ao tema. Na apreciação da composição da amostra final teve-se em conta as seguintes características (v. Tabela 3): as carreiras, divididas pelos docentes e pelos técnicos, os horários de trabalho, o vínculo contratual e a situação profissional. Assim, a amostra final inclui as respostas de 115 indivíduos na carreira docente e 198 na carreira de técnicos, especialistas e de gestão, correspondendo a 36,7% e 63,3% da amostra, respetivamente. O grupo dos 115 docentes apresenta-se com uma distribuição bastante equilibrada entre as categorias de Professor Catedrático ou Associado e a de Professor Auxiliar, com 45,2% e 51,3%, respetivamente. No caso da carreira de Técnico, Especialista e de Gestão, existe uma presença dominante de Técnicos Superiores (71,7%). Esta categoria profissional de Técnico Superior é, no universo da UPorto, a categoria dominante entre trabalhadores não docentes, o que explica a sua preponderância na amostra (v. Tabela 1).

Tabela 3.

Caracterização profissional da amostra.

	N	%
Carreira		
Docente	115	36.7
Professor(a) Auxiliar	59	18.8
Professor(a) Catedrático(a) ou Associado(a)	52	16.6
Outra	4	1.3
Técnico, Especialista e de Gestão	198	63.3
Assistente Operacional	11	3.5
Técnico(a) Superior	142	45.4
Dirigente	11	3.5
Outra	34	10.9
Horário de trabalho semanal		
35 horas	183	58.5
40 horas	115	36.7
Outro	15	4.8
Tipo de contrato		
Contrato sem termo	234	74.8
Contrato a termo certo	33	10.5
Contrato a termo incerto	46	14.7
Contrato a tempo inteiro, com exclusividade	245	78.3
Contrato a tempo inteiro, sem exclusividade	61	19.5
Contrato a tempo parcial	7	2.2

Na perspetiva da qualidade de representação da amostra sobre a participação resultam, também, algumas decisões importantes para efeitos de análise final de dados, nomeadamente a decisão de não incluir o grupo dos investigadores da base final. Este grupo teve, no início, um acesso bastante residual (29 acessos apenas e somente 15 inquéritos finalizados), o que não surpreende, visto tratar-se de uma carreira recente na U.Porto e que não tem um número muito expressivo de pessoas, quando comparado com as outras duas carreiras.

5.1. As representações

O estudo amostral realizado aponta para uma representação dominante sobre a desejabilidade da reforma, materializada na ideia de que a “idade da reforma” devia acontecer mais cedo, posição dominante sobretudo para os técnicos superiores e para as mulheres. Tendo em consideração que esta opinião não se fez acompanhar nem de níveis elevados de insatisfação laboral, nem de visões e experiências idadistas no espaço laboral, podemos assumir que é uma representação que remete para questões intrínsecas às funções e às dinâmicas, por exemplo, de foro familiar,

sobretudo quando sinalizamos essa representação como particularmente relevante para respondentes do sexo feminino. Lewis (2010) dedica um artigo à revisão do livro de Esping-Anderson (2009), sobre o que este considera ser uma revolução incompleta sobre o papel da mulher no mercado de trabalho, referindo os comportamentos que eram expectáveis no género feminino e de como isso se tem vindo a alterar. Dias (1994) faz uma longa reflexão sobre a família e o discurso político, onde se poderá verificar a evolução do papel da mulher na sociedade portuguesa, com expressões como “(...) expressão a uma consciência colectiva feminina, que começava a despertar para a sua condição social tornando-se, assim, mais reivindicativa dos seus direitos.” e “A influência de Abril de 1974 reflectiu-se, assim, no reconhecimento da igualdade, em todos os domínios, entre homem e mulher, e na recusa de todo o tipo de discriminação sobre aquela.”, entre outras.

A ausência de alterações de políticas sociais e do trabalho adaptadas aos novos desafios decorrentes das mudanças sociais (Apouey, 2020) leva a que se perpetue um comportamento meramente reativo, para fazer face a necessidades básicas e/ou urgentes. Pelas várias dimensões que se vão abordar ao longo desta análise, verificar-se-ão tendências de comportamento com base numa sociedade que precisa de abraçar mudanças do ponto de vista social e profissional para fazer face aos desafios do crescimento demográfico e consequente envelhecimento da população (Teixeira Fernandes, 2017). A estes fundamentos culturais somam-se também preocupações financeiras, de saúde e da impossibilidade de conciliação do trabalho com as obrigações familiares (Bratun *et al.*, 2023; Bratun & Zurc, 2022; Aidukaite & Blaziene, 2021; Salifu, 2023; Hamm *et al.*, 2019). Ainda a propósito das categorias profissionais, o nível de escolaridade é muitas vezes mencionado como um fator protetor, potenciando a vontade de trabalhar até mais tarde, ter maior conforto financeiro e exercer funções mais interessantes e intelectualmente estimulantes, o que explica, de alguma forma, a menor incidência da ideia de ter a reforma mais cedo entre os docentes (Ellis *et al.*, 2017; Salifu, 2023; Davies & Jenkins, 2013; McDaniel *et al.*, 2021; Michelson & Schwartz, 2018).

Na dimensão “o trabalhador mais velho”, conclui-se que para a maioria dos inquiridos o espaço laboral não é particularmente idadista. Este é um ponto onde o presente estudo parece descolar da literatura. Encontram-se muitos estudos que apontam noutra direção, abordando as questões idadistas como pontos de rutura. Salienta-se, por exemplo, o trabalho de Vickerstaff e Van der Horst (2021) sobre os estereótipos e as normas culturais associadas à idade, nomeadamente por via do que se entende ser necessário para desenvolvimento de competências (Wiktorowicz, 2018). Os resultados obtidos sobre esta questão para a amostra da U.Porto indicam que, apesar de algumas lacunas, é uma instituição onde a discriminação com base na idade não é particularmente reconhecida como um problema. Esta conclusão, se positiva em si mesmo, abre outras vias de discussão na procura das razões pelas quais as pessoas entendem que a idade da reforma deveria acontecer mais cedo. Uma dessas vias passou pela exploração dos níveis de satisfação laboral.

Na análise da questão “a satisfação laboral”, constatou-se, novamente, a dicotomia entre carreiras profissionais no que toca a aspetos relativos ao trabalho (os docentes estão mais satisfeitos), bem como um gradiente de género, quando nos referimos às questões da conciliação (as pessoas do sexo feminino revelaram estar menos satisfeitas com as soluções atuais). Estes resultados podem ser, de alguma forma, colocados em paralelo com o estudo levado a cabo por Lakomý (2019), com base nos dados do *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE), pelo menos no que diz respeito à clara divisão entre os aspetos relativos ao trabalho e à conciliação. O efeito das carreiras profissionais prolongadas na qualidade de vida subjetiva, quando afere que trabalhar para além da idade da reforma poderá ter um duplo efeito, positivo quando associado à satisfação com a vida e o rendimento (necessidade financeira), porém negativo quando associado à saúde e à participação social. Por um lado, pode afirmar-se que os docentes estão em geral mais satisfeitos com as questões do trabalho, de acordo com o esperado visto que, segundo os dados do nosso estudo, a carreira de docente é mais recompensadora, com salários mais altos e eventualmente uma maior autonomia profissional. Por outro lado, encontramos as mulheres menos satisfeitas no que toca às soluções encontradas para uma maior conciliação. A este respeito, será importante reconhecer que, se as medidas de

conciliação parecem nunca ser suficientes, é ao género feminino que se exige, na maioria das vezes, com base numa assunção cultural, o papel de cuidadora de filhos e de outros familiares, bem como a sua acumulação com tarefas domésticas.

Verifica-se, finalmente, que a carreira determina o comportamento face à ocorrência dos eventos referidos, agravado por um ligeiro gradiente de género, podendo assim afirmar-se que parece corresponder a mais um comportamento cultural intrínseco. Para explicar esse comportamento foram analisados estudos que se debruçaram especificamente sobre estas questões, desde as carreiras académicas e as suas idiosincrasias (fatores individuais, sociais e culturais) a contextos profissionais específicos, como da carreira médica (Ellis *et al.*, 2017; Salifu, 2023; Davies & Jenkins, 2013; McDaniel *et al.*, 2021; Michelson & Schwartz, 2018), realidades que coexistem na U.Porto e são muito influenciadas pelo “estatuto” de uma profissão que os caracterizou durante toda a vida (Seidl *et al.*, 2021) e onde, por vezes, há um sentido de perda de importância considerável. Fica assim mais clara a maior tendência entre os docentes para o adiamento da reforma e do prolongamento da vida laboral na U.Porto.

5.2. As expectativas

Perante um contexto legal e político que, na atualidade, não favorece a antecipação das reformas (Madureira, 2020), parece natural verificarem-se, de forma regular, trajetórias que indicam que os trabalhadores se vão manter a trabalhar até à idade legal da reforma, podendo encontrar-se este comportamento em múltiplos estudos sobre o prolongamento da vida laboral (Del Barrio *et al.*, 2018; Ehni *et al.*, 2018, cit. por Bratun *et al.*, 2023). No entanto, de acordo com o nosso estudo, são os trabalhadores nas faixas etárias mais jovens que ponderam a reforma antecipada, e os trabalhadores mais velhos, pelo contrário, parecem ponderar a hipótese de estender o período da vida profissional. Uma vez mais, existem estudos que apoiam este tipo de comportamento, levando a crer que uma pessoa mais velha, na iminência de ter de lidar com um novo evento, prefere adiá-lo, por razões de ordem profissional ou pessoal, nomeadamente a saúde e a estabilidade financeira (Adams & Rau, 2011; Sörensen *et al.*, 2021). Nos mais velhos, por estarem etariamente mais próximos da

reforma, há uma convicção mais clara, mais segura, de que ou vão ficar na U.Porto até à entrada para o período da reforma, ou de que a reforma é, afinal, algo que não se deseja assim tanto. Este dado é importante para explicar que, do ponto de vista desta organização em particular, a presença cada vez maior de trabalhadores mais velhos e que vão ficar até ao fim das suas carreiras profissionais é um facto e uma realidade a ter em conta no plano da gestão. Parece-nos importante reter esta ideia refletida pela amostra, sobretudo em contexto de envelhecimento demográfico, a de que a instituição deve ter a capacidade de reter os trabalhadores mais jovens, pois deixa pistas para uma possível abertura dos mais jovens para a possibilidade de não permanecerem a trabalhar nesta organização.

Por outro lado, relativamente ao impacto das medidas que promovam a qualidade dos trabalhadores mais velhos, verifica-se que as mulheres, sobretudo as mais jovens e não-docentes, são as que mais apoiam essas medidas. Sendo a idade o preditor mais relevante e assistindo-se a um descrédito destas medidas à medida que a idade avança, pode concluir-se que a opinião dos trabalhadores mais velhos pode ser um importante indicador de que as medidas nem sempre correspondem a mudanças efetivas. Importa referir aqui autores como Angeloni e Borgonovi (2016), que admitem que o principal desafio é o de repensar a reforma, pela abolição da idade obrigatória da reforma e providenciar opções mais flexíveis de trabalho, propondo uma abordagem integrada de mudança social sustentável, assumindo que na sociedade moderna as pessoas vivem mais tempo e saudáveis do que antes e que isso permite apoiar a sua longevidade no trabalho.

Numa terceira e última dimensão, sobre quais são os fatores promotores ou dissuasores para trabalhar para além da reforma, já que os resultados mostram que há uma sensibilidade para as questões financeiras e para o conteúdo do trabalho e do seu contributo (Solhi *et al.*, 2022; Beach, 2014; Checcucci *et al.*, 2021; Principi *et al.*, 2020; Angeloni & Borgonovi, 2016). Assim, repensar as modalidades de relação dos trabalhadores com o seu trabalho podia ser determinante, já que existem medidas que podem ter impacto na decisão de sair.

5.3. Os projetos

O que se observa neste ponto reforça a impressão dominante na revisão da literatura, sobre a ausência de planeamento. Dada a parca quantidade de dados efetivamente disponíveis, fica dificultada a leitura mais completa do tema. Ainda assim, destacam-se algumas tendências que sobressaem.

O planeamento parece integrar um perfil que de certa forma corresponde ao que ficou aqui identificado: na amostra, os indivíduos que se dedicam ao planeamento da reforma são representativos de um segmento de trabalhadores em funções públicas com níveis mais elevados de escolaridade, rendimentos e riqueza, bem como maiores conhecimentos sobre planeamento de reforma e gestão financeira (Brucker & Leppel, 2012). Assim, os resultados do presente estudo mostram que são os mais velhos que planeiam mais, com uma ligeira prevalência quer de género (homens), quer de carreira profissional (docentes). Autores como Brucker & Leppel (2012), Sörensen *et al.* (2021), Seidl *et al.* (2021), Wang *et al.* (2014), entre outros, reforçam a necessidade de o planeamento para a reforma ser uma dimensão de gestão importante nas organizações numa perspetiva de valorização dos seus recursos humanos e de integração de uma perspetiva etária na forma como as entidades laborais se relacionam com os seus trabalhadores, nomeadamente antecipando e prevenindo cenários financeiros precários na velhice.

Destacam-se também alguns estudos sobre os trabalhadores na academia, enquanto docentes (Ellis *et al.*, 2017; Salifu, 2023; Davies & Jenkins, 2013; McDaniel, *et al.*, 2021; Michelson & Schwartz, 2018), onde se constata que a reforma do pessoal académico envolve uma interação complexa de fatores individuais, sociais e culturais, já que as atitudes em relação à reforma variam muito e que muitos experimentam um sentimento de perda ou desorientação durante o processo de transição (Davies & Jenkins, 2013), e, na sua maioria, quando se reformam planeiam dedicar-se a alguma forma de trabalho ou atividade após a reforma (Salifu, 2023).

No planeamento de ordem social, encontrámos uma muito baixa presença de atividades de planeamento diretamente relacionadas com a preparação para a reforma, onde se destacam apenas a prática de desporto e a prática de atividades

culturais, musicais e outras. Sherry *et al.* (2017) situam este tema nas preocupações e necessidades das mulheres, constatando-se que muitas mulheres sentem ansiedade e apreensão em relação à reforma, especialmente aquelas que têm pouco controlo sobre a sua situação financeira ou que não dispõem de redes de apoio social. No presente estudo, ainda de acordo com a dimensão dos projetos, no planeamento de ordem individual, de saúde e outras questões de dependência, o seguro de saúde é a opção mais tomada, ainda que nos estudos revistos o planeamento financeiro seja o que prevalece. Destaca-se ainda uma ausência de ações concretas de planeamento direcionadas para a gestão das dependências decorrentes da idade avançada, tema ainda tímido na literatura, mas que vai começando a assumir algum destaque no debate público.

6. Discussão dos Resultados

A gestão da idade nos recursos humanos, entendida como abordagem estratégica à diversidade etária da força de trabalho, envolve o reconhecimento e a gestão das diferentes necessidades, capacidades e expectativas dos trabalhadores de vários grupos etários, dos mais jovens aos mais velhos, considerando, entre outros aspetos, as especificidades que marcam cada fase do ciclo de vida (Urbancová et al, 2024). A aproximação do fim da trajetória laboral e a preparação para a reforma é uma dessas fases que é urgente abordar de forma sistemática no plano da gestão de recursos humanos. Numa instituição como a U.Porto, com uma força de trabalho com tendência para o envelhecimento dos seus quadros, tal abordagem é da maior relevância.

Este estudo encontra-se numa fase exploratória, pois apesar de inovador, encontra-se em construção, reconhecendo que a Universidade do Porto pode representar um exemplo a ter em conta face ao contexto nacional. Pode afirmar-se que o estudo realizado alinha, de forma geral, com os grandes temas que têm sido discutidos na literatura e, de alguma forma, aponta para alguns caminhos a considerar na procura de formas mais inclusivas e integradoras de gestão de uma força de trabalho mais velha. Assim, destacar-se-iam a) a Formação e desenvolvimento, para proporcionar

oportunidades que respondam às necessidades e preferências dos trabalhadores de diferentes grupos etários e, em particular, que permitam que os trabalhadores se sintam integrados ao longo da trajetória laboral, b) Planeamento de carreira, onde a gestão da idade inclui ajudar os trabalhadores de todas as idades no planeamento e gestão das suas carreiras dentro da organização, envolvendo a criação de percursos de carreira claros e a oferta de programas de orientação, mas também incluir a preparação do fim da carreira, c) Flexibilidade no local de trabalho, com o reconhecimento de que os trabalhadores em diferentes fases da vida podem ter necessidades diferentes, sendo que a gestão da idade envolve a oferta de modelos de organização do trabalho mais flexíveis, tais como opções de trabalho remoto, horários flexíveis ou tempo parcial, para acomodar as circunstâncias variáveis dos trabalhadores, d) Saúde e bem-estar, através da promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores, de particular importância para os trabalhadores mais velhos, que podem ter preocupações específicas relacionadas com a saúde; os programas e iniciativas de bem-estar, enquanto mecanismos para ajudar os trabalhadores a manterem-se saudáveis e empenhados, devem ser pensados a partir de uma perspetiva etária e intergeracional, e) Planeamento da reforma, com a disponibilização de recursos e informações que ajudem os trabalhadores a planear a reforma, incluindo opções de pensão, assistência no planeamento financeiro e social da reforma, nomeadamente para que os trabalhadores mais velhos saiam gradualmente do mercado de trabalho, pelo menos no plano da experiência dessa fase da vida, evitando ruturas bruscas e potencialmente mais desestruturantes, e f) Políticas contra a discriminação em função da idade, com o estabelecimento e aplicação de políticas que proíbam a discriminação em função da idade no local de trabalho são fundamentais para a gestão da idade, garantindo que todos os trabalhadores são tratados de forma justa e sem preconceitos.

Dos resultados deste trabalho realça-se a conclusão de que a gestão da idade é essencial na força de trabalho atual. A universidade tem uma força de trabalho multigeracional, pelo que uma gestão eficaz da diversidade etária pode conduzir a uma maior produtividade, maior satisfação dos trabalhadores, menor rotatividade e uma cultura de trabalho mais inclusiva. A gestão da diversidade etária reconhece que

cada grupo etário traz perspectivas, competências e pontos fortes únicos para a organização e tem como objetivo aproveitar essas diferenças para benefício de toda a força de trabalho. Nesse sentido, olhar para os trabalhadores mais velhos e pensar as modalidades de gestão de recursos humanos à luz das especificidades do momento da vida em que se encontram poderá ser uma medida eficaz com repercussões em todo o ecossistema da organização.

Referências bibliográficas

- ABOIM, S., AMOR, T., FERREIRA, V.S., & NUNES, C. (2010), *Transições para a velhice. Tempos e Transições de Vida: Portugal ao espelho da Europa*. José Machado Pais, Vítor Sérgio Ferreira. - Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2010. *Atitudes sociais dos portugueses*; 10.
- ADAMS, G. A., & RAU, B. L. (2011), "Putting off tomorrow to do what you want today: planning for retirement", *Am Psychol*, 66(3), 180. <https://doi.org/10.1037/a0022131>
- AIDUKAITE, J., & BLAZIENE, I. (2021), "Longer working lives – what do they mean in practice – a case of the Baltic countries", *International Journal of Sociology and Social Policy*, 42(5-6), pp. 526-542.
- ANGELONI, S., & BORGONOVI, E. (2016), "An ageing world and the challenges for a model of sustainable social change", *Journal of Management Development*, 35(4), 464. <https://doi.org/10.1108/Jmd-07-2015-0101>
- APOUEY, B. (2020), "Conditions of existence and subjective perceptions of retirement: quantitative evidence from France", *Ageing and Society*, 42(3), 564. <https://doi.org/10.1017/s0144686x20001002>
- BEACH, B. (2014), "Ageing populations and changing worlds of work", *Maturitas*, 78(4), 241–242. <https://doi.org/10.1016/j.maturitas.2014.05.011>
- BECKER, R. (2022), "Gender and Survey Participation: An Event History Analysis of the Gender Effects of Survey Participation in a Probability-based Multi-wave Panel Study with a Sequential Mixed-mode Design", *methods, data, analyses*, 16(1), 30. <https://doi.org/10.12758/mda.2021.08>
- BRATUN, U., & ZURC, J. (2022), "The motives of people who delay retirement: An occupational perspective", *Scandinavian Journal of Occupational Therapy*, 29(6), 482. <https://doi.org/10.1080/11038128.2020.1832573>
- BRATUN, U., ASABA, E., & ZURC, J. (2023), "Motives of retirement-aged workers and the importance of doing, being, becoming, and belonging: A systematic review of qualitative studies" *Journal of Occupational Science*, 1. <https://doi.org/10.1080/14427591.2022.2057574>
- BRUCKER, E., & LEPEL, K. (2012), "Retirement Plans: Planners and Nonplanners", *Educational Gerontology*, 39(1), 1. <https://doi.org/10.1080/03601277.2012.660859>
- CAHILL, M., et al. (2022), "Being an academic retiree: a qualitative, follow-up study of women academics in the Republic of Ireland", *Irish Journal of Occupational Therapy*, 50(1), 42. <https://doi.org/10.1108/ijot-02-2022-0006>
- CHECCUCCI, P., PRINCIPI, A., QUATTROCIOCCHI, L. et al. (2021), "Employment of Older People across Italian Regions: an Exploration of Drivers and Barriers Based on the Active Ageing Index", *Journal of Population Ageing*, 14, pp. 23-35. <https://doi.org/10.1007/s12062-020-09266-7>
- DAMMAN, M., HENKENS, K. & KALMIJN, M. (2015), "Missing Work After Retirement: The Role of Life Histories in the Retirement Adjustment Process", *The Gerontologist*, 55(5), pp. 802-813. <https://doi.org/10.1093/geront/gnt169>
- DAVIES, E., & JENKINS, A. (2013), "The work-to-retirement transition of academic staff: attitudes and experiences", *Employee Relations*, 35(3), 322-338. <https://doi.org/10.1108/01425451311320503>
- DE WIND, A., et al. (2017), "Mental retirement? Trajectories of work engagement preceding retirement among older workers", *Scand J Work Environ Health*, 43(1), pp. 34-41. <https://doi.org/10.5271/sjweh.3604>
- DEL BARRIO, E., et al. (2018), "From Active Aging to Active Citizenship: The Role of (Age) Friendliness", *Social Sciences*, 7(8), 134. <https://doi.org/10.3390/socsci7080134>
- DIACHENKO, M., et al. (2021), "Pre-retirement Employees Experience Lasting Improvements in Resilience and Well-Being After Mindfulness-Based Stress Reduction", *Frontiers in psychology*, 12, 699088. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.699088>
- DIAS, I. (1994), "Família e discurso político: algumas pistas de análise [Family and political discourse: some analysis clues]", *Sociologia* 4 (1994): 97-171.

MESSIAS VARGE, Sofia; & LOPES, Alexandra (2024),

"Transição para a Reforma: Representações, Projetos e Expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. L, pp. 11 - 33

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50a1>

- DUFOUR, M.-E., SABA, T., & LEIVA, F.B. (2021), "Planned retirement age: do attachment to work and expectations relating to workplace adjustments matter?", *Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal*, 40(7), pp. 892-906. <https://doi.org/10.1108/edi-09-20200281>
- EISMANN, M., VERBEIJ, T., & HENKENS, K. (2019), "Older workers' plans for activities in retirement: The role of opportunities, spousal support, and time perception", *Psychology and Aging*, 34(5), pp. 738-749. <https://doi.org/10.1037/pag0000377>
- ELLIS, C., *et al.* (2017), "Living the Post-University Life: Academics Talk About Retirement", *Qualitative Inquiry*, 23(8), 575. <https://doi.org/10.1177/1077800417716392>
- FABISIAK, J., & PROKURAT, S. (2012). "Age Management as a Tool for the Demographic Decline in the 21st Century: An Overview of its Characteristics", *Journal of Entrepreneurship, Management and Innovation*, 8(4), 83. <https://doi.org/10.7341/2012846>
- FOCACCI, C., OYLU, G., MOTEL-KLINGEBIEL, A. & KELFVE, S. (2023), "The value of pension reforms for late working life: evidence from Sweden", *International Journal of Sociology and Social Policy*, 43 (13/14), pp. 79-89. <https://doi.org/10.1108/IJSSP-02-2023-0038>
- GELB, B. D., & ELKINS LONGACRE, T. (2016), "Choosing to retire: how companies can support and respect the decision better", *Journal of Business Strategy*, 37(2), 36. <https://doi.org/10.1108/jbs-01-2015-0005>
- HAMM, J. M., *et al.* (2019), "Engagement with six major life domains during the transition to retirement: Stability and change for better or worse", *Psychology and aging*, 34(3), 441–456. <https://doi.org/10.1037/pag0000343>
- HEWITT, A., HOWIE, L. & FELDMAN, S. (2010), "Retirement: What will you do? A narrative inquiry of occupation-based planning for retirement: Implications for practice", *Aust Occup Ther J*, 57(1), 8. <https://doi.org/10.1111/j.1440-1630.2009.00820.x>
- HILL, P., & PFUND, G. (2021), "Purposeful retirement expectations and their associations with retirement planning", *Aging and Mental Health*, 26. <https://doi.org/10.1080/13607863.2021.1963948>
- LAKOMÝ, M. (2019), "The effects of prolonged working life on subjective quality of life across Europe", *Soc Sci Res*, 82, 33. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2019.04.011>
- LEWIS, J. (2010), "Gøsta Esping-Andersen (2009), The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles. Cambridge: Polity Press., pp. 214.", *Journal of Social Policy*, 39(3), 483–484. doi:10.1017/S0047279410000085
- LOPES, A., & LEMOS, R. (2012), "Envelhecimento demográfico: percursos e contextos de investigação na Sociologia Portuguesa", *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático: Envelhecimento demográfico, pp. 13-31
- MADUREIRA, C. (2020), "A reforma da administração pública e a evolução do estado-providência em Portugal: história recente", *Ler História*, 76 | 2020, 179-202. DOI: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.6408>
- MCDANIEL, J.E., ANDERSON, B.B. & JEFFRIES, J. (2021), "Professor Hamlet's dilemma: to retire or not to retire?", *Journal of Applied Research in Higher Education*, 13(1), pp. 258-271. <https://doi.org/10.1108/JARHE-11-2019-0284>
- MIRANDA-DURO, M.d.C., *et al.* (2021), "Mixed Study on the Impact of a Technology-Based Retirement Preparation Program: Tech-Retired. Protocol Study", *International Journal of Qualitative Methods*, 20. <https://doi.org/10.1177/16094069211003437>
- MICHELSON, S., & SCHWARTZ, L.A. (2018), "Retirement planning in academia", *International Journal of Business*, 23, pp. 373-382.
- NAEGELE, G., & WALKER, A. (Eds.) (2006), *A guide to good practice in age management. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions Publications Office*. ISBN 92-897-0934-0
- NORDHEIM, F., & KVIST, J. (2023), "Regulating the retirement age —Lessons from Nordic pension policy approaches", *Regulation & Governance*, 17, pp. 644–657. doi:10.1111/rego.12475
- PRINCIPI, A., *et al.* (2020). "What Happens to Retirement Plans, and Does This Affect Retirement Satisfaction?", *Int J Aging Hum Dev*, 90(2), 152. <https://doi.org/10.1177/0091415018796627>
- PROKOPENKO, N.A. (2021), "Change in the Institutional Environment to Extend the Individual Period of Active Work Life", *Advances in Gerontology*, 11, pp. 274–282. <https://doi.org/10.1134/s2079057021030127>
- RYSER, V.-A., & WERNLI, B. (2017), "How does transitioning into retirement impact the individual emotional system? Evidence from the Swiss context", *Advances in Life Course Research*, 32, 42. <https://doi.org/10.1016/j.alcr.2016.08.001>
- SALIFU, I. (2023), "After retirement what next? A survey of post-retirement resolutions of retiring university teachers in Ghana", *Educational Gerontology*, 49(4), 287. <https://doi.org/10.1080/03601277.2022.2109356>
- SEIDL, J., NEIVA, E.R., & MURTA, S.G. (2021), "Planning and Reasons for Retirement: Focus Groups with Brazilian Workers", *Trends in Psychology*, 29(3), 456. <http://doi.org/10.1007/s43076-021-00063-5>
- SILVER, M.P., SETTELS, J., SCHAFER, M.H. & SCHIEMAN, S., (2019), "Getting the Hours, You Want in the Preretirement Years: Work Hour Preferences and Mismatch among Older Canadian Workers. *Work, Aging and Retirement*, 5(2), pp.175-188. <https://doi.org/10.1093/workar/way015>
- SHERRY, A., *et al.* (2017), "Apprehensive about retirement: Women, life transitions, and relationships", *Journal of Women & Aging*, 29, 1. <https://doi.org/10.1080/08952841.2015.1113728>
- SMITH, W. (2008), Does Gender Influence Online Survey Participation? A Record-Linkage Analysis of University Faculty Online Survey Response Behavior. Online Submission.

MESSIAS VARGE, Sofia; & LOPES, Alexandra (2024),

"Transição para a Reforma: Representações, Projetos e Expectativas de uma amostra de trabalhadores da Universidade do Porto",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. L, pp. 11 - 33

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50a1>

- SOLHI, M., PIROUZEH, R., ZANJARI, N. & JANANI, L. (2022), "Dimensions of Preparation for Aging: A Systematic Review", *Medical Journal of the Islamic Republic of Iran*, 36, 81. <https://doi.org/10.47176/mjiri.36.81>
- SÖRENSEN, S., MISSEL, R., EUSTICE-CORWIN, A. & OTIENO, D. (2021), "Perspectives on Aging-Related Preparation", *J Elder Policy*, 1(2). <https://doi.org/10.18278/jep.1.2.7>
- TEIXEIRA FERNANDES, A. (2017), "Processos e estratégias de envelhecimento", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2390>
- THORSEN, S., *et al.* (2012), "The association between psychosocial work environment, attitudes towards older workers (ageism) and planned retirement", *International archives of occupational and environmental health*, 85(4), 437–445. <https://doi.org/10.1007/s00420-011-0689-5>
- URBANCOVÁ, H., MADZÍK, P., VRABCOVÁ, P., & ŘEHOŘ, M. (2024), "Navigating the age mosaic of employees: unveiling insights into age diversity strategies in modern workplaces", *Cogent Business & Management*, 11(1). <https://doi.org/10.1080/23311975.2024.2402509>
- VARGE, S. (2023), O envelhecimento ativo na transição para a reforma. Representações, projetos e expectativas: um estudo de caso na Universidade do Porto. *Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto*. <https://hdl.handle.net/10216/154074>
- VICKERSTAFF, S., & VAN DER HORST, M. (2021), "The Impact of Age Stereotypes and Age Norms on Employees' Retirement Choices: A Neglected Aspect of Research on Extended Working Lives"; *Front Sociol*, 6, 686645. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.686645>
- WANG, W.C., WORSLEY, A., CUNNINGHAM, E. & HUNTER, W. (2014), "The Heterogeneity of Middle-Age Australians' Retirement Plans", *Social Work Research*, 38(1), 36. <https://doi.org/10.1093/swr/svu005>
- WIKTOROWICZ, J. (2018), "Extending Working Life: Which Competencies are Crucial in Near-Retirement Age?", *J Adult Dev*, 25(1), 48. <https://doi.org/10.1007/s10804-017-9274-9>

Sofia Messias Varge. (*autor para correspondência*)

Reitoria da Universidade do Porto, Praça Gomes Teixeira s/n 4099-002 Porto, Portugal. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP). Endereço para correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

E-mail: svarge@reit.up.pt

Alexandra Lopes.

Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Endereço para correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

E-mail: aslopes@letras.up.pt

Artigo recebido a 26/06/2024 e aceite para publicação a 23/12/2024.

Português

Interseccionalidade: conceito e crítica do conceito

João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

Neste texto escrutina-se a génese do conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw no ano de 1991, evidenciando as condições sociais, teóricas e institucionais da sua invenção, a que não é alheio o duplo pertencimento da autora como académica (jurista) e ativista afroamericana pelos direitos das mulheres negras. Em seguida, apresentam-se dois tipos de interseccionalidade: uma, *avant la lettre* (tipo 1), mais abstrata e geral, de cariz sistémico e estrutural, onde cabem, entre outras, as teorias sociais de Pierre Bourdieu e Karl Marx. Outra, mais rente ao chão fenomenológico da experiência (tipo 2), cujo ponto de partida é desenhado precisamente por Crenshaw.

Submete-se o conceito a uma crítica holística e materialista, associada à ideia de Nancy Fraser sobre o capitalismo como ordem social institucionalizada, realçando as potencialidades da interseccionalidade, em particular nas atualizações que Crenshaw foi incorporando, mas também os riscos, teóricos e cívicos, de atomização, diferencialismo e apropriação identitária individualista. Sugere-se, finalmente, o cruzamento entre o tipo 1 e 2 de interseccionalidade.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Identidade; Justiça social.

English

Intersectionality: concept and critique of the concept

Abstract

This text scrutinises the genesis of the concept of intersectionality, coined by Kimberlé Crenshaw in 1991, highlighting the social, theoretical and institutional conditions of its invention, which is not unrelated to the author's dual belonging as an academic (jurist) and African American activist for black women's rights. Two types of intersectionality are then presented: one, *avant la lettre*, more abstract and general (type 1), of a systemic and structural nature, which includes the societal theories of Pierre Bourdieu and Karl Marx. Another, closer to the phenomenological ground of experience type 2), whose starting point is drawn up precisely by Crenshaw.

The concept is subjected to a holistic and materialist critique, associated with Nancy Fraser's idea of capitalism as an institutionalised social order, highlighting the potential of intersectionality, particularly in the updates that Crenshaw has incorporated, but also the theoretical and civic risks of atomisation, differentialism and individualistic identity appropriation. Finally, it is suggested that type 1 and type 2 of intersectionality should be crossed.

Keywords: Intersectionality; Identity; Social justice.

Français

Intersectionnalité : concept et critique du concept

Résumé

Ce texte examine la genèse du concept d'intersectionnalité, inventé par Kimberlé Crenshaw en 1991, en mettant en évidence les conditions sociales, théoriques et institutionnelles de son invention, qui n'est pas sans lien avec la double appartenance de l'auteure, universitaire (juriste) et militante afro-américaine pour les droits des femmes noires. Deux types d'intersectionnalité sont ensuite présentés : l'une, avant la lettre (type 1), plus abstraite et générale, de nature systémique et structurelle, qui inclut les théories sociétales de Pierre Bourdieu et de Karl Marx. L'autre, plus proche du terrain phénoménologique de l'expérience (type 2), dont le point de départ est précisément dessiné par Crenshaw.

Le concept est soumis à une critique holistique et matérialiste, associée à l'idée de Nancy Fraser du capitalisme en tant qu'ordre social institutionnalisé, soulignant le potentiel de l'intersectionnalité, en particulier dans les mises à jour que Crenshaw a incorporées, mais aussi les risques théoriques et civiques de l'atomisation, du différentialisme et de l'appropriation individualiste de l'identité. Enfin, il est suggéré de croiser les types 1 et 2 d'intersectionnalité.

Mots-clés: Intersectionnalité; Identité; Justice sociale.

Español

Interseccionalidad: concepto y crítica del concepto

Resumen

Este texto escudriña la génesis del concepto de interseccionalidad, acuñado por Kimberlé Crenshaw en 1991, destacando las condiciones sociales, teóricas e institucionales de su invención, que no es ajena a la doble pertenencia de la autora como académica (jurista) y activista afroamericana por los derechos de las mujeres negras. A continuación, se presentan dos tipos de interseccionalidad: uno, avant la lettre (tipo 1), más abstracto y general, de carácter sistémico y estructural, que incluye las teorías societales de Pierre Bourdieu y Karl Marx. Otra, más cercana al terreno fenomenológico de la experiencia (tipo 2), cuyo punto de partida es trazado precisamente por Crenshaw.

El concepto es sometido a una crítica holística y materialista, asociada a la idea de Nancy Fraser del capitalismo como orden social institucionalizado, destacando el potencial de la interseccionalidad, particularmente en las actualizaciones que Crenshaw ha incorporado, pero también los riesgos teóricos y cívicos de la atomización, el diferencialismo y la apropiación identitaria individualista. Por último, se sugiere cruzar el tipo 1 y el tipo 2 de interseccionalidad.

Palabras clave: Interseccionalidad; Identidad; Justicia social.

1. Inventar um conceito, nomear e delimitar uma realidade

O conceito de interseccionalidade apresenta desafios muito estimulantes à Sociologia no seu estudo sobre as desigualdades sociais e as relações de poder. Ao ser usado sociologicamente, pressupõe uma delimitação conceptual e formal que o autonomize face às representações espontâneas, até porque estas são habitualmente situadas em contextos de disputa política e de performatividade discursiva, sujeitando-se a pressões exteriores ao campo científico, próprias da dinâmica efervescente da relação de forças. Por outro lado, tais retóricas favorecem o sincretismo heteróclito de dimensões, a contradição entre os seus elementos constituintes ou a simplificação de argumentos para efeitos de absorção rápida e urgência interventiva. Assim, para que seja operativo, metódico e credível, o conceito terá de construir-se contra as evidências do senso comum ou a prática dominante de exercício do poder, mesmo correndo o risco de desiludir as expetativas reinantes.

Quero com isto dizer que o conceito é imune às paradas em que se vê envolvido ou que é apenas um elemento etéreo e abstrato nos nenúfares da ciência pura? Nada disso. Desde logo, porque a sua génese parte de uma necessidade simultaneamente teórica e prática. A autora, Kimberlé Creenshaw, debatia-se com a invisibilidade, nas decisões judiciais, de uma categoria subalterna específica: a das mulheres pobres e negras. Na senda dos *Critical Legal Studies* e da *Critical Race Theory*, preocupava-a a míngua de conceitos para compreender situações concretas de abandono, sofrimento e discriminação. Por isso, o que haveria de mais poderoso do que criar uma heurística a partir da invenção de um conceito, o de interseccionalidade, no já longínquo ano de 1991 (Creenshaw, 2023), para dar conta dessa ausência e criar uma perspetiva, um ponto de vista sobre um lugar vazio? Pois o conceito é isso mesmo: um ponto de vista (e uma vista a partir de um ponto), enquanto legibilidade situada que ilumina uma certa realidade até então oculta. *Ilumina um ângulo até então morto* (Fassin, 2020).

Foi o caso: o sistema jurídico americano, de onde emanavam as sentenças que pareciam não ver a situação das mulheres negras e pobres, cristalizava, por ações e omissões, ditos e entreditos, um bloco de hierarquias sociais, políticas e simbólicas pelas quais se reproduzia, normalizando e naturalizando as relações de dominação.

Inventar o conceito, “unidade básica da linguagem científica” (Silva, 2024: 10) permite nomear, quer dizer, enunciar, observar, registar, medir e interpretar as experiências multidimensionais das pessoas menos privilegiadas de cada grupo social, as que acumulam subordinações e estigmas. Se a experiência (e a voz, e o silêncio) da opressão resulta de camadas múltiplas, então o seu discernimento terá de ser ao mesmo tempo multiforme e integrado.

Certamente, como apontam Hill Collins e Bilge (2021), há toda uma história de interseções antes do conceito ter sido cunhado, entrando para o cânone. Múltiplos movimentos sociais descobriram, nas suas lutas pelo reconhecimento e justiça social, os imperativos de alianças entre diferentes tipos de desigualdade; do mesmo modo, alguns académicos trabalhavam já no cruzamento da classe, etnicidade e género; outros desenvolviam teorias de grande alcance em que era possível forjar explicações sistémicas, ancoradas nas leis da dominação.

Contudo, não é só um nome. Crenshaw acrescenta entendimento. Nas suas palavras: «Assim como é verdadeiro o facto de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de género, também é verdade que outros fatores relacionados com as suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres.» (Crenshaw, 2002: 173).

A mesma autora avança com uma figura de estilo para definir o conceito: «Utilizando uma metáfora de interseção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, género e classe, constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, económicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando interseções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As

mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias.» (Idem: 177).

As duplas, triplas e múltiplas discriminações (sexual, racial, de classe), os seus cruzamentos e sobredeterminações, a forma como interagem, vão contra as rotinas do monismo científico e das teorias do fator preferencial, tão confortáveis na arrumação mental das nossas práticas. Exigem, amiúde, para seguir o pensamento de Crenshaw, perceber que, numa das vias, as mulheres negras se aproximam dos homens racializados (nomeadamente na relação com o mercado de trabalho), mas deles se distanciam, noutra banda, quando querem lutar contra a invisibilidade na esfera privada, a violência doméstica, o abuso ou a violação. Nessas situações, como que desaparecem: as instituições não as veem, porque não correspondem ao “modelo” da vítima de opressão, as comunidades não as escutam, porque hierarquizam os combates que querem travar. Por exemplo, os tribunais dos EUA preocupam-se, no caso da violação, com as vítimas brancas, mas raramente julgam os agressores de mulheres negras, em especial se forem brancos. Aí, elas são reduzidas a uma minoridade moral, assimiladas a estereótipos essencialistas sobre a sua suposta promiscuidade hiperssexualizada e congénita desestruturação sexual, psíquica e sexual. Mesmo nas comunidades negras, onde a sua dor poderia ser escutada, as estratégias defensivas convidam ao silenciamento, pois contestar o patriarcado dos homens negros enfraqueceria a luta contra o racismo, considerada prioritária.

Escutemos Crenshaw uma vez mais: “O feminismo constrói-se sobre a assimilação do sexismo à experiência exclusiva das mulheres brancas e a luta contra o racismo é assimilada às dificuldades encontradas apenas pela classe média negra, ou simplesmente os homens negros” (Crenshaw, 2023: 37). Percebe-se a dificuldade, além de intelectual, prática: combater as teorias do fator explicativo único exige, no plano ativista, lutar contra a autoridade da voz universal do poder masculino, do poder masculino negro e da representação das mulheres brancas.

A interseccionalidade é indissociável, por isso, de um mundo crescentemente diferenciado, hierarquizado e interdependente. Nas palavras de Hill Collins e Bilge: “é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas” (Collins & Bilge, 2021: 16) ou, pegando novamente em Crenshaw, trata-se de colocar em jogo as diferenças que fazem a diferença.

2. Conhecer é intervir

É claro que este tipo de teorias e de conceitos, embora devedores de uma construção que lhes deve conferir uma certa depuração e autonomia face às pressões dos combates sociais, se articulam com uma “práxis crítica”. Os resultados das reflexões analíticas e das pesquisas empíricas que “trabalham nas interseções” fornecem recursos para desvendar e combater as camadas acumuladas e cruzadas da injustiça social. A análise interseccional, ao relacionar, entre outros, classe, etnicidade e género, abre as possibilidades de resolução de puzzles sociais. O conceito aprofunda o conhecimento sobre o cariz relacional e plural das desigualdades sociais, o que aumenta potencialmente a eficácia de ações e movimentos, públicos ou da “sociedade civil”, de cima ou a partir de baixo, que se mobilizem por um *ethos* de justiça social. Um coletivo de autoras em que Crenshaw se inclui (Cho, Crenshaw & McCall, 2013) força o tom ao dizer que é mais importante o que a interseccionalidade *faz* do que aquilo que *é*. Percebo a ideia, mas discordo: ambas as dimensões se sobrepõem. Quão melhor explicitarmos o conceito, mais eficaz se tomará na sua operatividade prática e política. Não se perde tempo – atalha-se caminho em direção ao alvo.

Atente-se no seguinte exemplo, extraído de uma pesquisa recente que conduzi no cruzamento entre a classe, o género e a idade (Lopes, 2023):

No quotidiano de Madalena, exemplos de interseccionalidade

Madalena sofreu na pele algumas humilhações por ser pobre, por ser jovem e por ser mulher. Tais ofensas ocorreram em contexto familiar, porque as classes populares não são homogéneas e albergam uma variedade de condições sociais, internamente

hierarquizadas. Os recursos de cada pessoa determinam um certo volume de prestígio, de capital simbólico, que distribuiu desigualmente as possibilidades de reconhecimento, de ser-se «respeitado», enquanto situa e etiqueta os interlocutores de uma interação:

E lá [na minha terra] se uma pessoa tiver posses é do conhecimento público. Só falta sair no jornal, porque toda a gente sabe. E eu não, a minha família é humilde. É só olhar para os meus pais, que os meus pais são pessoas humildes. Se tivermos dinheiro para isto, é isto, se não, fica. Não vamos estar cá com coisas. Eu sinto isso... eu sinto que se calhar respeitam-na [a cunhada], apesar de ela ser mais nova, há ali um respeito... Ainda por cima a avó é daquelas tradicionais, sabe? Uma situação ela [a cunhada] estava a comer e sujou a camisola. Uma coisa simples. «Madalena, levanta-te e vai buscar um pano e limpa-lhe a camisola.» E eu fiquei... «Não, isto não pode estar a acontecer.» Ela é a matriarca, não é a avó. Aí eu comecei a reparar que alguma coisa não estava bem, porque se eu sou a mais velha das jovens, então deveria ser o contrário, que era os mais novos respeitar os mais velhos. Mas a partir do momento que eu tenho que limpar a camisola da menina que se sujou a comer.... Na hora, ter de me levantar. Eu acho que a discriminação aí é monetária. E nem é uma questão de mim e dela, é dos meus pais. É de famílias.

Por ser oriunda de uma família mais pobre, desclassificada no espaço social local e na leitura que a avó da cunhada faz dessa mesma cartografia simbólica, Madalena foi obrigada a levantar-se para limpar a outra jovem. Mas também o foi por ser mulher — a nenhum homem se exigiria tal coisa, os homens não limpam nem cuidam. E, finalmente, por ser jovem, já que a anciã, espécie de guardiã da moral, para utilizar um termo caro ao sociólogo norte-americano Howard Becker, se assume como matriarca — a idade é um posto.

Noutra ocasião, é notória a interação entre a pertença de classe e o género. Ao contrário das amigas da terra, que não prolongaram os seus estudos, Madalena tira tempo para si, no seu quarto, com o intuito de estudar e de ser bem-sucedida nos estudos universitários. Tal escolha é vista como duplamente bizarra: para as amigas, os estudos longos não servem, nem se vislumbram como destino possível. Em

simultâneo, o dever de uma rapariga com namoro estável é o de acompanhar o «seu homem», como se de um apêndice se tratasse:

E depois há aqueles comentários: «Ah, tu, Madalena, tu devias era acompanhá-lo [ao namorado]. Onde é que está a Madalena, porque é que ela não veio contigo sair?» «Ela está em casa, tem mais o que fazer, está a estudar.» [...] Eu é que estou... eu sinto isso, eu é que estou errada, porque eu estou a estudar e devia dar mais atenção ao homem.

Em ambas as situações aqui descritas depreende-se a utilidade das análises interseccionais. Como diz Isabelle Clair, «nunca se é somente uma mulher, da mesma maneira que nunca se é apenas negro, operário ou gay. Existem mulheres negras, mulheres operárias, mulheres lésbicas» (Clair, 2022: 787). Respeitar a especificidade de cada forma de opressão e desigualdade é um tributo que se presta à análise concreta de condições reais, como as anteriormente descritas. Na verdade, quer a posição social, quer a sua representação através das identidades, não são variáveis unidimensionais e jogam-se num jogo com várias paradas.

No meu trabalho, ao analisar, através do método biográfico, retratos sociológicos de jovens mulheres das classes populares com percursos de sucesso na Universidade, procedi a um *zoom* que ampliou o conhecimento sobre os processos de socialização que favorecem percursos inesperados ou contratendências (Lopes, 2023). Na lógica das regularidades sociais predominantes obscurece-se a especificidade dos fatores sociais que produzem estas trajetórias, na interseção entre classe e género. Conhecê-las abre pistas para políticas públicas que transfiram, ampliem e apoiem os recursos que estas jovens, malgrado as imensas dificuldades por que passaram, conseguiram mobilizar.

A conscientização das situações de interseccionalidade permite, ainda, uma auto-sócio-análise não individualista em que se aprofundam as ligações entre várias formas de poder e de opressão e, talvez mais importante ainda, entre a escala individual, das vívidas experiências, e as bases estruturais da injustiça, sempre mais inacessíveis.

Em suma, em cada situação, ganhar-se-á se salientarmos as influências recíprocas e as conexões dinâmicas (com aproximações e divergências) entre os vários tipos de desigualdade, resgatando a autonomia, ainda que relativa, das dimensões de género, classe e etnicidade (entre outras), mas evitando, do mesmo modo, a dispersão que torna impossível compreender as relações sociais no seio do sistema em que operam.

Este é um problema teórico, mas imbricadamente prático e político.

3. Relacionar e integrar a partir de cima: Interseccionalidade de tipo 1

Quando se percebe a constituição relacional do poder é impossível não mencionar as propostas interseccionais *avant la lettre*. Penso, em particular, na noção avançada por Bourdieu sobre o *campo do poder*. Através desse conceito entendemos melhor que o poder não deriva de uma conceção substancialista, já que não depende de propriedades individuais, mas sim da dinâmica do sistema de relações entre posições sociais, na incessante luta pela imposição do monopólio dos princípios que estabelecem a dominação e a (di)visão do mundo, cuja génese as classes dominantes procuram ocultar. O seu incessante investimento, aparentemente desinteressado, no estabelecimento das regras do jogo social, naturaliza as desigualdades através de um intrincado processo de universalização (Bourdieu, 2012) das categorias de perceção que legitimam a sua posição social, em muito devedor da mobilização dissimulada da violência simbólica (imposição encoberta de um arbitrário cultural, de uma forma de dizer, conhecer e representar o mundo social).

O autor francês confere, assim, um primado às relações (Bourdieu, 1994) e às disposições (estruturas incorporadas pelos agentes) em situações objetivamente organizadas (campos sociais, diferenciados consoante as esferas de atividade fortemente estruturadas e com lógicas próprias de disputa).

No metacampo do poder joga-se o valor acumulado e cruzado dos vários capitais (económico e cultural, principalmente, mas também social, político e simbólico) que, apesar de valerem como ativos em diferentes esferas com relativa autonomia (os já referidos campos), não deixam de interagir, consolidando um sistema de dominação (o capital atrai capital). É aí que, por assim dizer, se fazem as contas sobre o volume

global do capital possuído, opondo dominantes e dominados. As espécies distintas de capital articulam-se, acumulam-se, implicam-se em cada trajetória social, o que exige uma visão holística sobre o espaço social – espaço das diferenças em relação e em luta.

O sociólogo francês pensa as relações de força como instrumentos simbólicos de imposição de categorias de percepção e de classificação do mundo, pretendendo distanciar-se da primazia do capital económico no marxismo. Quem as consegue universalizar ganha o jogo, pois as classes dominadas, como já mencionei, incorporam a validade de tais (di)visões, ao reconhecerem a sua legitimidade.

Contudo, defendo que o marxismo contém também o gérmen do pensamento interseccional. Na sua voragem de acumulação infinita, o capital relaciona e articula o económico, o político, o jurídico e o ideológico. Uma análise atenta do conjunto da obra de Marx chama-nos a atenção para a imbricação das dimensões analíticas e das lutas em disputa. Quando analisa a alienação ou a fetichização da mercadoria, o alemão convoca a centralidade do simbólico, nomeadamente ao associar o domínio e a exploração da burguesia à produção, disseminação e incorporação da *ideologia dominante*¹ enquanto *ideologia da classe dominante* (Marx & Engels, 1974), como de resto sugerimos em anterior trabalho (Louçã, Lopes & Costa, 2014). É o próprio Marx, aliás, que nos fala nas “variações e matizes infinitas” que interagem com a centralidade da base económica:

“Isso não impede que uma mesma base económica (...), sob influência de inúmeras condições empíricas diferentes, de condições naturais, de relações raciais, de influências históricas exteriores, etc., possa apresentar variações e matizes infinitas que só uma análise dessas condições empíricas poderá elucidar” (Marx, 1977: 717).

O estudo de situações concretas, como a da luta de classes em França, ilustra a variedade de dimensões convocadas por Marx, cuja sensibilidade à luta social e

¹ Atente-se na semelhança do pensamento de Marx e de Engels com o de Bourdieu, a propósito da produção das ideias dos dominantes e do processo de imposição/universalização simbólico: “Cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade, de os representar como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos” (Marx & Engels, 1974: 57).

política o fazia desconfiar de determinações absolutas e de vias de sentido único, mantendo em aberto o devir histórico.

Num caso e noutro, estes autores praticam o que chamarei de *interseccionalidade de tipo 1*²: um pensamento holístico, complexo, histórico, relacional e antiessencialista que procura integrar as diferentes formas de poder e de desigualdade, sem descuidar o contributo específico de cada um para o resultado global, o qual deverá ser constatado pela observação empírica situada.

Em certo sentido, são próximas do que Merton apelida de “sistemas totais de teoria” (Merton, 1967), de largo alcance, formulando orientações gerais transcontextuais, constantes e invariantes de pretensão universal, embora, ao contrário das críticas do sociólogo americano, não tenham conduzido a investigação para terrenos substancialistas ou especulativos. Ao invés, tanto a teoria da prática quanto o marxismo revelaram-se robustos quadros de produção de teorias de médio alcance, inspirando densos e diversificados programas de pesquisa com forte tradução empírica, dando a conhecer os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades numa multiplicidade de esferas sociais³.

4. A partir de baixo: Interseccionalidade de tipo 2

A partir de Crenshaw, a invenção do conceito leva a um modo de análise interseccional mais vinculado à observação da fenomenologia das metamorfoses da opressão em contextos quotidianos nos vários mundos da vida. A sua aproximação aos terrenos de vivência da violência social reverbera uma atenção às manifestações das diferenças acicatada pelo diálogo entre o papel social de académica e de ativista. Em parte, por isso, poder-se-ia objetar que lhe falta consistência estrutural (as constantes que determinam e explicam tais desigualdades e opressões são fracamente analisadas) e visão sistémica, uma vez que a articulação das injustiças

² Charles Tilly (2005) e Göran Therborn (2006) são outros autores fundamentais cujos sistemas teóricos estão imbuídos deste pensamento interseccional de tipo 1, aplicado à análise das múltiplas desigualdades sociais e seus cruzamentos. De igual modo, Max Weber promoveu uma pioneira análise da multidimensionalidade do poder, mostrando como o nível económico opera na estruturação das classes (definidas pela situação de mercado); o nível social e simbólico na constituição dos grupos de status, organizados pela lógica endogâmica da “honra social” e a camada política, patente na proliferação de partidos (Weber, 1978).

³ Não se julgue que a interseccionalidade de tipo 1, pela sua feição macrosociológica, não é capaz de compreender as práticas quotidianas (veja-se, por exemplo, Pereira, 2005).

se faz num quadro de persistência que reproduz sistemas enraizados de desigualdades (Costa, 2012), o que, apesar de constatado, não merece aprofundamento na análise da jurista afroamericana.

Contudo, a autora vai moldando o conceito, em revisitações sucessivas. Este nunca é obra acabada; pode resistir melhor a contradições ou refutações se tiver elasticidade suficiente para se autocorriger. Crenshaw tem vindo a acentuar (e bem) o seu cariz de *mediação* entre a afirmação identitária e a reivindicação coletiva. Por um lado, pretende combater o essencialismo das visões identitárias fixas e reificadas que armadilham a análise em versões aditivas de opressões separadas. Por outro, ainda que não esqueça a dimensão narrativa, performativa e discursiva que expressa e articula as opressões, critica severamente o antiessencialismo como “forma vulgarizada do construtivismo social” (Crenshaw, 2023: 195). Este alerta materialista, digamos assim, é um chamar à terra, um lembrar o chão: ser negro, ou mulher ou pobre, ou tudo ao mesmo tempo, tem consequências práticas, reais, palpáveis. Não é uma mera metafísica ou jogo de linguagem.

Enquanto transporte, o conceito de interseccionalidade concilia duas afirmações políticas aparentemente dissonantes: atente-se nas declarações “Eu sou negro” e “Sou uma pessoa que, por acaso, é negra” (Idem: 198). A primeira posição, de teor positivo e orgulhoso, ocupa uma posição social e reivindica uma identificação. A segunda tem implicações universais. Em conjunto, imbricadas, permitem contestar os sistemas de subordinação nas suas múltiplas e sistemáticas formas.

Outros autores seguem-lhe o caminho nessa preocupação. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge enfatizam a “centralidade dos entendimentos e da relacionalidade” nas práxis e pesquisas interseccionais (Collins & Bilge: 2021: 256). Não se trata de meras “listas” de opressões (Bilge, 2018), mas sim de considerar, em simultâneo, o princípio da sua não-equivalência (não são substituíveis entre si) e da sua coconstituição (são indissociáveis).

Atenta aos riscos da propagação de versões vulgares de interseccionalidade, Bell Hooks é particularmente enfática na condenação de um “feminismo separatista, individualista e voltado para dentro”, assente na exploração exclusiva do “eu” e

reduzindo a célebre máxima de que “tudo o que é pessoal é político” a um *slogan* despolitizado que coloca a nomeação da identidade pessoal como um fim em si mesmo e não como um meio de erradicação da dominação (Hooks, 2019: 138). De igual modo, reconhece a importância de analisar as especificidades e as interações entre as várias dimensões do poder e da dominação, mas, ao mesmo tempo, sem renunciar procurar dialeticamente a origem ou pano de fundo estrutural onde as diferentes opressões radicam, tal como sugerem as visões marxistas da interseccionalidade de tipo 2.

A partir de uma posição anticapitalista, Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) defendem a inextricável indissociabilidade entre a opressão de género, a etnicidade e o modo de produção capitalista, dado que a sua organização subordina as mulheres, mais brutalmente, ainda, as racializadas, ao trabalho invisível, mal pago ou mesmo não pago de reprodução social (o cuidado que está subjacente à «produção das pessoas», isto é, à criação e sustentação da força de trabalho — alimentar, vestir, educar, etc., tão frequentemente sentimentalizado e equiparado a um ato de dádiva). Para tal, propõem que se redefina o conceito de classe trabalhadora, incluindo “não apenas as relações que exploram diretamente o «trabalho», mas também as relações que o produzem e repõem” (Idem: 47).

Numa direção semelhante, Galerand e Kergoat defendem que a consideração do espaço social implica que superemos o viés fragmentário (tão patente em análises essencialistas das identidades), encarando como relações sociais consubstanciais (cada uma exige a análise das outras) a classe, o género e a etnia, sem cair na tentação do reducionismo ou da reificação das diferenças (Galerand e Kergoat, 2014). As autoras propõem mesmo que esse conceito – consubstancialidade – substitua o de interseccionalidade, dada a sua maior clareza em precisar a raiz da dominação. Alertam, aliás, para que não se confundam duas dimensões, que aparecem amiúde amalgamadas: é o sistema que é interseccional ou tudo se passa ao nível das experiências vividas? Ora, por serem materialistas e desconfiarem das abordagens culturalistas que se situam à flor dos discursos, propõem um recentramento em torno das relações sociais, pois as formas mutuamente recíprocas de dominação são dinâmicas e históricas, não podendo ser fixadas por um exercício de reificação

categorial e identitária. A consubstancialidade significa, então, “pensar o mesmo e o diferente num mesmo movimento” (Idem: 48), uma vez que as relações sociais de classe, de género ou de etnicidade, ainda que distintas, não podem ser comparadas separadamente.

Em Portugal, Francisco Louçã alerta igualmente para a necessidade de não naturalizarmos as diferentes identidades, esquecendo a sua génese histórica ou reduzindo-as a meras dinâmicas subjetivas ou a um «coleccionismo de protestos» (Louçã, 2020: 79). Afinal, o que é a identidade senão a relação com os outros? Ora, a desmaterialização e a romantização da opressão conduzem a representação identitária a um mero trauma pessoal, exterior ao poder. E é poder, todavia, que é preciso enfrentar.

A vida de um conceito atuante é feita de precisões, reformulações e, até, de alternativas que pensam de outra maneira. Renasce, de cada vez, pelo olhar renovado do cientista, atento, em primeiro lugar, às discussões académicas, mas também aos usos práticos e políticos que suscita.

5. Notas Finais: cruzar os dois tipos de Interseccionalidade

A interseccionalidade de tipo 2 é cunhada para dar conta de registos descritivos, narrativos e textuais, inscritos no sistema judicial americano, que invisibilizavam a experiência de mulheres negras e pobres, ignorando a cumulatividade e o cruzamento das opressões. Essas são as *condições sociais* da sua produção. Mas o conceito emerge, também, porque, *avant la lettre*, se criaram as *condições teóricas* que permitiam relacionar e integrar as várias dimensões das desigualdades. Finalmente, a sua génese encontra *condições institucionais* favoráveis, uma vez que, nos EUA, começavam a surgir departamentos e centros de pesquisa alinhados com a reflexão cruzada sobre etnicidade, classe e género, enquanto se institui, mundo fora, o olhar pluriparadigmático dos estudos pós-coloniais. Em breve, tornar-se-ia uma referência para inúmeros movimentos e lutas sociais em distintas latitudes, percorrendo, ao mesmo tempo, um itinerário de institucionalização no universo académico

A raiz é, pois, discursiva e fenomenológica. Mas, desde cedo, a autora, Kimberlé Crenshaw, se preocupou em alargar o escopo conceptual, indagando sobre as consequências objetivas e materiais das situações de discriminação.

Ao longo do tempo, procurou elucidar como o conceito mediava entre escalas de observação (do vivido fenomenológico aos sistemas de dominação), entre abordagens identitárias, de cariz essencialista e outras, mais universalistas, de posturas separatistas, a políticas de aliança. Sem nunca negar a importância do reconhecimento das diferenças, Crenshaw insiste agora na negociação entre as formas de expressão de tais diferenças, de modo a criar sujeitos coletivos. Na verdade, é uma vez mais a porosidade entre as preocupações académicas e as de ativista que a levam a defender uma perspetiva de justiça social que respeite o “eu” identitário, mas que procure, ao mesmo tempo, uma conexão entre discursos e práticas críticas, forjando alianças. Afinal, a solidariedade não é um adquirido; importa negociá-la e construí-la fazendo sobressair não apenas, mas também o que aproxima e une.

No meu entender, falta explicitar a textura holística, estrutural e sistémica do conceito, de modo a não o reduzir a uma análise de experiências múltiplas e cumulativas de discriminação e sofrimento sociais, atomizando as vivências em ilhas semióticas. Trabalhar nas interseções não pode esquecer o sistema de posições sociais do capitalismo, nem tampouco a sua força (des)integradora.

No seu mais recente livro, Nancy Fraser fala precisamente dessa textura ao considerar o capitalismo como “ordem social institucionalizada” que canibaliza todas as esferas da vida, estabelecendo zonas de contato e de imbricação estrutural na desigualdade de género, na crise ecológica, na “opressão racial-imperial” e na dominação política – tudo em conjunto em sua dinâmica estrutural e nada acidental” (Fraser, 2024).

Não nego, com esta afirmação, a necessidade de fazer a anatomia das diferentes formas de dominação, mas reenviando-as sempre, no mesmo movimento, a esse *todo que articula, organiza e coordena tais interseções sob uma determinada lógica*. Como compreender, hoje, a imbricação entre o pessoal e o político, a subjetividade e

o modo de produção, o público e o privado ou a produção e a reprodução sociais desconhecendo as dinâmicas do capitalismo? Bem sei que a gramática psicologizante alicia tanto a construção de ferramentas analíticas, quanto as pulsões interventivas, insuflando esse “eu” despolitizado que confunde afirmação da identidade com emancipação, empoderamento com empreendedorismo, autonomia com autoexploração, liberdade com servidão. A pessoa modelo do neoliberalismo, enquanto capitalismo realmente existente, é a do cidadão “autónomo, empreendedor e infinitamente resiliente, uma figura autossuficiente cuja promoção ativa permite justificar o desmantelamento do *Welfare State* e o desmantelamento das instituições democráticas e do empenhamento cívico” (Chatzidakis *et al.*, 2020: 12).

Importa, pois, cruzar as virtualidades dos dois tipos de interseccionalidade: pelo tipo 1 obtemos uma cartografia do sistema social e dos conflitos multifacetados entre posições sociais, recursos assimétricos e disputas simbólicas, mas podemos negligenciar a fenomenologia da vida quotidiana e a urdidura vívida da injustiça. Pelo tipo 2, alcançamos descrições densas das experiências de discriminação que resultam do cúmulo de opressões, mas descuramos os encaixes estruturais e as lógicas sistémicas, resvalando para interpretações descritivas e/ou atomizadas. No primeiro caso, temos uma cartografia do conjunto e da totalidade das relações sociais; no segundo, mapeiam-se as margens, trazendo-as para o centro, de modo a resistir a uma regressão ao ínfimo, qual ilhéu isolado onde as experiências de opressão não comunicam.

Defendo, contudo, que devemos partir do mapeamento geral (interseccionalidade de tipo 1), consubstanciado no que Bourdieu apelidou de “espaço social”: o esquema teórico das posições sociais, das suas disputas e dos princípios de diferenciação. Para o sociólogo francês: o volume de capital acumulado; a estrutura das espécies de capital disponíveis (mais ou menos económico; mais ou menos cultural) e a evolução no tempo do capital que se detém (reconfigurações internas – por exemplo, o capital cultural é, cada vez mais, capital informacional – e ascensão e declínios – reclassificações induzidas pela trajetória social e pelos efeitos de conjuntura). Para o combativo Marx: o lugar nas relações sociais de produção, em particular a propriedade ou não propriedade dos meios de produção, a apropriação do trabalho

não pago (exploração), mas também a expropriação política do trabalho (vide as relações coloniais na acumulação primitiva do capital), e o contributo de cada posição para a reprodução do capital, num sentido alargado.

Entra, em seguida, a análise *rente ao chão* (interseccionalidade de tipo 2), de onde emanam as representações, os discursos, as interações, a expressão corporal e afetiva. Nesta sequência, consegue-se: 1) superar o viés individualista das situações de dominação; 2) transcender o preconceito idealista (“tudo resulta das mentalidades”, da “educação”, etc.); 3) transpor a invisibilização das pessoas que não cabem nos critérios de disputa e de diferenciação identificados pela lógica de tipo 1 (por exemplo, no construto do espaço social bourdieusiano (Bourdieu, 1979), a dimensão étnica não é considerada relevante e as diferenças de género, embora analisadas, estão longe de ser centrais; no caso de Marx, a identificação da “mulher como escravo do homem” e da família como a base da divisão do trabalho não é levada porventura até às últimas consequências na articulação entre divisão sexual do trabalho reprodutivo e divisão social do trabalho explorado no mercado⁴); 4) resgatar a consciência dos dominados sobre os processos de dominação (no *continuum* consentimento-revolta, onde cabem as manifestações híbridas da “arte de suportar”, dos mutismos seletivos, da atenção oblíqua, ou das táticas transgressivas, etc.).

Quadro 1.

Tipos de interseccionalidade.

Interseccionalidade Tipo 1	Interseccionalidade Tipo 2
Sistémica	Fenomenológica
Procura regularidades	Procura a diferença
Macro (e atuando de cima para baixo)	Micro (e atuando de baixo para cima)
Realça a classe (face ao género e à etnia)	Realça o género e a etnia (face à classe)
Identifica conflitos entre posições sociais e representações da posição social	Identifica conflitos entre identidades e consciência da diferença
Cartografa o centro	Cartografa as margens

Fonte: elaboração própria

⁴ Estas obliterações, próprias da perspetiva sistémica adotada, podem ser colmatadas com exercícios de construção, para além do espaço social das classes e dos grupos, do espaço social das posições e relações de etnia e das posições e relações de género, relacionando-os para melhor apreender a complexidade da alocação dos recursos, que não se cingem apenas à acumulação de capital (ou de capitais, no caso de Bourdieu) numa lógica de relativa indiferença face ao género e à etnicidade. Nesta como noutras propostas que aqui adiantei, a interseccionalidade surge não tanto como um produto acabado, mas sim como um modo de pensar, um modelo de entendimento do cariz multifatorial do mundo social.

Uma visão materialista da interseccionalidade tem, ainda, outras implicações, estas de cariz declaradamente político: não basta nomear a discriminação e a dor, é urgente compreender a sua raiz para além da experiência imediata e da discriminação direta. Nesse afã, não vejo outro caminho senão o de apostar i) no plano teórico, no jogo de escalas com enquadramento holístico (vaivém permanente entre as práticas quotidianas, os quadros de interação, as instituições e as estruturas sociais), o que permite compreender a *coprodução* das várias formas de desigualdade e o cariz multifatorial das discriminações (Bouamama, 2012), sem abdicar de uma perspetiva de totalização/totalidade; ii) no plano político, na defesa da interdependência como meio privilegiado da justiça social (a “interseccionalidade das lutas”), clamando por práticas de universalização e por um horizonte de universalidade, tensa, dialógica e provisória, repositório em que as diferenças criam a ação coletiva e onde a autoconsciência surge como caminho possível da consciência partilhada.

Referências bibliográficas

- ARRUZZA, Cinzia, BHATTACHARYA, Tithi, & FRASER, Nancy (2019), *Feminismo para os 99%*. Lisboa: Penguin.
- BILGE, Sirma (2018), “Intersectionnalité”, in Patrick Savidan, *Dictionnaire des inégalités et de la justice sociale*. Paris: PUF, pp. 803-810.
- BOUAMAMA, Saïd (2012), “Discriminations multifactorielles”, in Bouamama Saïd (Dir.), *Dictionnaire des Dominations*. Paris: Syllepse, pp. 139-142.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1994), *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2012), *Sur l'État. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Raisons d'Agir/Seuil.
- CHATZIDAKIS, Andreas, HAKIM, Jamie, LITTER, Jo, & ROTTENBERG, Catherine (2020), *The Care Manifesto. The politics of interdependence*. Londres: Verso.
- CLAIR, Isabelle (2022), “Genre”, in Didier Fassin (dir.), *La Société qui vient*. Paris: Seuil, pp. 776-791.
- COLLINS, Patricia Hills, & BILGES, Sirma (2021), *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- COSTA, António Firmino da (2012), *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- CRENSHAW, Kimberlé (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspetos da discriminação racial relativos ao género”, *Estudos Feministas*, 10(1), pp. 171-188.
- CRENSHAW, Kimberlé (2023), *Intersectionnalité*. Paris: Payot
- FASSIN, Éric (2020), “Intersectionnalité” in Jean Gayon (Dir.), *L'Identité. Dictionnaire encyclopédique*. Paris: Seuil, pp. 495-497.
- FRASER, Nancy (2024), *Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso*. São Paulo: Autonomia Literária.
- GALERAND, Elsa, & KERGOAT, Danièle (2014), “Consubstantialité vs intersectionnalité? À propos de l'imbrication des rapports sociaux”, *Nouvelles Pratiques Sociales*, 26 (2), pp. 44-61.
- HOOKS, Bell (2019), “Política feminista. Um comentário”, in Maria Manuel Baptista & Maria Fernanda de Castro (Orgs), *Género e Performance. Textos essenciais*. Coimbra: Grácio Editor.
- LOPES, João Teixeira (2023), *Elas. Percursos «inesperados» de jovens mulheres das classes populares*. Lisboa: tinta da China.
- LOUÇÃ, Francisco (2020), “A identidade é uma política? O debate sobre a estratégia emancipatória e as suas dificuldades” in Andrea Peniche, Bruno Sena Martins, Cristina Roldão & Francisco Louçã (2019), *Não Posso Ser Quem Somos? Identidades e estratégia política da esquerda*. Lisboa: Bertrand, pp. 17-82.

- LOUÇÃ, Francisco, LOPES, João Teixeira, & COSTA, Jorge (2014), *Os Burgueses. Quem são, como vivem, como mandam*. Lisboa: Bertrand.
- MARX, Karl, & ENGELS, Friedrich (1974), *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Presença, volume 1.
- MARX, Karl (1977), *Le Capital. Volume III*. Paris: Éditions sociales.
- MERTON, Robert K. (1967), *On Theoretical Sociology*. Londres: The Free Press.
- PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e Culturas de Classe das Famílias Portuenses*. Porto: Afrontamento.
- SILVA, Augusto Santos (2024), *Poder. Análise crítica de um conceito*. Lisboa: Tinta da China.
- THERBON, Göran(Org.) (2006), *Inequalities of the world. New theoretical frameworks, multiple empirical approaches*. Londres: Verso.
- TILLY, Charles (2005), "Historical perspectives on inequality" in Mary Romero & Eric Margolis (orgs). *The Blackwell Companion to Social Inequalities*. Malden: Blackwell, pp 15-30
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press.

João Teixeira Lopes.

Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço para correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica s/n, 4150-564, Porto, Portugal.
E-mail: jlopes@letras.up.pt

Artigo recebido a 25/11/2024 e aceite para publicação a 30/12/2024.

Português

Investigar a pobreza urbana: lições e ilações de *Evicted* e de *Poverty, by America*, de Matthew Desmond

João Queirós

Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Resumo

O presente ensaio retoma a leitura dos livros *Evicted* e *Poverty, by America*, da autoria do sociólogo norte-americano Matthew Desmond, para dela retirar ensinamentos de natureza teórica, metodológica e analítica a considerar no desenho e desenvolvimento de processos de investigação sociológica do fenómeno da pobreza urbana. Mesmo se reportados ao caso específico dos Estados Unidos da América, os estudos a que este texto se refere constituem elementos de suporte muito relevantes para uma renovação geral do olhar sobre aquele fenómeno e sobre o que falta conhecer - e fazer - para o confrontar.

Palavras-chave: Pobreza urbana; Etnografia; Políticas sociais.

English

Researching urban poverty: some lessons from *Evicted* and *Poverty, by America*, by Matthew Desmond

Abstract

This essay builds on the reading of *Evicted* and *Poverty, by America*, two books by North American sociologist Matthew Desmond, to extract a set of theoretical, methodological and analytical lessons that can inform the design and development of sociological research on urban poverty. Even if these books refer to the very specific case of the United States of America, the fact is that they provide students of social and urban inequality with relevant supporting elements for a renewal of perspectives on what remains to be known - and what can be done - to confront that phenomenon.

Keywords: Urban poverty; Ethnography; Social policy.

Français

Enquêter la pauvreté urbaine: leçons de *Evicted* et de *Poverty, by America*, de Matthew Desmond

Résumé

Cet essai reprend la lecture des livres *Evicted* et *Poverty, by America*, écrits par le sociologue nord-américain Matthew Desmond, pour en extraire des leçons de nature théorique, méthodologique et analytique à prendre en compte dans la conception et le développement de la recherche sociologique sur la pauvreté urbaine. Même si ces études concernent le cas spécifique des États-Unis d'Amérique, ils offrent en effet

des éléments d'appui très pertinents pour un renouvellement du regard sur ce phénomène et sur ce qu'il reste à savoir - et à faire - pour y faire face

Mots-clés: Pauvreté urbaine; Ethnographie; Politiques sociales.

Español

Investigando la pobreza urbana: lecciones de *Evicted* y de *Poverty, by America*, por Matthew Desmond

Resumen

Este ensayo retoma la lectura de los libros *Evicted* y *Poverty, by America*, del sociólogo norteamericano Matthew Desmond, para extraer lecciones de carácter teórico, metodológico y analítico que podrán ser consideradas en el diseño y desarrollo de procesos de investigación sociológica del fenómeno de la pobreza urbana. Aunque se refieren al caso específico de los Estados Unidos de América, estos dos estudios incluyen elementos de apoyo muy relevantes para una renovación de la perspectiva sobre ese fenómeno y lo que queda por saber -y hacer- para enfrentarlo.

Palabras clave: Pobreza urbana; Etnografía; Políticas sociales.

Introdução

A publicação anual dos números relativos à incidência da pobreza em Portugal é acompanhada por quem se interessa pela evolução do fenómeno e estuda a realidade social portuguesa sem expectativa de especiais surpresas. Ano após ano, a linha que desenha a progressão dos limites do conjunto de pessoas que vive com rendimentos abaixo do limiar da pobreza resiste a quebras dignas de registo e há até um número redondo – o que aponta os “dois milhões de pobres” residentes no país – que se tornou referência incontornável do discurso corrente sobre o tema.

De acordo com dados oficiais, havia em Portugal, em 2022, quase 1,8 milhões de pessoas pobres, correspondendo este número a uma taxa de risco de pobreza após transferências sociais de 17,0%. O número supera em seis décimas a taxa de risco de pobreza registada no ano transato e está apenas quatro pontos percentuais abaixo

do nível de pobreza observado no início do século XXI, revelando uma retração efetiva, mas bastante lenta e limitada, da incidência do fenómeno em Portugal¹.

Conjugados com as difíceis condições de acesso e/ou de manutenção de uma situação habitacional condigna², e coincidindo também com a presença em Portugal de Matthew Desmond, para participar numa conferência organizada pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto no início de 2024, os desapontantes números da incidência da pobreza no país configuram o pretexto adequado para visitar com atenção redobrada os dois mais recentes trabalhos daquele sociólogo norte-americano: *Evicted: Poverty and Profit in the American City*, de 2016, e *Poverty, by America*, de 2023³.

¹ Os dados de 2022, recolhidos em 2023 pelo Instituto Nacional de Estatística, no âmbito do ICOR (*Inquérito às Condições de Vida e Rendimentos*), davam conta da existência de 1,781 milhões de pessoas pobres em Portugal, 17,0% da população, sendo o risco de pobreza especialmente elevado, do ponto de vista do escalão etário, entre as crianças e jovens até aos 18 anos (20,7%); do ponto de vista da composição do grupo doméstico, entre as famílias monoparentais (31,2%); e, do ponto de vista da condição perante a atividade económica, entre as pessoas desempregadas (46,7%). A percentagem da população abaixo da linha da pobreza em Portugal situava-se, dez anos antes, nos 17,9%, sendo de 21% em 2000, valor mais alto observado desde essa data. Em 1995, primeiro ano desta série de dados, a taxa de risco de pobreza situava-se nos 23%. Se à população em risco de pobreza, isto é, com rendimentos após transferências sociais situados abaixo do limiar da pobreza estabelecido em cada ano de referência, fosse adicionada a população que vivia em agregados domésticos com intensidade laboral muito reduzida ou em privação material e social severa – grupo mais alargado que as estatísticas oficiais designam como população “em risco de pobreza ou exclusão social” – o número subia, em 2022, para 2,104 milhões de pessoas, 20,1% da população portuguesa. Estes dados estão disponíveis na PORDATA, em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/pobreza>. Num artigo breve publicado em 17 de outubro de 2024, no *website* da Fundação Francisco Manuel dos Santos, assinalando o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, Carlos Farinha Rodrigues, especialista no estudo deste fenómeno em Portugal, não hesitava em caracterizar os números do ICOR de 2023 e, conseqüentemente, os resultados do combate à pobreza no país como “uma profunda deceção” (texto disponível em <https://ffms.pt/pt-pt/atualmentes/combate-pobreza-uma-profunda-dececao>, consultado em outubro de 2024).

² Em 2023, cerca de um quarto dos inquilinos em Portugal estava em situação de sobrecarga financeira com as despesas com a habitação (isto é, gastava pelo menos 40% dos seus rendimentos com custos da renda da casa, água, luz e gás; 5,2% dos portugueses viviam em agregados com atrasos em pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou outras despesas; 20,8% não tinham dinheiro para manter a casa adequadamente aquecida. Estes e outros dados extraídos do ICOR 2023 podem ser consultados em <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/pobreza> e na síntese informativa da PORDATA disponível em https://ffms.pt/sites/default/files/2024-10/PR_Dia%20Internacional%20Pobreza_2024_PORDATA_vf.pdf (documento consultado em outubro de 2024).

³ Matthew Desmond esteve em Portugal em fevereiro de 2024 para participar na *Conferência Anual do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto*, tendo a sua comunicação abordado essencialmente os conteúdos do seu livro de 2023. Desmond é Professor de Sociologia na Universidade de Princeton e lidera o *Eviction Lab* (<https://evictionlab.org/>). *Evicted: Poverty and Profit in the American City* ganhou o Prémio Pulitzer de Não-Ficção, em 2017, bem como o National Book Critics Circle Award, a Carnegie Medal e o PEN / John Kenneth Galbraith Award for Nonfiction. A investigação de Desmond tem incidido sobre a pobreza nos Estados Unidos da América, a vida na cidade, a insegurança habitacional, as políticas públicas, a desigualdade racial e a etnografia. Recebeu uma MacArthur “Genius” Fellowship, o prémio Silver Gavel da American Bar Association e o William Julius Wilson Early Career Award. Ecos da sua passagem por Portugal no início de 2024 estão disponíveis nos arquivos do *JPN* (<https://www.jpnp.up.pt/2024/02/16/matthew-desmond-muitos-de-nos-lucramos-com-a-existencia-da-pobreza/>) e do *Público* (<https://www.publico.pt/2024/02/25/mundo/entrevista/matthew-desmond-podemos-abolir-pobreza-eua-politicas-sensatas-2080459>).

1. Pobreza e lucro na cidade americana

Evicted: Poverty and Profit in the American City [Despejados: Pobreza e Lucro na Cidade Americana] é um relato denso, duro, pungente e, por vezes, comovente da experiência da pobreza urbana, tal como esta pôde ser observada por Matthew Desmond entre maio de 2008 e dezembro de 2009, na cidade de Milwaukee, capital do estado do Wisconsin, que fica situado na zona dos Grandes Lagos, na parte mais a norte da região do Centro-Oeste dos Estados Unidos da América (*Upper Midwest*), muito perto da fronteira com o Canadá.

Dividido em três partes – *Rent, Out, After* [Renda, Fora, Depois] –, cada qual subdividida em oito capítulos, a que são adicionados um prólogo, um epílogo, um apêndice de pendor metodológico e um conjunto vastíssimo de notas que enquadram, prolongam e documentam os dados e análises contidas no corpo do texto, este relato etnográfico acompanha as vidas difíceis e as consequências diárias da situação de pobreza e precariedade habitacional de oito famílias, e de alguns outros atores que com elas interagem, em dois territórios marginalizados da cidade de Milwaukee: a área central degradada e empobrecida (*inner city*), habitada esmagadoramente por famílias negras; e a área de localização de um velho parque de rulotes (*trailer park*), situada não muito longe do aeroporto, a menos de 15 quilómetros do centro urbano, onde é maioritária a proporção de indivíduos e famílias brancas.

Através da apresentação e descrição detalhada do quotidiano dos protagonistas observados nestes dois contextos, Desmond proporciona a quem lê este livro acesso a aspetos íntimos das trajetórias e experiências diárias de pessoas instaladas nas posições mais deserdadas e simbolicamente depreciadas do espaço social e urbano, ao mesmo tempo que documenta a instanciação diária e reiterada dos mecanismos responsáveis pela produção e reprodução destas condições: a precariedade do emprego, a exploração laboral e os baixos salários; a especulação rentista e a escassez de habitação acessível; a gentrificação e a segregação residencial; o acesso desigual ao sistema judicial e as distorções da aplicação da justiça; a ação insidiosa do mercado das drogas e a violência a ele associada; a persistência perniciosa da dependência de substâncias e a insuficiente resposta dos serviços públicos e da intervenção de proximidade; a incidência da doença física e mental e o

difícil ou inexistente acesso aos serviços de saúde e à prestação regular de cuidados; a exclusão escolar e a desqualificação académica e profissional; a presença-ausência do Estado (lesto a punir, lento e parcimonioso a apoiar).

Tomando a casa e o espaço habitado como estruturantes e estruturadores da existência (no sentido mais amplo do termo), a narrativa constrói-se em torno da experiência – iminente ou efetiva – do despejo. Na primeira parte do livro (*Rent*), Desmond apresenta as personagens desta história, que surgem invariavelmente imersas em dificuldades para aceder a um alojamento ou para manter o alojamento que arrendaram. É nos primeiros oito capítulos do livro que pode conhecer-se o caso de Lamar, um homem com pouco mais de cinquenta anos, antigo militar, residente no centro da cidade Milwaukee, que percorreu uma sucessão de trabalhos em diversos ramos de atividade até sofrer um acidente que determinou a amputação dupla dos membros inferiores, mas a quem foi negada uma prestação social por invalidez – de acordo com a junta médica responsável pela análise do seu processo, seria ainda assim possível a Lamar continuar a trabalhar.

Numa cidade, como Milwaukee, com um passado recente marcado pela desindustrialização e pela desvitalização económica, encontrar bons empregos não se revela tarefa fácil, em especial quando aqueles que os procuram são homens, como Lamar, na fase mais avançada da idade ativa, sem qualificações académicas, com histórico de dependência de drogas e nível elevado de incapacidade física. Não surpreendentemente, Desmond vai encontrar Lamar numa situação de privação material severa e numa situação residencial incerta, entre a iminência do despejo e a possibilidade de estabelecimento *in extremis* de um acordo com a senhoria para pagamento de rendas vencidas (Desmond, 2017, Cap. 2)⁴.

É também na primeira parte do livro que Desmond apresenta o caso de Arleen, uma mulher jovem, mãe-solteira de dois rapazes pequenos, que tenta como pode assegurar os meios para pagar a renda e ainda fazer do apartamento esconso que

⁴ Apesar de a primeira edição do livro ter sido publicada em 2016, as referências a *Evicted* surgem aqui com data de 2017, ano de publicação da versão a que este texto faz referência, e que corresponde à primeira tiragem da edição *paperback* publicada pela Penguin Books. No caso de *Poverty, by America*, é feita aqui referência à edição *hardcover* publicada pela Crown em 2023. As referências completas são disponibilizadas no final do artigo. Infelizmente, nenhum destes livros havia sido traduzido para português e publicado em Portugal aquando da redação da versão final deste texto (novembro de 2024).

conseguiu arrendar na infame “Rua Treze”, no centro da cidade, um lar para os filhos (Desmond, 2017, Cap. 5). Ou ainda o caso de Scott, um homem de 38 anos que foi parar ao (também infame) parque de rulotes, onde se dedica a cuidar de Teddy, depois de a dependência das drogas ter arruinado as possibilidades de prossecução de uma carreira promissora como enfermeiro (Desmond, 2017, Cap. 7).

Mas a primeira parte do livro não se limita à apresentação e descrição inicial de situações e vivências de pobreza e insegurança habitacional exemplificativas da realidade social observável nos dois territórios selecionados para estudo aprofundado; na verdade – e esse é, sem dúvida, um primeiro aspeto a destacar e um dos elementos mais originais e relevantes da investigação –, Desmond inclui também na sua caracterização e análise dos antecedentes, das circunstâncias e das consequências dos processos de despejo a perspetiva e a experiência de proprietários e senhorios. Ali figura, por isso, a história de Sherrena, “empreendedora do centro urbano” [*inner-city entrepreneur*], proprietária e gestora de várias “unidades” na cidade central, senhoria de, entre outros, Lamar e Arleen, que procurava gerir – para além de um negócio que se revelava tanto mais exigente, quanto maior e mais rentável se tornava – a tensão pessoal resultante do exercício do poder, às vezes passível de mobilização discricionária, conferido pelo estatuto de senhoria (Desmond, 2017, Cap. 1). Ali figura também a história de Tobin, proprietário do parque de rulotes com fama de ser flexível e compreensivo, mas pouco dado a transigências, e menos ainda a perdões de dívidas, que, com os funcionários Lenny e “Office” Susie, geria as 131 “unidades” do parque, enquanto tentava impedir a concretização das ameaças de perda da respetiva licença de funcionamento (Desmond, 2017, Cap. 3).

A conjugação e confrontação das perspetivas de inquilinos e senhorios é evidência da preocupação e do investimento que Desmond faz na construção de uma leitura complexa e efetivamente relacional do fenómeno do despejo, entendido como evento-charneira nas trajetórias sociais dos indivíduos e famílias por ele afetadas, mas também como acontecimento-clímax que, assumido como objeto do interesse etnográfico e como foco analítico, permite revelar os desequilíbrios de poder, as disputas, as tensões, as sujeições e as formas de resistência associadas à relação económica e social que o arrendamento constitui. Uma relação que é, ademais,

absolutamente central na estruturação das vidas e na determinação das trajetórias das pessoas que habitam os contextos urbanos mais depreciados e as regiões mais deserdadas do espaço social⁵.

A perspetivação multifacetada e relacional da precariedade habitacional e do despejo como materialização do risco que impende sobre grande parte dos pobres urbanos nos Estados Unidos da América prossegue na segunda parte do livro (*Out*). Nos oito capítulos que a integram, Desmond descreve com relativo detalhe as lógicas justificativas e os cursos de ação que os senhorios seguem quando tomam a decisão – não sem frequentes dúvidas e recuos prévios – de avançar com uma ordem de despejo, para depois relatar a experiência – tantas vezes desesperada e eivada de dramatismo – da ameaça e da concretização efetiva do despejo, tal como vivida pelos indivíduos e famílias retratadas no livro.

Na apreciação do acontecimento-clímax que a concretização da ordem de despejo constitui, Desmond faz questão de juntar à análise elementos relativos à descrição da presença e do papel das autoridades administrativas e policiais, bem como das instâncias judiciais. São especialmente reveladores os relatos das interações e diálogos ocorridos nos corredores do tribunal e das diligências associadas aos processos de despejo, nas reflexões que suscitam quanto a tópicos como acesso (condicionado) à justiça, (baixa) literacia jurídica, formas de tratamento (diferenciado) dos cidadãos ou (insuficiente) articulação entre sistema judicial e serviços sociais. Ainda que Desmond não despenda na exploração desta dimensão de análise o

⁵ A busca de uma descrição plural e de uma perspetivação complexa e relacional da realidade estudada determina várias opções metodológicas e vários caminhos analíticos seguidos pela investigação apresentada em *Evicted*. Para além de juntar inquilinos e senhorios, “pobreza” e “lucro”, na descrição e análise do “antes”, do “durante” e do “depois” do despejo, a etnografia de Desmond confere protagonismo tanto a homens, como a mulheres, introduzindo um olhar analítico lançado a partir da lente do género; observa o quotidiano e a experiência social de diferentes tipos de configuração familiar, para apreciar os recursos diferenciados, os fatores de risco e os eventuais fatores protetores associados a cada configuração; mobiliza protagonistas com trajetórias sociais e profissionais muito distintas, e que representam agentes de diferentes escalões etários e em diferentes fases do ciclo de vida, para assim reforçar o carácter diacrónico e dinâmico da análise; e insiste na apresentação de situações e trajetórias protagonizadas ora por pessoas negras, ora por pessoas brancas (mesmo que não deixe de fazer refletir na sua apreciação da realidade o carácter diferenciado da experiência da pobreza de acordo com a pertença étnico-racial). A propósito deste último tópico, vale a pena ler Desmond (2024). Nesta curta recensão do livro *White Poverty: How Exposing Myths About Race and Class Can Reconstruct American Democracy*, da autoria do Reverendo William J. Barber II, Desmond sublinha a importância que confere à apreciação do fenómeno da pobreza (urbana) enquanto fenómeno estrutural e transversal, que, por isso, afeta e diz respeito a pessoas negras e a pessoas brancas – contra os efeitos políticos de uma ideologia corrente, e até de alguma produção académica, que, nos Estados Unidos da América, tende a elidir da consideração da realidade da pobreza a situação dos pobres brancos, identificando quase sempre “ser pobre e viver no centro urbano” com “ser negro”.

número de páginas que a pessoa interessada neste assunto gostaria que a ela fosse dispensado, os relatos da experiência de senhorios e inquilinos nos tribunais responsáveis pela dirimição da conflitualidade associada aos despejos dão boa nota da heurística e da relevância sociológica e política de uma tal linha de investigação.

O mesmo pode dizer-se do estudo das interações entre famílias despejadas e serviços sociais, ainda que neste caso o livro de Desmond seja bastante mais parco em exemplos. Intui-se que o reduzido espaço que ocupam as descrições associadas ao contacto destas famílias com representantes dos serviços sociais seja resultado da escassa presença destes últimos, da própria consequência das insuficiências do financiamento, do limitado respaldo político e da reduzida capacidade de ação concreta do Estado-Providência, em especial nas regiões mais deserdadas do espaço social e nos contextos mais depauperados do espaço urbano – precisamente aqueles que dessa ação mais necessitariam. É um assunto merecedor de atenção especial – matéria certamente para toda uma outra etnografia, paralela à de *Evicted* – e a que, por isso, Matthew Desmond regressará, ainda que com método distinto, no seu *Poverty, by America*.

A ausência de uma atuação próxima, consistente e continuada dos serviços sociais fica bem patente na terceira parte do livro (*After*), dedicada à descrição dos processos de despejo e das respetivas consequências. Nos oito capítulos que antecedem o epílogo, o apêndice metodológico – um excelente recurso para investigadores e estudantes de etnografia urbana – e a sequência de notas finais de *Evicted*, é um retrato cru e impiedoso aquele que Desmond faz dos efeitos da insegurança habitacional e da pobreza em contexto urbano nos Estados Unidos da América (“*This is America*” é o título do capítulo que abre a última parte do livro). Nas páginas dos oito capítulos finais, é possível assistir ao desenrolar da espiral descendente das condições habitacionais, das condições de vida e das condições anímicas dos indivíduos e famílias afetadas pelos processos de despejo relatados, correspondendo a leitura desta parte do trabalho à possibilidade de observação direta e em primeira mão da ação verdadeiramente implacável da engrenagem trituradora que a pobreza constitui.

Na sucessão de descrições que Desmond propõe de aspetos diversos das experiências de despejo observadas, é possível registar o efeito que o despejo tem no rompimento de laços sociais, na perda de referências identitárias e na dilaceração de tecidos comunitários já de si muito frágeis; a danificação da saúde mental, tantas vezes já precária, de muitas das pessoas afetadas pelo despejo; o regresso ao consumo de substâncias e a recaída em situações de dependência severa de drogas; a conjugação, em “círculo vicioso”, de processos múltiplos de rutura pessoal e social (raturas conjugais e familiares, abandono escolar de menores, perda de emprego, perda de acesso a prestações sociais); o recurso, tornado inevitável, a opções de alojamento cada vez mais dispendiosas ou cada vez mais degradadas e degradantes (culminando, eventualmente, no resvalamento para a situação de sem-abrigo).

Num tal quadro, não surpreende a consolidação de disposições orientadas para a estrita sobrevivência diária (“cada qual por si”, “*every man or every woman for him or herself*”, como diriam muitas das pessoas que povoam o livro) e a correlativa ausência de expectativas e projetos de futuro. A não ser, eventualmente, no registo individualista, mitificado e autoilusório do “sonho americano”, registo aliás responsável pela acentuação de processos de dissociação e de desidentificação face à condição e ao estatuto de “pobre”, quando não de repulsa e rejeição face a esse “outro” remetido para um patamar necessariamente inferior da escada social – processos que, por seu turno, se revelam responsáveis pela limitação das possibilidades de organização e ação coletiva⁶.

⁶ “Ninguém acha menos que os pobres são merecedores do que os próprios pobres”, nota a dada altura Desmond, a propósito da realidade social atomizada e anómica do parque de rulotes. “[N]ão chegava simplesmente ter perceção da injustiça. A resistência em massa só era possível quando as pessoas acreditavam que tinham a capacidade coletiva para mudar as coisas. Para as pessoas pobres, isto significava identificarem-se com os oprimidos, e incluírem-se neste grupo – algo que a maioria dos residentes no parque de rulotes rejeitava liminarmente fazer. (...) Para a maioria dos residentes, como Scott, o objetivo era sair, não era criar raízes e mudar as coisas. Alguns residentes descreviam-se como «estando apenas de passagem», mesmo que estivessem de passagem quase toda a vida. Um residente, pai desempregado de três crianças, que alimentava a sua rulote com eletricidade roubada, disse, «Nós não deixamos a família vir aqui. Nós não somos isto. Isto é vida de classe baixa e eu não nasci e cresci nisto»” (Desmond, 2017, pp. 181-182). O autor aprofunda mais à frente a sua reflexão sobre este tópico: “Quando as pessoas começaram a ver o seu bairro a transbordar de privação e vício, cheio de «todo o tipo de destroços naufragados de humanidade», perderam a confiança na sua capacidade política. Os arrendatários de Milwaukee com maior perceção de trauma associado ao bairro – isto é, que acreditavam que os seus vizinhos haviam experienciado o encarceramento, o abuso, a adição e outros acontecimentos traumáticos – acreditavam muito menos que as pessoas nas suas comunidades seriam capazes de conjugar esforços em prol da melhoria das suas vidas. Esta falta de confiança tinha menos que ver com as taxas de pobreza e criminalidade efetivas do bairro e mais que ver com a concentração de sofrimento que percebiam existir à sua volta. Uma comunidade que via tão claramente a sua própria dor tinha dificuldades para entender o seu potencial” (Desmond,

O presentismo e o taticismo inerentes à mundividência e à prática social quotidiana de muitas das pessoas que Desmond observou e escutou – e que encontravam tradução frequente em quadros relacionais rarefeitos e enfraquecidos, quando não anómicos, numa genérica falta de esperança nas possibilidades de mudança e melhoria do quadro de vida ou na adoção de comportamentos autodestrutivos ou de difícil compreensão por quem os apreciasse a partir da posição do observador externo, como quando Lorraine, uma das residentes no parque de rulotes, gasta na compra de lagosta todos os cupões alimentares (*food stamps*) que lhe haviam sido entregues pelos serviços sociais – são apreciados pelo autor de *Evicted* sem posturas judicativas e sem vieses moralistas. Este é um dado transversal aos diferentes momentos e aos diferentes temas da etnografia que Desmond propõe neste livro e constitui sem dúvida uma das principais lições a reter da leitura do texto. Aliás, não só Desmond resiste à apresentação anedótica e à armadilha moralista em que caem muitas das visões corriqueiras sobre aspetos da vida diária das pessoas nestes contextos e condições (em especial as que subjazem a muitos dos discursos emanados dos campos político e mediático, mas também de certos segmentos do campo académico e até de segmentos do setor da intervenção social), como propõe aproximações sociologicamente revelantes – e, por isso, antitéticas da prescrição moralizadora – de tais aspetos e comportamentos. Eis o que diz o autor a propósito da residente do parque de rulotes que gastou todos os seus cupões alimentares em lagosta (Desmond, 2017, p. 219):

Pessoas como Lorraine vivem com tantas limitações acumuladas que é difícil imaginar a quantidade de bom comportamento ou autocontrolo necessária para que possam remover-se a si próprias da pobreza. A distância entre a pobreza esmagadora e a mera pobreza estável pode ser tão vasta que àqueles que se encontram no fundo resta pouca esperança de dele saírem, mesmo guardando cada centavo a que possam deitar a mão. Por isso, escolhem não o fazer. Ao invés, procuram sobreviver de forma colorida, temperando o sofrimento com prazer. Podem decidir ficar

2017, pp. 181-182). Pontos de contacto com esta análise, estabelecíveis a partir da referência a um caso de estudo localizado na cidade do Porto, Portugal, podem ser encontrados em Pereira e Queirós (2014).

QUEIRÓS, João (2024),

"Investigar a pobreza urbana: lições e ilações de *Evicted* e de *Poverty, by America*, de Matthew Desmond",

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. L, pp. 55 – 74

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50a3>

ligeiramente pedrados, ou ir tomar um copo, ou jogar, ou comprar uma televisão. Ou podem talvez gastar os cupões alimentares em lagosta.

Se Lorraine gastou o seu dinheiro insensatamente, não foi porque os apoios sociais que recebeu a deixaram com muito dinheiro no bolso, foi porque a deixaram com tão pouco. Ela pagou o preço do seu jantar de lagosta. Teve de comer comida enlatada o resto do mês. Em alguns dias, simplesmente não comeu. Mas valeu a pena. “Estou satisfeita com o que escolhi”, disse. “E estou disposta a comer *noodles* o resto do mês por causa dessa escolha”.

A descrição densa e vívida que Matthew Desmond faz da realidade da pobreza urbana observável no final da primeira década do século XXI em dois dos territórios mais degradados e difamados da cidade de Milwaukee culmina, em *Evicted*, num epílogo intitulado *Home and Hope* [Casa e Esperança], nas páginas do qual o autor reafirma a centralidade da casa na vida dos indivíduos e famílias, para depois discorrer sobre os meios de garantia da estabilidade residencial, base fundamental de garantia da estabilidade psicológica, da estabilidade relacional e, mais em geral, das condições para a confrontação ou prevenção do risco de pobreza⁷. A discussão centra-se, pois, nestas últimas páginas do livro, de um modo que o próprio Desmond considerará excessivamente sintético, nas medidas de política e nos programas e iniciativas públicas que, nos Estados Unidos da América, poderiam garantir alojamento decente às famílias de baixos rendimento. A reflexão propõe que estas medidas e iniciativas configuram alguns dos mais eficazes programas de combate à pobreza naquele país e constitui, portanto, uma apologia do respetivo alargamento: em 2013, 67% dos arrendatários pobres no país não recebiam qualquer apoio do governo federal; na mesma altura, mais de 20% de todas as famílias arrendatárias

⁷ A “descrição densa” (*thick description*, como diria Clifford Geertz) apresentada em *Evicted* por Matthew Desmond – com a sua preocupação de historicização e contextualização dos fenómenos observados e a evidenciação permanente do suporte documental e teórico das análises propostas, traduzida nas 303 longas notas que encerram o livro –, aproxima-se cabalmente dessa “construção densa” (*thick construction*) que defende Loïc Wacquant, “derivada da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu, *construção ao quadrado* que assume a missão de construir cientificamente uma construção social ordinária da realidade, ancorada sem falta e sem desvios na tripla historicidade do agente, do mundo e do conhecimento” (Wacquant, 2023a, p. 11). A proposta de quadro teórico-conceitual que o sociólogo francês radicado nos Estados Unidos da América avança para sustentar o desenvolvimento desta “construção densa” está sintetizada em Wacquant (2023b).

gastavam mais de metade dos seus rendimentos em despesas com a habitação (Desmond, 2017, pp. 302-303).

As medidas e iniciativas defendidas nesta parte final do livro incluem o alargamento da oferta de habitação pública e, sobretudo, dos programas de apoio ao arrendamento, designadamente através da entrega mais alargada de vales de apoio ao custeamento das rendas (*housing vouchers*), mas também a disponibilização generalizada de aconselhamento e apoio jurídico a famílias ameaçadas de despejo, a facilitação do acesso às prestações sociais pelos mais necessitados e o combate à exploração laboral, conjugado com o aumento dos salários e demais fontes de rendimento das famílias pobres.

2. Combater a pobreza *made in USA*

A publicação de *Poverty, by America*, em 2023, procura colmatar o insuficiente desenvolvimento da reflexão com que Matthew Desmond encerra o livro anterior. Dividido em nove pequenos ensaios, uma vez mais balizados, a montante, por um prólogo e, a jusante, por um epílogo e uma secção de notas (ainda mais alargada do que a de *Evicted* – são aqui 76 páginas e 327 notas, a maioria bastante longas), *Poverty, by America* parte da *pergunta de um milhão de dólares*: afinal, “por que razão existe tanta pobreza na América” (Desmond, 2023, p. 3)?

Desmond lança-se na busca de uma resposta com o suporte da investigação publicada em *Evicted* e constrói um caminho que pretende que conduza ao redesenho do debate sobre a pobreza nos Estados Unidos da América apoiando-se num conjunto de questões-guia complementares: “que tipo de problema é a pobreza” (Cap. 1), “por que razão não fizemos mais progressos” (Cap. 2), “como prejudicamos os trabalhadores” (Cap. 3), “como forçamos os pobres a pagar mais” (Cap. 4), “como dependemos do Estado-Providência” (Cap. 5), “como compramos oportunidades” (Cap. 6). Nesta primeira parte do livro, Desmond delimita o objeto e apresenta os termos fundamentais do seu posicionamento analítico (e político) sobre as causas da produção e reprodução do fenómeno da pobreza, que no arranque da terceira década

do século XXI marcava o dia-a-dia de cerca de 38 milhões de norte-americanos, quase 12% da população residente no país⁸.

Depois de, nos dois primeiros capítulos do livro, situar e quantificar o problema, e indagar sobre as razões da dececionante incapacidade do país para o confrontar de forma eficaz – a linha que descreve a evolução da pobreza tem-se mantido estruturalmente estável, oscilando apenas em conjunturas de forte recessão ou de forte crescimento económico, mesmo num quadro de reforço absoluto e relativo das verbas dispensadas às principais medidas fiscais e aos mais importantes programas de cariz social (Desmond, 2023, pp. 26-28) –, Desmond dedica-se à apreciação daqueles que considera serem os principais fatores explicativos da persistência do fenómeno.

Assim, no Capítulo 3, Desmond explora as consequências da exploração do trabalho e dos trabalhadores pobres característica do sistema político-económico dos Estados Unidos da América, denunciando a persistência dos baixos salários e da precaridade laboral, a inexistência de um salário mínimo determinado a nível federal e a crescente proliferação do emprego instável, mal remunerado e desprotegido associado às plataformas digitais (*gig jobs*). A relevância da pobreza no seio da classe trabalhadora norte-americana é tornada evidente, no relato de Desmond, pela referência ao impacto da inflação, notório sobretudo após a pandemia da COVID-19, e pela inexistência de um sistema público de provisão de cuidados de saúde, que no país surge insuficientemente compensada pelo acesso (muito limitado no caso dos trabalhadores pobres) a (dispendiosos) seguros privados. Neste capítulo, Desmond refere-se ainda às limitações daquela que designa como a principal medida de

⁸ Estes valores correspondiam ao peso da população abaixo do limiar de pobreza, que os dados oficiais estabeleciam, em 2022, em cerca de 13.600 dólares de rendimento anual para um indivíduo isolado e 27.750 dólares de rendimento anual para uma família de quatro pessoas. Dos cerca de 38 milhões de pessoas abaixo do limiar da pobreza, 18 milhões viviam em condições de pobreza extrema (incluindo 5 milhões de crianças), isto é, viviam com menos de 6.390 dólares de rendimento anual, no caso de indivíduo isolado, ou menos de 13.100 dólares, no caso de agregado familiar composto por quatro membros. Como bem nota Desmond ao analisar estes números, definida assim, a pobreza é uma “linha”, e não uma “realidade vivida”, pelo que é óbvio que “há muita pobreza acima da linha da pobreza”: com efeito, os números cresceriam muito se a eles fossem adicionados os das pessoas que, nos Estados Unidos da América, vivem em situação de grande insegurança económica e habitacional, apesar de formalmente deterem rendimentos situados em montantes anuais globais superiores ao limiar da pobreza definido pelas estatísticas oficiais (Desmond, 2023, pp. 10-19). Desmond (2023, p. 23) conclui: “A pobreza não é uma linha. É um nó apertado de doenças sociais. Está conectada a cada um dos problemas sociais com que nos preocupamos – crime, saúde, educação, habitação – e a sua persistência na vida americana significa que milhões de famílias veem negada a sua segurança e a sua dignidade numa das mais ricas nações da história do mundo”.

combate à pobreza do país, a bonificação fiscal sobre os rendimentos (*Earned Income Tax Credit*), que abrangia, em 2021, 25 milhões de indivíduos e famílias, que acediam a um apoio médio de 2.411 dólares por ano, mas que configurava sobretudo um generoso bónus às empresas, por subsidiar a manutenção dos baixos salários – a ponto de empresas como a *Walmart*, uma das maiores empresas retalhistas do mundo, investirem na criação de iniciativas destinadas a apoiar os seus empregados na requisição do acesso àquela bonificação fiscal (Desmond, 2023, p. 38).

A descrição dos modos pelos quais os pobres que vivem nos Estados Unidos da América são explorados prossegue no Capítulo 4. Aqui, são destacados aspetos como a discriminação de que os pobres mal alojados são objeto no mercado de arrendamento habitacional, que empurra estas pessoas com pouca margem de escolha para soluções demasiado caras para a qualidade que oferecem, ou a verdadeira extorsão imposta a estas pessoas pelo sistema bancário e por outras instituições financeiras por via da cobrança de comissões, taxas e juros. No que respeita a este último tópico, e entre outras ilustrações, Desmond revela que apenas 9% dos detentores de contas bancárias são responsáveis pelo pagamento de 84% das comissões de descoberto cobradas anualmente (correspondentes, em 2019, a 11,68 mil milhões de dólares embolsados pelos maiores bancos norte-americanos). E quem são estes azarados 9%? Clientes cujo saldo bancário médio é inferior a 350 dólares (cerca de 330 euros): “Os pobres são obrigados a pagar pela sua pobreza”, conclui Desmond (2023, p. 71). E acrescenta (Desmond, 2023, pp. 78-79):

A pobreza não é simplesmente a condição de não ter dinheiro suficiente. É a condição de não ter suficiente escolha e de ser vítima de aproveitamento por causa disso. Quando ignoramos o papel que a exploração tem no aprisionamento das pessoas pobres, acabamos a desenhar políticas que são, no mínimo, débeis e, mais provavelmente, ineficazes. Quando a legislação aumenta os rendimentos inferiores – por exemplo, expandindo o abono de família [*Child Tax Credit*], ou aumentando o salário mínimo –, sem fazer nada quanto à crise habitacional, esses ganhos são o mais das vezes capturados pelos senhorios, e não inteiramente pelas famílias que essa legislação quis apoiar.

A discussão sobre quem beneficia deste estado de coisas é prolongada no Capítulo 5. A reflexão que aqui é proposta parte da análise do impacto das medidas avançadas pelo governo federal no período mais agudo da pandemia da COVID-19, durante o qual se observou um inédito decréscimo da pobreza, designadamente infantil, nos Estados Unidos da América⁹. Apesar dos sucessos destas medidas, depressa voltariam a fazer-se ouvir no debate público norte-americano as vindicações relativas ao suposto caráter pernicioso da sua manutenção e à aparente “armadilha da dependência” dos apoios sociais. Mesmo que a revisão da literatura sobre este assunto revele que a ação do Estado-Providência não gera “dependência” das prestações sociais, antes funcionando como rede de segurança contra infortúnios o mais das vezes temporários (de acordo com um estudo citado por Desmond, por exemplo, apenas 3% dos adultos em idade ativa nos Estados Unidos da América está fora do mercado de trabalho por razões desconhecidas), esta é uma das ideias-feitas que mais respaldo tem na sociedade norte-americana. O problema, observa Desmond (2023, p. 89), não está na dependência do Estado social, mas no seu *evitamento*:

Dito de forma simples, muitas famílias pobres não beneficiam da ajuda que lhes é disponibilizada. Apenas um quarto das famílias que poderiam receber a assistência temporária a famílias necessitadas [*Temporary Assistance for Needy Families*] a solicitam. Menos de metade (48%) das pessoas idosas nos Estados Unidos da América elegíveis no âmbito do programa de cupões alimentares estão nele inscritas. Um em cada cinco pais que poderiam beneficiar do seguro de saúde governamental (sob a forma de *Medicaid* ou do programa de seguro de saúde infantil [*Children’s Health Insurance Program*]) não se inscreve para o receber, tal como um em cada cinco trabalhadores que poderia fazê-lo não reclama a bonificação fiscal sobre os rendimentos [*Earned*

⁹ Entre 2018 e 2021, o número de pobres nos Estados Unidos da América diminuiu num montante de aproximadamente 16 milhões, mesmo tendo o impacto da pandemia da COVID-19 e dos confinamentos que lhe estiveram associados resultado numa fortíssima quebra da atividade económica e num significativo aumento do desemprego (só na semana de 16 de março de 2020, 3,3 milhões de residentes nos Estados Unidos da América declararam oficialmente a sua passagem à condição de desempregados). Os efeitos do *Relief Bill and American Rescue Plan Act*, do alargamento do abono de família e da aplicação de outras medidas inéditas e arrojadas de apoio aos indivíduos e às famílias significaram uma diminuição do risco de pobreza para todos os grupos etários e étnico-raciais, quer nas áreas urbanas, quer nas áreas rurais, tendo possibilitado uma surpreendente redução – *para metade* – dos níveis de pobreza infantil (ver, sobre este período e este assunto, Desmond, 2023, pp. 80-81, bem como as referências para que esta passagem do livro remete).

Income Tax Credit]. (...) Não há estimativas oficiais do montante total de ajudas estatais que fica por reclamar por americanos com baixos rendimentos, mas o número anda na casa das centenas de milhares de milhões de dólares em cada ano.

A dependência das ajudas estatais é apanágio, sobretudo – e esta é uma das proposições mais acutilantes de Desmond – das classes afluentes: “Os restantes entre nós, por outro lado – nós, os membros das classes protegidas –, tornámo-nos cada vez mais dependentes dos nossos programas de apoio estatal” (Desmond, 2023, pp. 90-91). Para ilustrar este argumento, Desmond denuncia, muito em especial, os gastos exorbitantes em subsídios estatais para aquisição de casa própria (193 milhares de milhões de dólares, em 2020, contra apenas 53 milhares de milhões de dólares em apoios diretos ao alojamento de famílias de baixos rendimentos), e conclui: “O Estado-Providência americano está distorcido” (Desmond, 2023, p. 91).

As páginas seguintes deste capítulo fornecem exemplos adicionais de como as famílias afluentes capturam a parte de leão dos apoios estatais hoje disponíveis nos Estados Unidos da América: através de isenções, bonificações e deduções fiscais diversas; de taxas de imposto sobre os rendimentos que contrariam o princípio da progressividade (as quatrocentas pessoas mais ricas do país pagam 23% de imposto sobre os seus rendimentos, a taxa mais baixa de todas); ou, indiretamente, em resultado da detenção de qualificações académicas mais elevadas e de empregos mais protegidos e mais bem remunerados, através do acesso a seguros de saúde, a planos poupança-reforma e a outros esquemas de poupança que beneficiam de apoios estatais ou estão associados a generosas deduções fiscais. O benefício que as classes favorecidas tiram para si da manutenção do *status quo* que resulta deste modelo distorcido de organização e funcionamento do Estado-Providência é a resposta mais evidente à pergunta com que Desmond (2023, pp. 96-97) abre a reflexão final incluída no quinto capítulo de *Poverty, by America*:

Como podemos explicar isto? Como aceitamos que benefícios fiscais massivos passem despercebidos às famílias da classe média e da classe alta que deles beneficiam, enquanto assistimos ao alastramento do ressentimento no seio dessas mesmas famílias relativamente a um Estado percebido como estando

a dar benesses a famílias pobres, ressentimento que, por seu turno, leva votantes afluentes a mobilizarem-se contra o apoio estatal aos pobres e, simultaneamente, a favor da proteção dos seus próprios benefícios fiscais, que supostamente nem sequer são reconhecidos em primeira instância?

O Capítulo 6 prossegue a análise deste problema ao propor uma crítica do regime de “opulência privada e miséria pública” – expressão popularizada pelo economista John Kenneth Galbraith, e retomada aqui por Desmond (2023, p. 105) – em que crescentemente assenta o sistema de relações sociais nos Estados Unidos da América. Em função do evitamento e evasão e da difamação sistemática do setor e dos serviços públicos, que mina o volume de receitas disponível, desvia investimentos e tolhe as condições de manutenção da respetiva qualidade; da privatização de um volume crescente de bens públicos; da intensificação das formas e manifestações da segregação (social, educativa, urbana, residencial, relacional); e, enfim, de uma crescente e generalizada “mercadorização das oportunidades”, as engrenagens de promoção da mobilidade social parecem cada vez mais enferrujadas, e a reprodução das desigualdades sociais cada vez mais difícil de contrariar. Como sublinha Desmond (2023, p. 111), “[a] melhor forma de assegurar que a oportunidade é desigual e injusta é cobrar por ela”.

Os três últimos capítulos de *Poverty, by America* são dedicados ao desenvolvimento dos argumentos de suporte a várias propostas de combate à – ou *abolição* da – pobreza. “Investir na erradicação da pobreza” é mesmo o mote de abertura do Capítulo 7, nas páginas do qual Desmond volta a denunciar a exploração de que os pobres são objeto, a prioridade dada à subsidiarização da afluência, em detrimento da confrontação da pobreza, e a segregação social que resulta da “mercadorização das oportunidades” em que as classes afluentes se implicam consciente ou inconscientemente. O desenvolvimento de formas de melhoria da informação disponível acerca dos programas de combate à pobreza e o alargamento dos meios e garantias de acesso aos apoios estatais, do lado da procura, e o reforço do financiamento, do lado da oferta, através do combate à fraude e à evasão fiscal, da instituição efetiva do princípio da progressividade do imposto sobre os rendimentos e do aumento das taxas de imposto sobre as grandes fortunas e os lucros das

empresas, são algumas das propostas avançadas por Matthew Desmond neste capítulo.

Sobre se o que aqui é proposto corresponde a um apelo à “redistribuição da riqueza”, expressão que Desmond confessa não apreciar, a resposta do autor é a seguinte (Desmond, 2023, p. 132):

Não estou a apelar à “redistribuição”. Estou a pedir que os ricos paguem os seus impostos. Estou a pedir um reequilíbrio da nossa rede de segurança social. Estou a pedir o regresso a um tempo em que a América fazia maiores investimentos no bem-estar de todos. Estou a pedir mais ajudas para os pobres e menos ajudas para os ricos.

O alargamento da base social de apoio e a consolidação dos pressupostos indispensáveis ao sucesso de longo prazo de um tal programa político impõem, entretanto, de acordo com Desmond, o “empoderamento dos pobres”. É este o título do Capítulo 8, em que o professor de sociologia da Universidade de Princeton discorre sobre fatores como o reforço da sindicalização dos trabalhadores (designadamente através da simplificação legislativa e processual da organização sindical e da constituição de sindicatos); a generalização da negociação coletiva setorial; o reforço de programas de provisão pública de alojamento (incluindo apoios à aquisição de casa própria por famílias com baixos rendimentos); a criação de apoios ao cooperativismo e a aposta no desenvolvimento de programas de “bens comuns” (*commoning*), designadamente em matéria de solos urbanos e construção/gestão de habitação; o reconhecimento e respeito pelos direitos sexuais e reprodutivos e a melhoria do planeamento familiar.

O capítulo termina com um apelo – porventura excessivamente voluntarista – à transformação de cada pessoa em “abolicionista da pobreza”, o que significa aceitar “realizar uma avaliação da sua própria vida, tornando a pobreza uma questão pessoal, através do exame das formas pelas quais se está ligado ao problema – e à solução” (Desmond, 2023, p. 136). O autor especifica este argumento a propósito das decisões individuais de consumo (Desmond, 2023, p. 137): “Cada vez mais, os consumidores

americanos consideram o impacto ambiental das suas compras. Deveríamos considerar também o seu impacto na pobreza”.

Quer o Capítulo 9, quer o Epílogo de *Poverty, by America* constituem prolongamentos da linha de raciocínio traçada a partir da ideia do “abolicionismo da pobreza”. Neles, o autor empreende uma denúncia dos efeitos perniciosos – para pobres e afluentes – da segregação social e apresenta os termos fundamentais da sua apologia da *integração* – urbanística e residencial, educativa, sociocomunitária, relacional. Em fim de percurso, Desmond (2023, p. 183) sintetiza desta forma a sua proposta:

A abolição da pobreza é um projeto pessoal e político. Aqueles de nós que abraçam este projeto procuram combater a pobreza através das suas escolhas de consumo, decisões de investimento e empregos. Apoiamos um governo ativamente empenhado na eliminação da escassez através do reequilíbrio da rede de segurança da nação e através da expansão das políticas que empoderam os pobres. Detestamos todas as formas de exploração, sejam elas promovidas por empresas, por proprietários ou por instituições financeiras, e mesmo se – especialmente se – elas nos beneficiam. Opomo-nos ao racismo, à segregação e à concentração de oportunidades nas nossas comunidades, e defendemos a prosperidade partilhada. Os abolicionistas da pobreza são solucionistas, fazedores, priorizam o plano em detrimento da crítica, vitórias tangíveis em detrimento de vitórias retóricas, a utilidade em detrimento da pureza – e temos de nos organizar.

Consciente de que a abolição da pobreza só poderá acontecer se um movimento de massas o exigir, o sociólogo norte-americano mostra-se confiante nas possibilidades da sua constituição: “[h]oje, esse movimento agita-se” (Desmond, 2023, p. 184). *Wishful thinking* ou não, facto é que a investigação de Matthew Desmond contribui para alargar o horizonte do imaginável e, portanto, do possível, no que ao combate à pobreza diz respeito – horizonte que, não apenas no caso dos Estados Unidos da América, se vem revelando persistentemente turvo e limitado.

Referências bibliográficas

- DESMOND, Matthew (2017), *Evicted: Poverty and Profit in the American City*. Penguin Books.
- DESMOND, Matthew (2023), *Poverty, by America*. Crown.
- DESMOND, Matthew (2024), “A Prophet for the Poor”, *The New York Review of Books*, 71(15), 21-22.
- PEREIRA, Virgílio Borges, & QUEIRÓS, João (2014), “‘It’s Not a Bairro, is It?’: Subsistence Sociability and Focused Avoidance in a Public Housing Estate”, *Environment and Planning A: Economy and Space*, 46(6), 1297-1316.
- WACQUANT, Loïc (2023a), *Misère de l’ethnographie de la misère*. Raisons d’agir.
- WACQUANT, Loïc (2023b), *Bourdieu na Cidade – Desafios à Teoria Urbana*. Outro Modo.

João Queirós.

Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Investigador Colaborador do inED – Centro de Investigação e Inovação em Educação (ESE-P.PORTO). Entre abril de 2019 e dezembro de 2024, foi o Subcoordenador do Grupo de Projeto do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC) em Portugal. Endereço para correspondência: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.

E-mail: jqueiros@letras.up.pt

Artigo recebido a 18/11/2024 e aceite para publicação a 26/11/2024.

Português

Elogio da “construção densa”

Loïc Wacquant

University of California, Berkeley

Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, Paris

Resumo

Com base no meu livro *The Poverty of the Ethnography of Poverty* ([2023]2025), defendo a “construção densa” como uma abordagem racionalista para enquadrar e conduzir a etnografia. Inspirada na epistemologia sociológica de Pierre Bourdieu, a construção densa é uma “construção ao quadrado”, ou seja, uma construção científica (analítica) de uma construção comum (popular). Ancorada no conceito de espaço social, a construção densa visa evitar o perigo do “etnografismo”, a tendência para querer descrever, interpretar e explicar um fenómeno com base apenas nos elementos discernidos através do trabalho de campo. Permite-nos evitar cometer uma ou outra das *cinco falácias orgânicas* da observação participante: o interacionismo, o indutivismo, o populismo, o presentismo e a deriva hermenêutica. Esquematizo como a descrição densa, a teoria fundamentada, o método de caso alargado, a teorização abductiva e a construção densa configuram o dueto da teoria e da observação. Evitando a falsa oposição entre conceito e percepção, a construção densa visa construir heurísticas para fabricar novos objetos. Nesta abordagem, ao contrário das visões convencionais, a teoria não é o mestre arrogante, mas o humilde servo da investigação empírica como aproximação do real.

Palavras-chave: Etnografia; Teoria; Epistemologia.

English

Praise for “thick construction”

Abstract

Building on my book *The Poverty of the Ethnography of Poverty* ([2023]2025), I make the case for “thick construction” as a rationalist approach to framing and conducting ethnography. Infused by Pierre Bourdieu’s sociological epistemology, thick construction is a “construction squared,” that is, a scientific (analytic) construction of an ordinary (folk) construction. Anchored by the concept of social space, thick construction aims to dodge the danger of “ethnographism,” the tendency to want to describe, interpret and explain a phenomenon based solely on the elements discerned through fieldwork. It allows us to avoid committing one or another of the *five organic fallacies* of participant observation: interactionism, inductivism, populism, presentism and the hermeneutic drift. I diagram how thick description, grounded theory, the extended-case method, abductive theorizing and thick construction configure the duet of theory and observation. Eschewing the false opposition between concept and percept, thick construction aims to build heuristics for fabricating new objects. In this approach, contrary to conventional views, theory is not the haughty master but the humble servant of empirical research as approximation of the real.

Keywords Ethnography; Theory; Epistemology.

WACQUANT, Loïc (2024),

“Elogio da “construção densa””,

Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. L, pp. 75 - 90

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc50a4>

Français

Éloge de la «construction dense»

Résumé

En m'appuyant sur mon livre *The Poverty of the Ethnography of Poverty* ([2023]2025), je plaide en faveur de la « construction dense » en tant qu'approche rationaliste pour encadrer et mener l'ethnographie. Inspirée de l'épistémologie sociologique de Pierre Bourdieu, la construction dense est une « construction au carré », c'est-à-dire une construction scientifique (analytique) d'une construction ordinaire (populaire). Ancrée dans le concept d'espace social, la construction dense vise à éviter le danger de l'« ethnographisme », c'est-à-dire la tendance à vouloir décrire, interpréter et expliquer un phénomène à partir des seuls éléments discernés lors du travail de terrain. Elle permet d'éviter de commettre l'une ou l'autre des cinq erreurs organiques de l'observation participante : l'interactionnisme, l'inductivisme, le populisme, le présentisme et la dérive herméneutique. Je schématise la manière dont la description dense, la théorie ancrée, la méthode de cas élargi, la théorisation abductive et la construction dense configurent le duo de la théorie et de l'observation. Échappant à la fausse opposition entre concept et percept, la construction dense vise à construire des heuristiques pour fabriquer de nouveaux objets. Dans cette approche, contrairement aux idées reçues, la théorie n'est pas le maître hautain mais l'humble serviteur de la recherche empirique en tant qu'approximation du réel.

Mots-clés: Ethnographie; Théorie; Épistémologie.

Español

Elogios a la «densa construcción»

Resumen

Basándome en mi libro *The Poverty of the Ethnography of Poverty* ([2023]2025), defiendo la «construcción densa» como enfoque racionalista para enmarcar y realizar etnografías. Infundida por la epistemología sociológica de Pierre Bourdieu, la construcción densa es una «construcción al cuadrado», es decir, una construcción científica (analítica) de una construcción ordinaria (popular). Anclada en el concepto de espacio social, la construcción densa pretende esquivar el peligro del «etnografismo», la tendencia a querer describir, interpretar y explicar un fenómeno basándose únicamente en los elementos discernidos mediante el trabajo de campo. Nos permite evitar cometer una u otra de las *cinco falacias orgánicas* de la observación participante: el interaccionismo, el inductivismo, el populismo, el presentismo y la deriva hermenéutica. Esquematizo cómo la descripción densa, la teoría fundamentada, el método del caso alargado, la teorización abductiva y la construcción densa configuran el dúo teoría-observación. Evitando la falsa oposición entre concepto y percepto, la construcción densa pretende construir heurísticos para fabricar nuevos objetos. En este enfoque, contrariamente a las visiones convencionales, la teoría no es el amo altivo sino el humilde servidor de la investigación empírica como aproximación a lo real.

Palabras clave: Etnografía; Teoría; Epistemología.

Introdução

O meu livro *The Poverty of the Ethnography of Poverty* recapitula as três eras da "etnografia urbana", um género particular de investigação de terreno sobre a vida na cidade, nascido em Chicago há um século, nomeadamente, a geração de pioneiros na metrópole industrial em expansão do período entre guerras, a vaga dos anos 1960 animada pela implosão do gueto negro, e a geração do novo século que revela o funcionamento do Estado como produtor e gestor da pobreza nas frentes da assistência social, da habitação e da penalização (Wacquant [2023] 2025)¹. O objetivo desta recapitulação é colocar em perspetiva histórica e analítica a controvérsia sobre a etnografia da relação entre raça, classe e moralidade no gueto negro americano e em torno dele, na era do neoliberalismo triunfante, desencadeada pelo meu (des)afamado ensaio "Scrutinizing the Street" (Wacquant, 2002), a fim de retirar lições positivas para a teoria e a prática do trabalho de campo. Empirismo irrefletido, aceitação de problemáticas pré-fabricadas pelo senso comum ordinário e político, confusão entre categorias populares e analíticas, confinamento ao perímetro imediato da interação, moralismo bifurcador: estas não são as manchas de obras particulares e as falhas de autores individuais, mas armadilhas com que todos os etnógrafos se deparam, mais cedo ou mais tarde, ao longo do caminho, e que só a vigilância coletiva pode esperar contornar.

1. As cinco falácias do etnografismo

Este regresso epistemológico é uma oportunidade para identificar o perigo do *etnografismo*, como a tendência para querer descrever, interpretar e explicar um fenómeno com base apenas nos elementos discernidos através do trabalho de campo,² e para apelar à prática correlativa de uma *etnografia enativa*,³ *estrutural e historicizada*. Por *enativa*, quero dizer que, no seu melhor, a etnografia é conhecimento produzido pela realização do fenómeno no grau mais elevado possível

¹ O presente artigo é a tradução portuguesa de um texto preparado para um simpósio do número de inverno de 2025 da revista *Qualitative Sociology*. A tradução do original em língua inglesa para português foi efetuada por Virgílio Borges Pereira e revista por Loïc Wacquant. *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* agradece a possibilidade de proceder à publicação em língua portuguesa do presente artigo.

² O construto é o análogo metodológico do "economismo", a tendência para procurar explicar um determinado fenómeno estritamente por referência a fatores e mecanismos económicos.

³ NdT: "enativa", no sentido que lhe é conferido pelas ciências cognitivas, como prática incorporada de conhecimento imerso num contexto como saber-fazer.

- uma sociologia, não *do* corpo, mas *a partir do* corpo.⁴ Implica, no mínimo, aproximar-se o mais possível do ponto de produção da ação. Por estrutural, sublinho que a análise etnográfica deve inserir as microações observadas na série interligada de espaços sociais que as moldam e lhes dão direção e significado ao longo do tempo. Por historicizada, indico que o etnógrafo deve captar a gênese das disposições dos agentes e da teia de posições que ocupam.

Uma etnografia deste tipo obriga-nos a esforçarmo-nos por evitar cometer uma ou outra das *cinco falácias orgânicas da observação participante*, que são tanto mais difíceis de evitar quanto estão enraizadas na própria postura da etnografia enquanto investigação incorporada e encarnada e tendem a implicar-se mutuamente⁵:

(i) o *interacionismo*, que consiste em considerar que o essencial é dado no *encontro*, no sentido de Goffman (1961), ou seja, a interação face a face nascida da "co-presença física" num determinado lugar e instituição, independentemente das forças externas, visíveis e invisíveis, que pesam sobre ele e agem dentro dele; reside no esquecimento da estrutura;⁶

(ii) o *indutivismo*, que leva o etnógrafo a abandonar-se ao mundo sensível e a esperar que o seu objeto pré-construído lhe "fale" de si próprio, esquecendo que o mundo social só responde às questões que lhe colocamos e que um sinal só se torna informação, em vez de ruído, para o ouvinte ativo munido de um código; consiste no esquecimento da teoria;

(iii) o *populismo*, que consiste em embelezar e mesmo glorificar os modos de pensar, de sentir e de agir dos agentes estudados, tanto mais quando estes

⁴ Ver Wacquant (2015) para uma discussão sobre a forma como o trabalho de terreno pode aproximar-se deste ideal e a ontologia carnal que sustenta esta posição metodológica.

⁵ No terceiro capítulo de *The Poverty of the Ethnography of Poverty* (Wacquant [2023] 2025), discuto as soluções práticas para estas cinco falácias e ilustro-as com exemplos do meu estudo de terreno sobre as estratégias de trabalho quotidiano de procuradores, defensores públicos e juizes num tribunal criminal de condado.

⁶ A estrutura é a rede invisível de relações entre posições sociais que deve ser construída pelo analista, e não as transações visíveis entre agentes imediatamente disponíveis para observação no terreno, como na "etnografia relacional" (Desmond, 2014).

são categorias subalternas estigmatizadas na percepção e no discurso públicos;⁷ resulta do aprisionamento no moralismo;

(iv) o *presentismo*, que prende o etnógrafo ao momento imediato e o leva a esquecer que a prática, tal como é captada na interação, é sempre o encontro de duas modalidades de história, a história encarnada nos corpos sob a forma de habitus e a história feita coisa sob a forma de instituições;

(v) o *hermeneuticismo*, que resulta da absolutização do momento interpretativo, desligando-o da sua ancoragem na estrutura social, como se a ação significativa estivesse de alguma forma suspensa no éter das representações.

Em *Le Métier de Sociologue* (1968, *The Craft of Sociology*, 1990), o mais importante texto de epistemologia sociológica publicado desde as *Règles de la méthode sociologique* (1895) de Durkheim e *Wirtschaft und Gesellschaft* (1918) de Weber, Pierre Bourdieu e os seus colegas adaptam o racionalismo histórico de Gaston Bachelard, Georges Canguilhem e Alexandre Koyré às ciências sociais.⁸ Caracterizam a aplicação desta filosofia da ciência em ação pela fórmula marcante: "O facto social é conquistado, construído, constituído". Conquistado contra o senso comum e a ilusão da transparência do social; construído pela aplicação de quadros teóricos e de conceções metodológicas; constituído pela observação e elaboração empíricas sistemáticas que favorecem o confronto do modelo com um segmento escolhido da realidade. Adapto esta fórmula especificando o incontroverso: os factos etnográficos são conquistados, construídos, constituídos.

⁷ Há duas variantes de populismo na etnografia, o social e o epistemológico. O populismo *social* pinta populações denegridas em tons brilhantes numa luz positiva para as reabilitar. Mas, na sua ânsia de derrubar estereótipos comuns, apenas os inverte. O populismo *epistemológico* consiste em dar primazia, em princípio, ao conhecimento vulgar ou especializado dos agentes estudados e em transformar as suas categorias práticas em categorias de análise. Encontra expressão na "restituição" - ou ritual de absolvição etnográfica - que consiste em ver as suas interpretações validadas por aqueles que são o seu objeto (Zonabend, 1994), como se estes últimos estivessem em posição de julgar uma análise que se pretende sociológica, e como se o canal de "informação" entre o observador e o observado fosse uma relação horizontal abstraída de qualquer gravidade de poder.

⁸ Para uma apresentação compacta da escola francesa de "epistemologia histórica", também conhecida como "filosofia do conceito", e da sua relação com outras vertentes da filosofia da ciência, ver Rheinberger (2010).

2. A construção densa como "construção ao quadrado"

Assim, a via etnográfica preconizada em *The Poverty of the Ethnography of Poverty* é aquilo a que chamo "construção densa", por referência e em oposição à "descrição densa" que Clifford Geertz (1973) toma de empréstimo ao filósofo britânico Gilbert Ryle. O objetivo da descrição densa é tornar visível, através da escrita, o tecido estratificado de significados que as pessoas dão às suas ações; ela pertence à hermenêutica social, levando a um relato pontilhista que coloca no papel a atividade interpretativa dos agentes que evoluem no mundo em estudo, como se a sua conduta fosse uma espécie de peça de teatro a ser observada e apreciada.⁹ Geertz afirma explicitamente que "a cultura é pública porque o significado é público". Afirma ainda que "a cultura não é um poder" que move as pessoas, mas "um contexto" que dá significado à sua conduta, de modo que "o objeto da etnografia [é] uma hierarquia estratificada de estruturas significativas" (Geertz, 1973, 7).

A construção densa é o oposto racionalista do empirismo geertziano. É, fundamentalmente, uma "construção ao quadrado": opera a construção *científica* (analítica) de uma construção social *comum* (popular). Reconhece plenamente que os agentes sociais fabricam o seu mundo vivido através da elaboração cognitiva e da improvisação conativa, e que o etnógrafo deve examinar esta fabricação, os seus instrumentos, os seus segredos e os seus produtos. A este nível, a abordagem bourdieusiana é congruente com as microssociologias construtivistas, o interacionismo simbólico (Blumer, 1969), a fenomenologia schutziana (Schutz, 1967), a etnometodologia (Garfinkel, 1966) e a antropologia simbólica de que Geertz (1973, ver também Ortner, 1999) é o porta-estandarte histórico. Mas também postula que a tarefa do sociólogo - quer seja baseado no terreno ou não - é *produzir o seu objeto* através da utilização controlada de categorias analíticas capazes de *englobar* categorias populares, estabelecer a sua génese e usos, e apreender as forças objetivas que dão ao mundo social a sua gravidade específica. Para evitar a queda no subjetivismo, é preciso inserir como ferramenta necessária à produção etnográfica o conceito de *espaço social* como rede histórica de posições objetivas ocupadas pelos

⁹ De facto, um dos livros mais completos de Clifford Geertz é *Negara: The Theatre State in Nineteenth-Century Bali* (1980), e o seu artigo mais famoso também descreve uma cena quase teatral: "Deep Play: Notes on the Balinese Cockfight" (1972).

agentes observados (Bourdieu, 1989). Construir o espaço dos pontos que informam o seu ponto de vista requer a adoção de uma postura histórico-estrutural e a utilização de instrumentos teóricos sem os quais este espaço permaneceria invisível:

A teoria, é uma banalidade da tradição epistemológica, é o que nos faz ver coisas que não veríamos de outra forma. A tradição epistemológica multiplicou muitas vezes os exemplos dos efeitos da teoria: quando a teoria é constituída, os fenómenos que tinham passado despercebidos, as realidades que tinham sido confundidas, sobressaem e afastam-se; por outras palavras, vemos apenas aquilo para que temos a teoria. (Bourdieu, 2015, 114)

Ou ainda: "Se é certo que todo o conceito científico é construído (no sentido de que não é indutivamente desenterrado da realidade), trata-se de uma operação construtiva na medida em que é uma questão geral que receberá a sua realidade do trabalho científico de construção empírica e de confronto com as observações" (Bourdieu, 2016, 26).

Bourdieu gostava de recordar a etimologia grega da palavra "teoria", *theorein*, observar ou contemplar, mas afastava-se imediatamente dela, sublinhando o carácter pragmático da teoria sociológica enquanto programa de construção científica de objetos empíricos.¹⁰ É assim que ele a define como "um instrumento para ver as relações", "um modo de pensar, um sistema de esquemas rigorosamente controlados para perceber o mundo social". Assim, por exemplo, o conceito de habitus sintetiza uma filosofia disposicionalista da ação, mas aponta também para uma série de operações práticas destinadas a reconstituir a trajetória dos agentes no espaço social e as formas de aprendizagem corporal que lhes são próprias, de modo a perfurar a combinação de categorias cognitivas, competências conativas e desejos emotivos que os caracteriza por direito próprio (Wacquant, 2014, 2022). No seu *Cours de sociologie générale*, Bourdieu graceja suavemente com os "malabarismos teóricos" e rejeita firmemente a noção althusseriana de "trabalho teórico" desligado da prática de

¹⁰ Sobre esta conceção da teoria sociológica como um sistema de disposições intelectuais e técnicas, ler o subtil artigo de Rogers Brubaker, "Social Theory as Habitus" (1993).

investigação e suspenso sobre a investigação empírica. A teoria pode dar origem a dados, mas continua a ser a serva da investigação empírica.

Descrição densa" à la Geertz versus "construção densa" à la Bourdieu

Para Geertz, líder e ícone da abordagem interpretativa na fronteira entre as ciências sociais e as humanidades, o agente social é um *animal symbolicum* "suspenso em teias de significado que ele próprio teceu". A cultura é um "contexto", e o trabalho do etnógrafo é interpretar as interpretações dos agentes, e depois usar a densidade da palavra escrita para transmitir as estruturas de significado entrelaçadas que dão sentido à sua conduta. Tudo é dado à superfície, no próprio momento da ação, porque "a cultura é pública". A teoria é resolvida - ou melhor, dissolvida - no relato multifacetado que proporciona a inteligibilidade do fenómeno. "Conduzir uma etnografia é como tentar ler um manuscrito...escrito, não em gráficos convencionais, mas em exemplos transitórios de comportamento moldado." O mundo social segundo Geertz, tal como o dos etnógrafos urbanos de Chicago, é um universo irénico, livre de inércia material e de relações de poder, organizado por relações comunicativas, e no qual tudo é visível e imediatamente acessível ao observador no terreno.

"Acreditando, com Max Weber, que o homem é um animal suspenso em teias de significado que ele próprio teceu, considero a cultura como essas teias, e a sua análise como sendo, portanto, não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significado...O objeto da etnografia [é] uma hierarquia estratificada de significados" ou "estruturas empilhadas de inferência e implicação através das quais um etnógrafo está continuamente a tentar escolher o seu caminho...."

A etnografia é uma descrição *densa*. O que o etnógrafo enfrenta de facto... é uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou entrelaçadas umas nas outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem de conseguir, de alguma forma, primeiro apreender e depois restituir.... A cultura não é um poder, algo a que os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos podem ser atribuídos de forma causal; é um contexto, algo dentro do qual podem ser inteligivelmente - isto é, densamente - descritos..."

"Começamos com as nossas próprias interpretações do que os nossos informadores estão a fazer, ou pensam que estão a fazer, e depois sistematizamo-las." Daqui resulta que a tarefa do etnógrafo é "inscrever" o discurso social. *Ele escreve-o*".

Clifford Geertz, "Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture," pp. 5, 7, 9-10, e 19.

Para Bourdieu, o agente social é um ser histórico inserido numa estrutura objetiva de distribuição do capital (nas suas várias formas) resultante das lutas materiais e simbólicas que fazem a história. O seu "ponto de vista" subjetivo é a visão que tem do ponto que ocupa no espaço social. As estruturas simbólicas não são apenas estruturadas e estruturantes, são também instrumentos de dominação. O poder simbólico, epicentro da sociologia bourdieusiana, decorre do próprio facto de o ser humano ser um animal simbólico, no sentido de Cassirer, e de o mundo social ser "multifacetado" (*Vielseitig*), no sentido de Weber, isto é, suscetível de ser construído de formas diferentes e, portanto, rivais.

A missão do etnógrafo, como a de qualquer cientista social, é produzir um modelo que *trabalhe* o real, envolvendo conceitos feitos para e pela investigação empírica. Isto implica mapear o espaço das posições e delinear os fluxos das trajetórias sociais; penetrar e especificar "o ponto de vista do nativo" (para usar a famosa expressão de Malinowski, *mas pluralizada*) de acordo com a posição que ocupam dentro dele; e desvendar as lutas que travam para dar forma e sentido ao mundo, começando pelas lutas simbólicas que visam impor este ou aquele princípio social de visão e divisão.

É a teoria, enquanto sistema de esquemas práticos para a ação científica, que dá vida aos fenómenos, fornecendo instrumentos para a interrogação e a organização racional do tumulto sensorial do mundo: "Certas relações só podem ser encontradas se a realidade tiver sido construída de forma a encontrá-las", incluindo as relações de poder simbólico que participam na fabricação do mundo social como um mundo intrinsecamente duplo, objetivamente objetivo e objetivamente subjetivo.

"O que eu quero salientar é que este aparente golpe de força implicado por qualquer construção taxonómica adequada é epistemologicamente justificado. Toda a tradição

epistemológica (Bachelard, etc.) o estabelece. No caso particular da sociologia, qualquer construção adequada do mundo social tem de ser conquistada através de uma rutura com as pré-construções, isto é, com os pressupostos classificatórios produzidos pelos usos sociais comuns.... Não há outra maneira de praticar a ciência social senão através destes golpes de força epistemológicos que consistem em impor escolhas construídas à partida. Só podemos encontrar certas relações se tivermos construído a realidade de modo a encontrá-las" (volume 1, p. 81).

"Entendo a palavra 'teoria' muito mais no sentido de um método de pensamento ou mesmo de um método de percepção do que no sentido dado à palavra 'teoria', infelizmente, no discurso francês, onde '*théorique*' se opõe a '*empirique*' e designa tudo o que não é empírico, tudo o que não tem nada a ver com nada. A palavra 'teoria', se designa de facto, como digo, um sistema de esquemas de construção da realidade (ou uma construção científica da realidade), é uma espécie de palavra de ordem científica" (volume 1, p. 207).

"A ciência social, na sua fase objetivista ou estruturalista, regista regularidades objetivas, independentes da consciência e da vontade individuais, nas quais se exprimem os efeitos de constrangimentos estruturais que conferem ao mundo social a sua realidade independente do pensamento. Ao fazê-lo, reduz a um estado de aparência, de ilusão, as representações que os agentes fazem do seu mundo e a própria experiência que dele têm. A consciência das particularidades da posição do académico, homem de *skholè*, inclinado para o que Austin designou por 'visão escolástica', leva-nos a efetuar uma segunda rutura com a visão nascida da rutura com a visão comum. Tal como foi necessário transcender o ponto de vista particular associado a uma posição particular no mundo social para aceder à visão panorâmica que nos permite objetivar o ponto de vista primário sobre o mundo social, também é necessário transcender a visão transcendente do momento objetivista para reintroduzir, como parte integrante da realidade objetiva do mundo social, os diferentes, contrastantes e mesmo contraditórios pontos de vista que se chocam sobre esse mundo: a construção objetivista que permite constituir as diferentes perspetivas sobre o mundo social como pontos de vista tomados a partir de pontos bem definidos desse mundo, não é de modo algum contrariada pela análise que, elevando-se a um nível superior, apreende as lutas sobre o mundo e a sua objetividade, e lhes restitui a sua devida eficácia na própria construção do mundo.

Ultrapassando a oposição fictícia entre um estruturalismo objetivista e um construtivismo subjetivista, podemos assim colocar-nos o objetivo de apreender tanto a estrutura objetiva dos universos sociais (o campo social no seu conjunto ou um determinado campo especializado) como as estratégias especificamente políticas que os agentes produzem para

fazer triunfar o seu ponto de vista. Isto sem esquecer que todo o trabalho de construção, prático ou teórico, individual ou coletivo, pelo qual os agentes contribuem para produzir realidades sociais, em particular grupos instituídos (como as pessoas coletivas), e para inscrevê-las na objetividade duradoura das estruturas, é orientado pela perceção que eles têm do mundo social e depende de sua posição nessas estruturas, e das suas disposições, moldadas pelas estruturas" (volume 2, pp. 1177-1178).

Pierre Bourdieu, *Sociologie générale*, volume 1 (2015), pp. 81 e 207; e *Sociologie générale*, volume 2 (2016), pp. 1177-78.

3. Cinco notas para o dueto teoria-observação

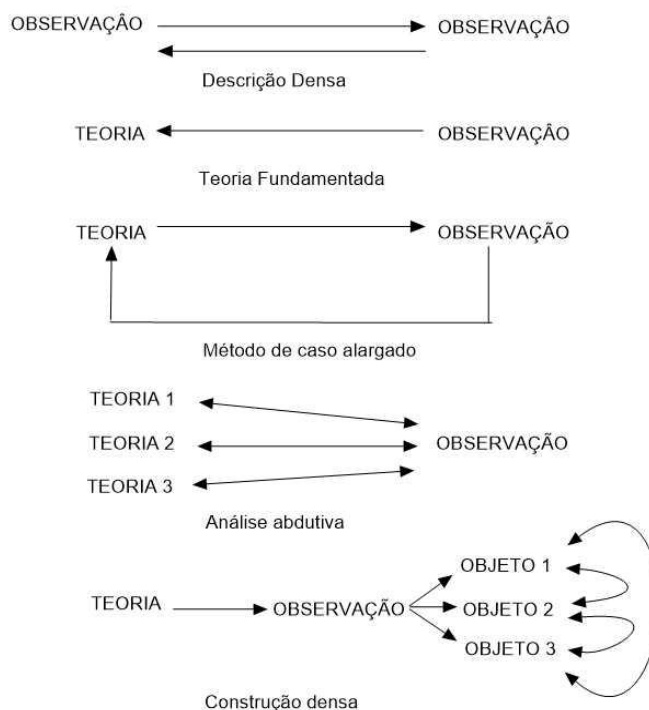
O objetivo da construção densa não é "testar" uma teoria, invalidando-a ou confirmando-a, ou comparar duas teorias para fins de adjudicação empírica. É *produzir novos objetos* de modo a lançar uma nova luz sobre o mundo social. Porque, como Durkheim ([1895] 1981, vi) afirmava há mais de um século, "o objetivo de toda a ciência é fazer descobertas, e cada descoberta desconcerta mais ou menos as opiniões recebidas", incluindo as opiniões teoricamente estabelecidas pela investigação preexistente. Assim, a teoria da reprodução escolar desmonta a visão de uma escola "libertadora" que apaga as desigualdades de classe; a homologia teoricamente postulada entre as estruturas económicas e as estruturas temporais elucida a formação do subproletariado argelino; o estudo conjunto do consumo corrente, dos gostos artísticos e das opiniões políticas revela que obedecem à mesma lógica prática (Bourdieu, 1971, 1977, 1979).

Tantos factos que tiveram de ser metodicamente construídos, rasgando a tela do dado adquirido e das perceções comuns que muitas vezes contrariam a realidade, mascarando-a e disfarçando-a. Daí esta advertência dirigida ao etnógrafo: "Uma boa teoria científica - e esta é uma das diferenças em relação às ciências naturais - deve englobar, integrar a teoria do que é e a teoria das razões pelas quais tal não é percebido como é; deve incluir uma sociologia do que as coisas são e das razões

pelas quais tal não é visto” (Bourdieu, 2015, 105).¹¹A sociologia de terreno, cuja ambição é penetrar na lógica prática do conhecimento ou da cognição ordinária (*connaissance*), deve também preocupar-se com os mecanismos do não-reconhecimento ordinário (*méconnaissance*).

Figura 1.

O dueto teoria-observação em cinco tradições etnográficas



Para maior clareza, podemos esquematizar a relação entre teoria e observação postulada pelas cinco principais abordagens da etnografia disponíveis para o investigador de terreno contemporâneo (**ver figura 1**). Como qualquer ferramenta de visualização, estes diagramas são necessariamente simplificações. Na prática, os investigadores de terreno podem, e alguns fazem-no, combinar diferentes teorias *substantivas* para formular ou resolver as suas questões de investigação (por exemplo, Prieur, 1998; Parvez, 2017; Gong, 2024; Villarreal, 2024). Mas fazem-no

¹¹ Ver a magnífica demonstração de Javier Auyero e Débora Alejandra Swistun em *Flammable: Environmental suffering in an Argentinian Shantytown* (2009).

seguindo o esquema *formal* teoria-observação central da sua abordagem autoproclamada.¹²

A "descrição densa" de Clifford Geertz apresenta-se como uma forma de evitar completamente a teoria a favor da interpretação local, em que uma observação sustenta outra numa sequência reveladora de regressão semântica potencialmente interminável de uma camada de significado para outra. É essencialmente *hermenêutica e celibatária*, recusando, por princípio, qualquer relação com a teoria. A "teoria fundamentada" de Glaser e Strauss (1967) propõe-se desenvolver a teoria formal descobrindo os seus conceitos e as suas interligações no âmbito da observação conduzida na ignorância deliberada de teorias anteriores relevantes para a questão em causa. É *indutiva e casta*, esperando que a teoria correta se revele à maneira da Cinderela. O "método de caso alargado" de Michael Burawoy (2009) parte de um forte compromisso com uma teoria favorita que orienta o inquiridor e, a partir das observações assim geradas, regressa a essa teoria com o objetivo declarado de a falsificar ou alargar. É *dedutivo e monogâmico*. A abordagem neo-peirceana codificada por Iddo Tavory e Stefan Timmermans (2014) utiliza múltiplas teorias, sem ser parcial em relação a nenhuma delas, para produzir e responder a surpresas empíricas. Convida à especulação sobre os possíveis mecanismos que produzem essas surpresas. É *abdutiva e poligâmica*.

A "construção densa" bourdieusiana emprega a teoria autoconsciente para produzir observações, ou seja, seleções orientadas do conjunto empírico, respostas às questões formuladas e trazidas para o terreno pelo inquiridor. Estas observações, que incluem descobertas inesperadas e descobertas previsíveis, são depois deliberadamente peneiradas e reunidas para fabricar o objeto sociológico como um modelo com textura que se aproxima do real.¹³ A construção densa implica tanto uma rutura como a reintegração da compreensão primária que os agentes têm do mundo social. Capta e subsume noções populares em noções analíticas. Combina estrutura

¹² Sobre a utilização de representações gráficas com o objetivo de clarificação epistemológica, ver Richard Swedberg, "Can You Visualize Theory?" (2016).

¹³ Para uma elaboração desta posição, ver Gaston Bachelard, *Essai sur la connaissance approchée* (1928).

e significado. É *reflexiva e poliamorosa*.¹⁴ Acima de tudo, esforça-se por ser heurística, orientando a investigação para o duplo desdobramento da história como incorporada (*habitus*) e objetivada (espaço social e campo) e para o seu encontro no ponto da prática.

A construção densa bourdieusiana visa assim, antes de mais, gerar descrições, interpretações e explicações parcimoniosas e eficientes que o analista *não poderia ter elaborado* sem recorrer aos seus conceitos. Reúne as várias facetas relevantes do fenómeno numa *imagem aproximada* - e não numa "fotografia" exata, como quer o empirismo. Em seguida, *transpõe* o que aprendeu com a construção de um objeto num domínio para trabalhar sobre o objeto noutro domínio, mantendo na sua linha de visão esta questão: que propriedades são específicas do objeto O1 e quais são partilhadas pelos objetos O2, O3, etc.?¹⁵ O que é que esse objeto, por exemplo a lógica da consagração na Igreja, nos diz sobre outro, como o efeito de unção das credenciais atribuídas pelas escolas de elite (Bourdieu, 1989)? O que é que as estratégias de honra entre os cabilas nos ensinam sobre as estratégias de distinção da burguesia parisiense ou das empresas num mercado industrial (Bourdieu, 1972, 1979, 2000)? O que é que as revoluções efetuadas por Heidegger na filosofia, Beethoven na música clássica e Manet na história da pintura revelam sobre a lógica geral das revoluções simbólicas (Bourdieu, 1988, 2001, 2013)?¹⁶ O raciocínio homológico é mobilizado para especificar ao mesmo tempo as particularidades de um objeto e as suas características genéricas.

Longe do heroísmo epistemológico de Burawoy e do prosaísmo epistemológico de Tavory e Timmermans, a construção densa professa a modéstia epistemológica e alimenta-se da analogia controlada, tanto no interior dos casos como entre eles. *A teoria, segundo Bourdieu, é antes de mais uma heurística e uma analítica*, ou seja, uma caixa de ferramentas para a construção de objetos etnográficos que é alcançada

¹⁴ O próprio Bourdieu era teoricamente poliamoroso, mantendo fortes relações intelectuais afetivas em simultâneo com pensadores geralmente vistos como incompatíveis, se não mesmo antagónicos: Durkheim e Weber, o primeiro Husserl e o último Wittgenstein, Mauss e Lévi-Strauss, Piaget e Austin, etc.

¹⁵ "A teoria geral dos campos que estou a tentar propor tem o mérito de permitir colocar questões gerais a todos os campos, que só podem ser respondidas por respostas particulares e por estudos empíricos de cada campo" (Bourdieu, 2015, 706). Ver também Bourdieu e Wacquant (2014, 118-162).

¹⁶ Note-se que este modo de raciocínio é agnóstico quanto ao método: pode ser aplicado por cientistas sociais recorrendo à etnografia, à história comparada, à análise textual e até à estatística.

pouco a pouco, através da montagem paciente de uma série de movimentações conceituais e empíricas. O seu valor mede-se, portanto, pela sua capacidade de produzir relatos que satisfazem os critérios de uma boa etnografia: a tripla imersão (social, simbólica, temporal), a acuidade analítica, a granularidade descritiva, a captação dos afetos e a riqueza da poética, o domínio dos parâmetros éticos e políticos e, finalmente, a reflexividade.

Referências bibliográficas

- AUYERO, Javier, & SWISTUN, Débora Alejandra (2009), *Flammable: Environmental Suffering in an Argentine Shantytown*. New York: Oxford University Press.
- BACHELARD, Gaston (1928), *Essai sur la connaissance approchée*. Paris: PUF.
- BOURDIEU, Pierre (1971), Reproduction culturelle et reproduction sociale, *Social Science Information* 10(2): 45-79.
- BOURDIEU, Pierre (1977), *Algérie 60. Structures économiques et structures temporelles*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction, Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1988), *L'Ontologie politique de Martin Heidegger*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *La Noblesse d'État. Grandes écoles et esprit de corps*, Paris: Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Les Structures sociales de l'économie*, Paris: Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (2001), Bref impromptu sur Beethoven, artiste entrepreneur, *Sociétés & représentations*, 1(1): 13-18.
- BOURDIEU, Pierre (2013), *Manet, une révolution symbolique. Cours au Collège de France (1998-2000) suivis d'un manuscrit inachevé de Pierre et Marie-Claire Bourdieu*, Paris: Seuil et Raisons d'agir Édition.
- BOURDIEU, Pierre (2015), *Sociologie générale, Volume 1: Cours au Collège de France 1981-1983*, Paris: Seuil and Raisons d'agir Éditions.
- BOURDIEU, Pierre (2016), *Sociologie générale, Volume 2: Cours au Collège de France 1984-1987*, Paris: Seuil and Raisons d'agir Éditions.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; & PASSERON, Jean-Claude (1968 [1973] [2022]), *Le Métier de sociologue. Préalables épistémologiques*, Paris: Éditions de l'EHESS.
- BOURDIEU, Pierre, & WACQUANT, Loïc (2014), *Invitation à la sociologie réflexive*, revised and expanded edition, Paris: Seuil.
- BLUMER, Herbert (1969 [1986]), *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Berkeley: University of California Press.
- BURAWOY, Michael (2009), *The Extended Case Method: Four Countries, Four Decades, Four Great Transformations, and One Theoretical Tradition*. Berkeley: University of California Press.
- BRUBAKER, Rogers (1993), “Social Theory as Habitus”, in Craig Calhoun, Edward LiPuma, and Moishe Postone (eds.), *Bourdieu: Critical Perspectives*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 212-34
- DESMOND, Matthew (2014), “Relational Ethnography”, *Theory & Society*, 43: 547-579.
- DURKHEIM, Émile ([1895]1981), *Les Règles de la méthode sociologique*. Paris: PUF.
- GARFINKEL, Harold (1966), *Studies in Ethnomethodology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- GEERTZ, Clifford (1972), “Deep Play: Notes on the Balinese Cockfight”, *Daedalus*, 101(1): 1-37.
- GEERTZ, Clifford (1973), “Thick Description: Toward an Interpretive Theory of Culture”, in *The Interpretation of Cultures*. New York: Basic Books, pp. 3-30.
- GEERTZ, Clifford (1980), *Negara: The Theatre State in Nineteenth-Century Bali*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- GOFFMAN, Erving (1961), *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction*. Indianapolis, IN: Bobs-Merrill.
- GONG, Neil (2024), *Sons, Daughters, and Sidewalk Psychotics: Mental Illness and Homelessness in Los Angeles*, Chicago: University of Chicago Press.
- GLASER, Barney G., & STRAUSS, Anselm L. (1967), *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.
- ORTNER, Sherry B. (ed.) (1999), *“The Fate of Culture”: Geertz and Beyond*. Berkeley: University of California Press.

- PARVEZ, Z. Fareen (2017), *Politicizing Islam: The Islamic Revival in France and India*. New York: Oxford University Press.
- PRIEUR, Annick (1998), *Mema's House, Mexico City: On Transvestites, Queens, and Machos*. Chicago: University of Chicago Press.
- RHEINBERGER, Hans-Jörg (2010), *On Historicizing Epistemology: An Essay*, Stanford. CA: Stanford University Press.
- SCHUTZ, Alfred (1967), *Phenomenology of the Social World*. Evanston. IL: Northwestern University Press.
- SWEDBERG, Richard (2016), “Can You Visualize Theory? On the Use of Visual Thinking in Theory Pictures, Theorizing Diagrams, and Visual Sketches”, *Sociological Theory*, 34(3): 250-275.
- TAVORY, Iddo, & TIMMERMANS, Stefan (2014), *Abductive Analysis: Theorizing Qualitative Research*. Chicago: University of Chicago Press.
- VILLARREAL, Ana (2024), *The Two Faces of Fear: Violence and Inequality in the Mexican Metropolis*. New York: Oxford University Press.
- WACQUANT, Loïc (2002), “Scrutinizing the Street: Poverty, Morality, and the Pitfalls of Urban Ethnography”, *American Journal of Sociology*, 107(6): 1468-1532.
- WACQUANT, Loïc (2014), “Homines in Extremis: What Fighting Scholars teach us about Habitus”, *Body & Society*, 20(2): 3-17.
- WACQUANT, Loïc (2015), “For a Sociology of Flesh and Blood.”, *Qualitative Sociology*, 38(1): 1-11.
- WACQUANT, Loïc (2022), *Body and Soul: Notebooks of an Apprentice Boxer*. Expanded anniversary edition. New York: Oxford University Press.
- WACQUANT, Loïc ([2023]2025), *The Poverty of the Ethnography of Poverty*. New York: Oxford University Press.
- ZONABEND, Françoise (1994), “De l'objet et de sa restitution en anthropologie”, *Gradhiva, Revue d'histoire et d'archives de l'anthropologie*, 16 (1): 3-14.

Loïc Wacquant

Professor na University of California, Berkeley, e investigador no Centre Européen de Sociologie et de Science Politique, em Paris. Os seus livros estão traduzidos em vinte línguas e incluem *Body and Soul: Notebooks of an Apprentice Boxer* (edição de aniversário alargada, 2022), *The Invention of the "Underclass": A Study in the Politics of Knowledge* (2022), *Bourdieu na Cidade: Desafiando a Teoria Urbana* (2023), e *Racial Domination* (2024). Encontra-se a trabalhar numa etnografia do Estado penal no terreno intitulada "Fast-Food Justice: The Social Life of the County Criminal Court".

Endereço para correspondência: Department of Sociology, University of California, Berkeley CA 94720 USA.

E-mail: loic@berkeley.edu

Artigo recebido a 20/09/2024 e aceite para publicação a 27/12/2024.

Recensões

Review VILAÇA, Helena, OLIVEIRA, Maria João and ZWILLING, Anne-Laure (coord.) (2023), *Contemporary challenges of the regulation of religions in Europe*. IS- Instituto de Sociologia U.Porto, U.Porto Press.

Anabela Costa Leão

Faculdade de Direito da Universidade do Porto
Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ)

*Contemporary challenges of the regulation of religions in Europe*¹, published in 2023, covers a topic of great relevance in contemporary societies and in multicultural Europe, where religious diversity is one of the most visible dimensions of cultural diversity, stemming not only but also from migration. The book derives from a conference promoted by the EUREL network in Porto in 2021. The book presents a multidisciplinary approach to the regulation of religions, bringing together distinctive contributions from researchers in law, political science, sociology, anthropology, ethnography, and theology. The issues raised by regulation are illustrated by different experiences, in terms of religious groups, countries, historical contexts, and regulatory systems. This diversity makes reading more stimulating.

The contributions are organized into two separate parts, being preceded by a *Foreword*, by Grace Davie, and an *Introduction*, by the coordinators. Part I (*Theoretical approaches*), in three chapters, deals with theoretical perspectives on the regulation of religions and secularism, delving on the attitude of public powers towards the religious phenomenon, on the different forms and limits of regulation and on the demands of equality and non-discrimination principle (either between believers from different religious communities or between believers and non-believers). Part II, comprising ten chapters, takes a closer look at different national and international contexts, bringing in the contribution of the European Court of Human Rights (ECtHR) and of the European Court of Justice of the EU, as well as showing examples of the influence of the regulation of religion on religious groups, and vice-versa. The result is a well-balanced volume, with a clear common thread, which adopts a multidisciplinary perspective on the regulation of religion. Both formal and informal

¹ Available in print and online at <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19768.pdf>

aspects of regulation are considered, as the coordinators emphasize in their Introduction (p. 24).

The context is clear: secularization alongside “re-updated presence” of religion in the public sphere (*Introduction*, p.21) and, as Grace Davie emphasizes, growing religious diversity (p.19). The theory of secularism’s weakening as an explanatory hypothesis is discussed by Barbier and Suarez-Collado (Chapter 3), considering the “return of the religious” and post-secularism as a new approach combining the secular and the sacred. In this context, the “culturalization of religion”, addressed by Johansen, Johnsen and Kuhle considering the case of Denmark (Chapter 6), gives religious traditions and symbols visibility in the secularized public space, but risks promoting the diminishment of religion (p. 147).

Religion is a difficult concept to define, and the category is even questioned by researchers, as Pettersson observes (p. 92). This seems more evident given the diversification of the religious field, particularly considering the new religious movements and spiritualities. Clara Saraiva's analysis of the case of the Portuguese village of Sintra is very instructive in this regard (Chapter 10).

The book looks at the public regulation of religion in the context of European States, which share respect for democracy, rule of law and fundamental rights as common values, but adopt different models of State-religion relation. Types of regulation are quite variable considering actors, mechanisms, and regulatory domains, as Machado thoroughly demonstrates in Chapter 1, applying regulation’s theory to the domain of relations between religious communities and the State (p. 81), additionally calling for a “responsive regulation” of religion.

The respect for religious freedom and protection against religious discrimination result from international human rights and constitutional standards and consubstantiate a minimum of regulation aimed at the protection of core dimensions of human dignity. Still, some aspects concerning the forms of protection and the demands of equality remain debated. Pettersson discusses the need for “special regulation of religion apart from the common law for all people regardless of religion” (p. 92), warning that a

special regulation of religion may lead to discrimination against persons whose religion is disfavored or don't identify themselves as religious (p. 94). For Barbier and Suarez-Collado the answer to a post-secular and religiously plural society is secular accommodation provided by public powers. The contributions by Bottoni and Alicino (Chapters 8 and 12), regarding the treatment of religious confessions in Italy, and by Ünlü, about Protestants in Turkey (Chapter 13), illustrate the risk that different legal regulations contribute to unequal treatment of religious groups and to privilege.

The complexity of the religious field and the multidimensionality of the religious experience (individual/collective, internal/external) are clear in the book. The field of religions is internally diverse (from institutionalized religions, new and old religious movements, to the majorities/minorities dichotomy) and the functions and roles performed by religious groups are varied, often including social functions of assistance, for example helping with the integration of migrants and refugees, as Braginskaia's analysis (Chapter 11) illustrates. Additionally, regulating religion reflects different historical contexts and sociological realities and dynamics, as the example of the different paths in regulating religion followed by Czechia and Slovakia provided by Tížik (Chapter 9) well illustrates.

The different Chapters furthermore show the diversity of fields and forms of regulation. Examples include the recognition of legal personality or special status to religious communities, the recognition of religious rules on personal status (e.g., marriage), tax benefits, religious education in schools, or special access to citizenship designed for compensating past religious discrimination (as discussed by Pignatelli in Chapter 7 considering the Portuguese nationality law and the specific possibility of naturalization for Sephardic Jews²). Regulation can be imposed unilaterally or negotiated with religious communities, developing participatory democracy. Finally, the regulation of religions is now multilevel (national, regional, universal), including supra-national institutions such as the Council of Europe or the EU. The visibility given to the caselaw of the ECtHR in several chapters is more than fair, given the influence it exerts on States. The ECtHR ensures the observance of the European Convention on Human

² This possibility was introduced in 2015 in the Portuguese Nationality Law (Law nr. 37/81, of 03/10, with further amendments).

Rights³, which protects freedom of conscience, religion, and belief (article 9), and prohibits discrimination on grounds of religion or belief (article 14). The Court has decided several cases on religious freedom, from the wearing of religious clothing in public to proselytism, being the last specially addressed by Carvalho, Santos and Vianna in Chapter 4. Given the diversity of approaches and contexts in European states, the Court frequently recognizes them a margin of appreciation on religious issues. The analysis of separate opinions delivered by judges in cases concerning religion, provided by Mertens (Chapter 13), reveals also different ideological positions inside the Strasbourg Court.

Diversity, pluralism and respect for fundamental rights are essential for democracies. This book provides an important contribution for the ongoing debate on ways to build fairer and more inclusive societies.

Anabela Costa Leão.

Assistant Professor at Faculdade de Direito da Universidade do Porto, Integrated Researcher at Centro de Investigação Interdisciplinar em Justiça (CIJ). Correspondence adress: Rua dos Bragas, 223, 4050-123 Porto, Portugal.

Email: aleao@direito.up.pt

Recensão recebida a 20/06/2024 e aceite para publicação a 01/10/2024.

³ Adopted by the Council of Europe in 1950.

Review RATIA, Katri (2023), *Alternative, Spirituality, Counterculture, And European Rainbow Gathering – Pachamama, I`m Coming Home*. London and New York: Routledge

Tiago Pinto

Institute of Sociology of the University of Porto

Alternative Spirituality, Counterculture, And European Rainbow Gatherings: Pachamama, I`m Coming Home is a book based on Katri Ratia's PhD dissertation in religious studies. Drawing on interdisciplinary insights from anthropology, sociology, philosophy, and religious studies, and through meticulous historical, religious, and cultural contextualization, the author leads readers through ten chapters that explore the largest European event organized by one of the oldest active counterculture movements in the Western world - the Rainbow Family of Living Light's. Against a contemporary backdrop of alternative spiritualities, the book provides a historical and sociological roadmap of the community, delving into its Gatherings held in various European locations.

In the opening chapter, Katri contextualizes her research process and clarifies key concepts, such as New Age, spiritualities, (neo)pagan, rituals and transformative festivals, and the various names of the Rainbow Family of Living Light group. The author's familiarity with the event – rooted in over twenty years of participation - is noted. The data collection methods are diverse and rigorous, encompassing multiple historical sources over a decade and four years of ethnographic work. The limitations are also outlined, particularly internal biases, which are addressed through feedback and monitoring from academic peers and critical evaluation of the data collection processes. However, the author acknowledges the importance of her 'insider' status for accessing the community and collecting data on spirituality-related themes, acknowledging that such proximity to the study's subject is almost imperative. My own experience reinforces the necessity of insider status in similar communities.

In the following two chapters Katri provides a socio-historical timeline of the movement and highlights the distinctions between the EUA and European Gatherings, respectively. Rainbow is a society that emerged during the 1960s and 70s

counterculture in the U.S., inspired by Woodstock 1969. Centered on self-development, non-institutional spirituality, and environmental restoration, the first meeting took place in 1972. Since the 1980s, the movement has spread globally, fostering a diversity of values and norms.

The following three chapters present the results of Ratia's ethnographic research, describing the spatiality and material culture, communal practices and cultural activities, and folklore of the Rainbow family.

The chapter 'Tall Trees, Warm Fire', sheds light on the spatial arrangements of the Rainbow Gatherings in Europe, portraying them as transformative spaces with potential for both personal and cultural change. This transformative quality is shaped by the spatial layout, which in addition to common spaces characteristic lasting community festivals, it also has specific ones for the development of inwardness, with an emphasis on spiritual self-awareness. These include the holistic medicine area with traditional, alternative, and other energy healing/alignment medicines; spaces for spiritual activities such as communal or individual altars, shrines, or temples; and areas dedicated to physical practices such as yoga and meditation. Other unconventional spaces, such as non-monetary exchange circles, reflect a significant countercultural economic ethos that scrutinizes the materialist mainstream culture. Material culture itself, such as unconventional, eccentric, and do-it-yourself (DIY) fashion, further underscores a rejection of mainstream and hegemonic norms. Though Ratia provides a comprehensive description of the event's layout, she also engages the reader visually through photography. However, in this chapter, despite briefly addressing issues like inequalities, sexism, racism and prejudice, Ratia refrains from an in-depth exploration, acknowledging that there are "complicated subjects", requiring more extensive study – a statement that I consider a sophist manner.

The following chapter explores alternative, non-normative community practices that foster unity among participants. As the title suggests – "Let the Circle Be Open but Unbroken," – the emphasis on circles in decision-making, daily routines, play, ritual moments, and conflict and crisis resolution reflects a dialogical balance between collectivity and individuality, or rather, between cohesion and autonomy. Articulated throughout the chapter are the postmodern transformations within Western religiosity,

the priority given to the self, and the growing interest in Eastern religions, pre-Christian religions, occultisms, and mysticisms, conceptualised under the umbrella of New Age or, alternatively, the term coined by the author as *holistic-alternative spiritualities*. This creative, pluralistic, and heterogeneous field is characterized by a profound connection to nature, and can even be considered as a source of devotion, often personified as Mother Nature, Gaia, or Pachamama (Mother Earth). Part of this justification is the affinity with ancestral cultures. The (unique) folklore of the Rainbow Family explored in the subsequent chapter, precisely mirror these influences through its vocabulary, prophetic stories, the “hipstories” (stories related to the first gatherings), and the musical expressions.

In a necessary task, Katri enlightens the reader on the critique of the “Rainbow Counterculture”, analysing its main alternatives to the state, the market, and institutional religions. It is widely accepted that the Rainbow family aspires to a social ideal free from violence, hierarchies, centralized power, decision-making by consensus - known as a “do-o-cracy” (p. 178).

They also practice a gift economy, de-mercantilizing the economy through communal exchange of goods and services without financial intermediaries. Despite the rejection of religious authorities, particularly the western ones, the author explains how the community integrates a diverse set of ideas and beliefs as a form of religion, a vernacular one.

The final analytical chapters shed light on this integration through folklore studies and the application of the triaxial model of religion - social, temporal and transcendent axis - based on the MAUSSian gift paradigm and the developments of sociologists Camille Tarot (2000) and Alain Caillé (2000, 2009). Exploring “(...) Rainbow as Vernacular Religion” examines the social and temporal axis, enhancing the understanding of symbolic exchanges and interactions between various human groups, individuals, and non-human entities across different yet interconnected time frames. The author delves into the third axis in the penultimate chapter, arguing for the transcendent Self as a challenge to the vertical concept of religiosity. The transcendent self, akin to the “subjective turn” concept, portrays the sacred as an absolute, eternal, and metaphysical otherness that is inaccessible to a subjective interpretation, while

supporting an open, immediate and horizontal access to the transcendent – a sacralisation of the self. The chapter also examines horizontal transcendence, characterized primarily by a communal set of beliefs and personal experiences with the planetary Biosphere/cosmos.

The significance of this study goes beyond prompting reflection in readers by offering ethnographic insight into the event. Rather, it contributes to a deeper comprehension of contemporary holistic-alternative spiritual practices in community settings. The growing public awareness of this belief system, which is frequently criticized in academic circles (see Ratia, 2023b), along with the rise of enigmatic ecological counter-culture communities, underscores the significance of the author's research. By consistently acknowledging the internal dynamics of the community, the author maintains a notable axiological distance, which is particularly remarkable given her extensive, over two-decades-long proximity to the familiarity with the culture under examination.

Tiago Pinto.

PhD Fellow at the Institute of Sociology of the University of Porto. Member of the coordinating team of the Sociology of Religion Research Network of the Portuguese Sociology Association (APS). His research focuses on the intersection of contemporary alternative spiritualities with modern environmental and religious concerns. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3223-8895>. Correspondence address: Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal.
Email: tmcnp.97@gmail.com

Recensão recebida a 21/10/2024 e aceite para publicação a 11/11/2024.

Recensão RENAHY, Nicolas (2024), *Jusqu'au bout. Vieillir et résister dans le monde ouvrier*. Paris: Éditions La Découverte

Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Publicado numa das mais originais coleções do panorama internacional das ciências sociais da atualidade, a coleção *L'envers des faits*, dirigida por Paul Pasquali e Fabien Truong, nas edições La Découverte, em Paris, França, *Jusqu'au bout. Vieillir et résister dans le monde ouvrier* [Até ao fim. Envelhecer e resistir no mundo operário, numa tradução livre para língua portuguesa], de Nicolas Renahy, é uma aprofundada monografia sociológica sobre a memória, a experiência, a desafeição e a persistência da militância sindical entre operárias e operários em condição de reforma no *pays* de Montbéliard, localização (des)industrializada influente da histórica empresa automóvel francesa Peugeot, hoje integrada no grupo Stellantis.

Depois de ter interrogado sociologicamente a juventude operária rural num período de crise de reprodução social do respetivo mundo na região da Borgonha (Renahy, 2005), o autor apresenta, na sequência de outros trabalhos, o resultado de uma pesquisa etnográfica de fôlego alargado, desenvolvida ao longo de cerca de quatro anos, sobre as modalidades do envelhecimento social da militância sindical operária numa fase acelerada de aprofundamento da recomposição social daquele mundo operário. Efetiva conjugação relacional de temas e conceitos pouco explorados pela investigação sociológica mais sistemática, o estudo em apreço, redigido num registo de escrita que se destaca pela sua qualidade reflexiva, tem a ainda mais rara particularidade de visitar e de dialogar, de modo direto e denso, com investigações sociológicas, entretanto, transformadas em clássicos da sociologia das contradições do mundo operário francês contemporâneo e do sofrimento social nele inscrito, ao retomar não apenas os contextos, Sochaux-Montbéliard, mas também os próprios protagonistas sociais principais de investigações sociológicas marcantes, como as que se associam aos trabalhos desenvolvidos, sob a coordenação de Pierre Bourdieu, em *La Misère du monde* (Bourdieu, 1993) e às pesquisas sobre as metamorfoses do

trabalho, da classe e da militância operários realizadas por Michel Pialoux, desde os anos 1970, na região (Pialoux, 2019).

Com recurso a um dispositivo de observação bem definido, que conjuga grande imersão no quotidiano dos agentes sociais analisados, conhecimento aprofundado dos arquivos de investigação de Michel Pialoux, abrindo portas a uma, em grande medida, inédita análise longitudinal, e o acesso aos seus reconhecidos interlocutores, com especial destaque para Christian Corouge (Pialoux & Corouge, 2013), a obra, tomando por epicentro o funcionamento de uma secção local da CGT (*Confédération Générale du Travail*) dedicada a pessoas reformadas da atividade económica, reconstitui detalhadamente as trajetórias sociais dos agentes estudados para compreender o respetivo posicionamento no espaço social à luz do seu percurso operário, do que a reforma da atividade económica induz e da sua relação com a militância. Fá-lo em cinco movimentos privilegiados.

Inscrição no espaço social e reforma da atividade económica. A análise desenvolve-se a partir da definição da inscrição operária industrial no espaço social francês sem perder de vista que esta comporta recomposições que se tornam especialmente identificáveis na reforma e no modo como se saiu da atividade económica, em função da carreira contributiva e das suas vicissitudes. A análise é combinada com um olhar sobre a relação que tal inscrição tem com as vivências práticas e simbólicas da reforma e do envelhecimento físico e social que a acompanha, com mais ou menos saúde, com os seus lutos. O exercício prolonga-se com o estudo do lugar ocupado nestas vivências pelas mobilizações políticas e sindicais passadas, em que emerge a greve Peugeot de 1989, o que a precedeu e o que se lhe seguiu, incidindo também sobre as lutas presentes, nomeadamente as lutas sociais levadas a cabo em torno da contestação da chamada “reforma das reformas”.

Memória das injustiças sociais e lutas laborais específicas. A análise, fiel à mais diferenciada sociologia da militância, descortina a génese das disposições políticas dos membros do sindicato e retém, por um lado, o significado da sensibilidade às injustiças sociais nas trajetórias dos indivíduos analisados, em particular, na infância,

e, por outro, a importância específica da memória de acontecimentos determinados. A original ação na região e na empresa dos grupos Medvedkine, uma aliança, feita através do cinema, anterior a maio de 1968 e terminada em 1974, entre os mundos intelectual e operário, é destacada, os agentes eficientes envolvidos no processo identificados e o respetivo legado conceptualizado. Acentuando a importância do processo de formação de uma “contra-elite operária” (Renahy, 2024, p. 61), feita de operários indiferenciados (“operários especializados”) dotados de projeto político e cultural, mas sem acesso à via de promoção profissional garantida pela Peugeot, a análise assinala a grande relevância da mudança da política de recrutamento e de formação posta em prática pela administração da empresa a partir do início dos anos 1970, que se concretiza no encerramento da “escola Peugeot” e no desenvolvimento de uma política de recrutamento alargada, que amalgama, na fábrica e nas infraestruturas residenciais de acolhimento, operários, recrutados mais longe (muitos deles, fora de França, nos países do Magreb, na Turquia, em Portugal), e operárias, recrutadas bem mais perto, nivelando por baixo qualificações e o respetivo reconhecimento profissional, ao mesmo tempo que se intensificava, levando-o ao limite, o ritmo de trabalho nas cadeias de montagem.

Militância operária no feminino. Se a obra consagra grande atenção às modalidades de vivência passada e presente da militância operária industrial masculina, registos habituais, de resto, nos estudos sociológicos do tema, importa reconhecer que, não obstante a menor presença de mulheres operárias na indústria automóvel, um dos aspetos mais originais da investigação realizada passa pelo escrutínio rigoroso que é feito do modo como a mesma militância foi e é vivida pelas operárias do grupo de sindicalistas estudado, revelando, através da análise fina de trajetórias sociais, as condições da militância anteriores a maio de 1968 e as modalidades, socialmente muito diferenciadas entre as operárias industriais analisadas, da sua concretização posterior. Se a análise efetuada permite compreender a progressiva emergência das operárias como delegadas sindicais na história da empresa e da indústria, a mesma análise também permite identificar o modo como estas se entregam a tarefas de militância mais elementar, uma vez chegada a idade da reforma.

A “base” sociabilitária da militância operária na reforma. A análise revela os fundamentos sociabilitários da cultura operária industrial e as lógicas de continuidade que se estabelecem a este propósito entre os períodos de atividade económica e a reforma. Na ausência do enquadramento fabril e de práticas autónomas alicerçadas no chão da fábrica, há muito postas em causa pelas novas políticas da administração da empresa, mas lembradas com tenacidade (como a *pinaille*, trabalhos realizados nas instalações fabris em proveito próprio), o corte de lenha na floresta para aquecer a casa no inverno, a *bricolage* e os pequenos arranjos domésticos criam o quadro interacional e de entreajuda em que as persistentemente intensas dinâmicas da militância operária destes reformados se estruturam.

A desvinculação face à militância. Tratando da militância sindical de operárias e operários reformados, a análise retém, bem, que a desvinculação relativamente à atividade sindical é a prática dominante entre a população reformada, mesmo entre quem teve um envolvimento militante de relevo. Seguindo o procedimento levado a cabo ao longo da obra, o estudo acompanha de perto as trajetórias de antigos militantes sindicais destacados que, cumprindo as tendências modais, se afastaram do mundo sindical e objetiva as razões da sua desvinculação. Em lugar de uma negação do passado político, a análise revela, nos casos estudados, novos horizontes de investimento relacional e uma crise, significativa, fruto das recomposições dos mecanismos de dominação fabril e do próprio campo político e sindical, de transmissão da socialização política às novas gerações.

Etnografia de uma militância sindical rara que homenageia a história da sociologia, *Jusqu'au bout* é um livro que permite compreender, através de uma objetivação densa das trajetórias de militantes sindicais, a relação entre capitais militantes e cuidados sociais na reforma e o modo como estes se interligam com as dinâmicas sociabilitárias da autoctonia. Sem deixar de questionar os mecanismos de dominação e as alianças de classe que os possibilitam, o livro é um contributo significativo e inovador para a compreensão de uma realidade militante praticamente invisível: uma vez ultrapassado o limiar da vida ativa, operárias e operários persistem, em Montbéliard, na militância sindical e envolvem-se, a partir de uma dinâmica

sociabilitária enraizada, em lutas sociais e políticas feitas por um desejo de solidariedade, que insistem em levar “até ao fim”...

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (Coord.) (1993), *La Misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil.

PIALOUX, Michel, & COROUGE, Christian (2013), *Crónicas Peugeot: resistência, solidariedade, respeito no local de trabalho*. Porto: Deriva.

PIALOUX, Michel (2019), *Le Temps d'écouter. Enquêtes sur les métamorphoses de la classe ouvrière*. Paris: Raisons d'agir.

RENAHY, Nicolas (2005), *Les Gars du Coin. Enquête sur une jeunesse rurale*. Paris: La Découverte.

Virgílio Borges Pereira.

Professor Catedrático do Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador Integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Endereço para correspondência: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/ número, 4150-564 – Porto, Portugal
Email: jpereira@letras.up.pt

Recensão recebida a 01/12/2024 e aceite para publicação a 20/12/2024.

Estatuto Editorial

Estatuto editorial

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de

- uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
 - deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
 - todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
 - no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para

deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

Normas para apresentação e publicação

Normas para apresentação e publicação

Instruções para os autores

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. *A Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima et al. (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira et al. (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica online: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>
 - g) Publicações online: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf
 - h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para: revistasociologia@letras.up.pt

